

**Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Mestrado em História Social da Amazônia**

LUZIA CANUTO DE OLIVEIRA PEREIRA

**Terra e Natureza:
Assentamentos Rurais de Rio Maria (1974-2004)**

**Belém
2006**

LUZIA CANUTO DE OLIVEIRA PEREIRA

**TERRA E NATUREZA:
ASSENTAMENTOS RURAIS DE RIO MARIA (1974-2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Leila Mourão (DEHIS/UFPA)

Belém
2006

LUZIA CANUTO DE OLIVEIRA PEREIRA

**TERRA E NATUREZA:
ASSENTAMENTOS RURAIS DE RIO MARIA (1974-2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Leila Mourão (DEHIS/UFPA)

Data da aprovação: 19 / 12 /2006

Banca Examinadora:

Professora Doutora Leila Mourão - Orientadora (DEHIS/UFPA)

Professor Doutor Pere Petit Pena Rocha - Membro (DEHIS/UFPA)

Professor Doutor Edilza Fontes - Membro (DEHIS/UFPA)

Belém
2006

Dedicatória

Ao meu querido pai João Canto e irmãos José e
Paulo Canuto, *in memória*;
A minha querida mãe Geraldina Oliveira,
Aos irmãos, Maria Aparecida, Orlando e Marcial
Canuto,
As minhas filhas, Daniella e Jana Denyse Canuto,
Aos sobrinhos, Aparecida e José Canuto e
Ao neto Gabriel Canuto.

AGRADECIMENTOS

A nossa vida é cheia de surpresas, caminhos e descaminhos. Aprendi com o meu querido pai que diante de dificuldades, “*jamais desistir*”. Foi com este espírito que caminhei rumo à obtenção do título de mestrado. Confesso que encontrei obstáculos principalmente para conciliar estudo e trabalho em cidades distintas, sem qualquer ajuda financeira de órgãos governamentais e de instituições vinculadas à pesquisa, contando, ainda, com a incompreensão de autoridades municipais e estaduais, que não demonstraram interesse em contribuir para o ensino/pesquisa, dificultando a vida acadêmica. Porém, contei com os ensinamentos de meu pai, o amor e a fé da minha mãe, a generosidade e carinho de parentes e amigos e o apoio dos produtores rurais familiares durante a jornada que culminou com este trabalho. A todos eles, serei eternamente grata.

Agradeço a Deus por ter me permitido chegar ao fim de mais uma jornada e diante das fraquezas ter me fortalecido para me manter firme nos meus propósitos. Em especial a minha mãe, trabalhadora rural, que mesmo sem estudo, compreendeu a necessidade dos filhos estudarem, nos apoiando e nos amando sempre.

Aos demais familiares, meus irmãos Aparecida, Orlando e Marcial Canuto, pelo incentivo e apoio, às cunhadas Alzenir e Saura, aos meus sobrinhos Aparecida e José Filho e outros, as minhas filhas Daniella e Jana Denyse e ao neto Gabriel Canuto por ter suportado a dor da minha ausência quando eu deveria estar presente. Ao amigo e companheiro Alcione Pereira† que dividiu comigo parte desta história.

A minha orientadora, professora Dr^a. Leila Mourão pelas palavras otimistas e relevantes contribuições e compreensão. Também reconheço as contribuições dos professores Dr^a. Magda Ricci, Pere Petit e Aldrin Figueiredo, e à professora Dr^a Edilza Fontes a quem estendo meus agradecimentos pelas contribuições e críticas construtivas.

Aos sindicalistas e produtores familiares, que me receberam em suas casas e me abrigaram, me ouvindo e permitindo serem ouvidos, com os quais aprendi, com suas histórias de vida, que lutar por uma causa justa vale a pena. Também reconheço as relevantes contribuições dos técnicos da EMATER, COOPIVAG, INCRA, ADEPARÁ e IBAMA.

Aos meus amigos, pelo apoio e incentivo: Neuton Miranda, Henry des Rosier, Terezinha Feitosa, Cleber Rezende, Wanderlei Milhomem, Antonia Rubeiro, Rita de Cássia, Fátima, Valter da Silva, Josias Sales e Dalízia Amaral, Darci Novais, Lendro Guimarães†. Ao Carlos Cabral, em especial, por dividir a tarefa de cuidar das nossas filhas e do neto.

*Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.*

*Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranqüila ao teu esforço.*

[...]

*A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.*

Cora Coralina – O Cântico da terra.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
Introdução	17
I - Terra Prometida: A Falácia do Estado	32
1.1 - Os Processos de ocupação das terras	38
1.2 – A posse: da legitimidade à legalidade	44
1.3 – Organização e lutas	50
1.4 – A UDR: velhas estratégias, novos desafios	61
II - Rio Maria: de Lugar à Cidade	69
2.5 - Assentamentos rurais: estudos de casos no período de 1980-2004	88
2.6 – Projeto de Assentamento Vale da Serra	91
2.7 - Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro	95
III - O Campo, as Falas e as Ações	99
3.1 – A sociabilidade e cotidianidade dos produtores familiares	107
3.2 - Financiamentos públicos e realidade social	113
3.3 – A apropriação e uso do solo para a produção	119
3.4 - As pastagens	137
3.5 – o campo e a natureza: algumas contribuições	141
Considerações finais	147
REFERÊNCIAS	152
ANEXOS	161

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre os Projetos de Assentamento Expedito Ribeiro e Vale da Serra, localizados no Município de Rio Maria – Sudeste do PA, estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) algumas décadas após o início do processo migratório para a região, processo este marcado pela ocupação desigual das terras que trouxe em seu bojo a luta e disputa pela terra entre posseiros e fazendeiros e/ou empresários. Nesse sentido, parte-se da perspectiva de uma história social, regional em direção a local, sem as desvincular de um contexto mais amplo, visto que os processos históricos estão inter-relacionados. Dessa maneira, fez-se o recorte temporal 1974-2004, pois assim, tem-se a possibilidade de percorrer a história da ocupação, a luta pela terra e pela vida e o modo de produção familiar estabelecido nestes Projetos de Assentamento antes e após a inserção de investimentos públicos na área, bem como a relação que os produtores familiares estabeleceram com a natureza ao longo das décadas.

Palavras-Chaves: Processo Migratório, Ocupação, Projetos de Assentamento, Produção Familiar, Produtores Rurais Familiar, Natureza.

ABSTRACT

The subject of this dissertation are the Assentment Projects Expedito Ribeiro and Vale da Serra, localized in the city of Rio Maria, southeast of Pará, establisheds by Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) some decades after the begin of migratory process to this region, process marked by unequal occupation of lands that brought in itself the fight and the challenge by the land between invasors and farmers and/or businessmen. In this way, start it from the perspective of a social history, regional in direction to local, linking this to bigger context, because the historical process are inter-related. So, made a time recort (1974-2004), because of this way there is the possibility of to walk by the occupation history, the fight by the land and by the life, and the way of familiar production established in these Assentment Projects before and after the insertion of public investiments in this area, and the relation that the familiar producers established with the nature during these decades.

Key-Words: Process Migratory, Occupation. Assentment Projects, Familiar Production, Familiar Producers, Nature.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mortes em Conflitos Agrários no Brasil e no estado do Pará (1980-1997)	63
Gráfico 2 – Mortes em Conflitos Agrários no Araguaia Paraense e Rio Maria (1980-1997)	64
Gráfico 3 – População do Município de Rio Maria (1981-1991)	74
Gráfico 4 – Número de Cabeças de Gado no Projeto de Assentamento Vale da Serra	
Gráfico 5 – Número de Cabeças de Gado no Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro	

LISTA DE FOTOGRAFÍAS

Fotografia 1 - Vista Aérea da Cidade de Rio Maria	75
Fotografia 2 – Pesca no Rio Maria	97
Fotografia 3 - Casa de um Produtor Rural Familiar Construída com recursos do programa Crédito Habitação	115
Fotografia 4 – Casa de um Produtor Rural familiar Construída com recursos do programa Crédito Habitação	116
Fotografia 5 – Casa de um antigo posseiro construída com recursos da natureza	117
Fotografia 6 – Área de pastagem e infestada por Cigarrinhas	137
Fotografia 7 – Pastagens atingidas por Cupins, Vassourinhas e Assa-peixes	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Ocupações de Terras na Região Araguaia paraense entre 1975 e 1990	41
Tabela 2 – Regularização Fundiária das Ocupações	48
Tabela 3 – Perseguições e Assassinatos a Membros do STR de Rio Maria	59
Tabela 4 – Quantidade de PRONAF por Assentamento	84

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – “Sul do Pará: Alguns dos Conflitos Atuais” (1978)	53
Mapa 2 – Mapa do Pará com destaque para o Araguaia Paraense	70
Mapa 3 – Município de Rio Maria: Assentamentos	89

LISTA DE SIGLAS

A.P.R.B.U – Associação dos Produtores Rurais da Boa União

ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do Pará.

BASA – Banco da Amazônia S/A

BB – Banco do Brasil

CEB – Comunidade Eclesiais de Base

CEF – Caixa Econômica Federal

CF – Constituição Federal

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores em Agricultura

COOPIVAG – Cooperativa de Profissionais do Vale Araguaia

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRM – Comitê Rio Maria

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

ECCIR – Empresa de Construção Cíveis e Rodoviárias S/A

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FBC – Fundação Brasil Central

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores e Agricultores

FETRAF – Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

GETAT – Grupo Executivo de Terra Araguaia-Tocantins

GOS – Gerência Operacional de Sistema

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPAR – Indústria Madeireira Paraense

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MAGINCO – Madeireira do Araguaia S/A

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MUSA – Madeireira União Salobo Ltda

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NEAF – Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PA – Projeto de Assentamento

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PROCERA – Programa Especial à Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRORURAL – Programa Especial de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado do Pará

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação

SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará

SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SPVEA – Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UACA – Unidade Avançada do Araguaia

UDR – União Democrática Ruralista

UFPA – Universidade Federal do Pará

UTE – Unidade Técnica Estadual e Regional

Introdução

Nas duas últimas décadas, o debate acadêmico sobre a apropriação e o uso da terra por pequenos e médios produtores tem se intensificado. Estas pesquisas são motivadas, principalmente, pela necessidade de avaliar os problemas ambientais que transformaram a Amazônia em um “laboratório de pesquisas” utilizado por diversos cientistas sociais, sejam estes nacionais ou estrangeiros.

Os estudos sobre a Amazônia, realizados por grande parte dos pesquisadores brasileiros, demonstram uma preocupação ecológica, posto que os modelos de desenvolvimento implantados nesta região, que concentra grandes riquezas naturais, são constantemente questionados. Neste sentido, as discussões giram em torno da sustentabilidade econômica, com ênfase para a preservação ambiental. É neste contexto que as discussões sobre a sustentabilidade da agricultura ou pecuária familiar alcançaram maior projeção.

Por agricultura ou pecuária familiar, definem-se as atividades econômicas estabelecida por pequenos produtores com base em critérios produtivos em que os membros da família se colocam como paradigma essencial para o sistema produtivo.

Nos últimos anos, as pesquisas que abordam a ocupação e uso da terra priorizam as expressões *agricultura familiar* ou *pecuária familiar*. Por compreender que ambas não se aplicam isoladamente ao recorte espacial da pesquisa, optou-se por trabalhar com o conceito de *produção familiar*, isto é, todas as atividades de produção desenvolvidas pela família, independente do modelo, mesmo reconhecendo que a pecuária se impõe após os financiamentos públicos.

Esta Dissertação, intitulada *Terra e Natureza: os assentamentos rurais de Rio Maria (1974-2004)*, focaliza os Projetos de Assentamento Vale da Serra e Exedito Ribeiro, localizados no Município de Rio Maria, na região Sudeste do estado do Pará, especificamente, na região conhecida como Baixo Rio Maria, onde concentra-se o maior número de ocupações não autorizadas deste Município.

Esses projetos são resultados de ocupações de fazendas por posseiros, na década de 1980, desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) entre 1999 e 2000. Após as desapropriações foram transformados em Projetos de Assentamento (PA) o que marcou a intensificação da luta por infra-estrutura e investimentos que permitissem a melhoria na qualidade de vida das famílias que ali se estabeleceram ou estavam estabelecidas ao longo de décadas.

A escolha dos respectivos PA decorreu pelo fato de terem se originado a partir de ocupações espontâneas em terras tituladas pelo Estado em nome de fazendeiros, marcando uma história de lutas, resistência e conquista da terra pelos produtores familiares.

Outro motivo é por estes Projetos de Assentamento serem localizados à margem do rio Maria, o qual está apresentando problemas causados pela degradação ambiental como o assoreamento¹. Duas razões fundamentais levaram a esta escolha: os produtores familiares são os principais responsáveis pela produção de alimentos e a natureza indispensável à (re)produção social dos mesmos.²

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto das condições em que os produtores familiares se estabeleceram na região, avaliando desde a chegada destes até se estabelecerem no local do assentamento. A região em que vivem, se constituiu como palco de conflitos pela posse da terra, onde os produtores fizeram do lugar o seu lugar. Assim, busca-se uma compreensão do que mudou em suas vidas e na relação com a natureza ao longo destes anos de história dos assentamentos, cujas bases de origem são o processo de ocupação do Sudeste paraense.

Para discutir os assentamentos e as atividades de produção dos camponeses, priorizou-se como base teórica os autores que discorreram sobre os modelos de produção baseados na agricultura ou na pecuária familiar na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Mesmo já tendo sido bastante discutido por autores como Becker (1993), Hébette (1993), Feitosa (2002) e outros, ainda não se chegou a um consenso sobre o que seria esse desenvolvimento sustentável. Contudo, percebe-se que a preocupação que move estes autores está na viabilidade econômica sem fugir da prudência ecológica, ou seja, buscar uma economia que garanta o presente das famílias e também as gerações futuras, sendo esta possível com o uso racional dos recursos naturais.

Assim, considera-se como modelo de desenvolvimento sustentável a unidade de produção familiar cuja renda é suficiente para manter as necessidades básicas da família,

¹ Avaliar a situação do rio no Assentamento é pela sua importância para os produtores familiares e para os outros moradores. Os problemas ambientais que atingem o rio estão ligados ao desflorestamento de suas margens para implantação de pastagens que na sua cabeceira predomina as grandes propriedades. Não se isenta também algumas imprudências nos assentamentos, mas também existem outros fatores que devem ser levados em conta como, por exemplo: o uso deste para esgoto de laticínios, frigorífico, hospitais, entre outras.

² Em tempos recentes trabalha-se muito com o conceito de meio ambiente, mas optou-se pelas recomendações de Leonardo Boff quando avaliava o “saber cuidar” da natureza, dizia ele: “devemos pensar no ambiente como um todo”. Assim, pensar no ambiente como um todo é pensar na natureza que inclui a terra, os diferentes solos, as sociedades humanas, as florestas, as águas, os animais, o ar que respiramos, enfim tudo que existe e que é essencial à vida. BOFF, Leonardo. Palestra proferida na Conferência de Direitos Humanos, realizada na cidade de Rio de Janeiro/Rio de Janeiro – Brasil, no dia 10 de dezembro de 2004.

garantido segurança alimentar, moradia, saúde, educação, lazer e que estabeleça uma forma de relação com a natureza que garanta a permanência da família na terra e a sua (re)produção.

Nas discussões sobre sustentabilidade, duas concepções se destacam: a primeira é a desenvolvida por pesquisadores que dão ênfase para o predomínio de atividades agropecuárias praticada por agricultores familiares no município de Marabá. Reynal et. al (1996) aponta para uma predominância de um modelo voltado para a pecuária especializada com fins mercantis, onde acreditava-se que caminhava para a (re)concentração de terras e a destruição do modelo de agricultura familiar. Discordando deste pensamento, Costa (2000) desenvolveu a tese da *eficiência reprodutiva* que, segundo o autor, na óptica da microeconomia significa a “*capacidade do sistema de internalizar, reter em seu proveito trabalho por ele próprio despendido*”.³ Assim, os camponeses familiares vão habilmente criando ou recriando outras formas para garantir a sobrevivência da família e um certo excedente da produção, voltado para a comercialização, sem estar pautada no lucro, mas na garantida da reprodução.

Com esta dissertação, pretende-se apresentar as especificidades dos assentamentos estudados na perspectiva de contribuir com o debate, sem preocupação de propor um novo modelo, visto que acredita-se ser mais conveniente apostar numa elaboração que combine o conhecimento científico e o saber dos agricultores, que tem sido excluído nos antigos ou atuais modelos de desenvolvimentos a estes impostos.

Nesse sentido, fez-se primeiramente uma revisão bibliográfica priorizando as literaturas que discorreram sobre a ocupação regional, a luta pela posse da terra, a Reforma Agrária, a agricultura e a pecuária nas regiões Sul e Sudeste do Pará. O diálogo com os autores possibilitou a compreensão do contexto histórico e político, bem como a as formas em que os produtores familiares se (re)organizaram no período 1974/2004 para lutar pelo acesso ou permanência na terra.

Diversos pesquisadores escreveram sobre a ocupação regional. Na maioria destes trabalhos, a riqueza natural assume papel de destaque, onde o universo natural, no qual a região se insere, despertou múltiplos olhares.

Nos séculos XV e XVI, por exemplo, a natureza amazônica era vista pelos viajantes como o “paraíso terrestre e fonte de eterna juventude”, ou ainda, “inferno verde”. Muito dos pesquisadores que estiveram na região ressaltavam a beleza de suas matas, a abundância das suas águas, a riqueza de sua fauna e flora, bem como as diferenças existentes

³ COSTA, Francisco de Assis. *Formação Agropecuária da Amazônia: Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 2000, p. 119.

entre os europeus e a população indígena que habitavam e, em parte, ainda habitavam esta região.⁴

A densa floresta, a abundância de águas e o clima foram os principais empecilhos para a ocupação da Amazônia pelos colonizadores que a considerava uma área insalubre, visão combatida por Veríssimo (1970).⁵ Este autor paraense, movido pelo ideário europeu do século XIX, foi um dos defensores da idéia de que para ocorrer o *progresso e civilização* era necessário promover o povoamento através da miscigenação e da imigração, que, simultaneamente, promoveriam o trabalho.⁶

Ainda sob esta perspectiva do “desenvolvimento”, do “progresso”, cita-se Euclides da Cunha que marginalizou a história da Amazônia quando a considerou como “*terra imatura*” ou denominando-a “*terra sem história*”,⁷ visão combatida por pesquisadores sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA).⁸

A idéia de *civilização, desenvolvimento e progresso*, ganhou força em meados do século XX, sendo desencadeada uma série de políticas no sentido de colonizar as “*terras vazias*” e “*incultas*” que possibilitaria o desenvolvimento.

A idéia de desenvolvimento, portanto, estava diretamente relacionado a presença humana em áreas onde predominava a natureza e a intervenção daquela sobre esta. Os espaços vazios deveriam ser ocupados e interligados aos espaços já urbanizados e considerados *desenvolvidos*, onde a *civilização* estava presente.

Nesta perspectiva, foram tomadas algumas medidas para colonizar a Amazônia. Ainda na década de 1940 o Estado criou a Fundação Brasil Central (FBC) à qual foram doadas grandes extensões terras a fim de *desbravar e colonizar* a região, cujos objetivos propostos, no Pará, não foram alcançados, ficando as terras ociosas até 1959.

A partir de 1960, o Estado do Pará fez concessões⁹ de terras a grandes fazendeiros ou empresários, em Conceição do Araguaia, gerando tensões, que transformou em embates

⁴ Veja a esse respeito: COLOMBO, Cristóvão. Diários da Descoberta da América. As quatro viagens e o testamento. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 45 e 88, Apud. GODIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 43.

Sobre a natureza e a região onde está inserida a pesquisa veja: CAUDREAU, Henri Anatole. *Voyage au Tocantins – Araguaya*, 31 de dezembro 1896-23 mai 1897. Paris. A.LAHURE, IMPRIMEUR – ÉDITEUR, 1897.

⁵ Veja a esse respeito: VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. UFPA, 1970, p.162.

⁶ *Idem. Ibidem.* p. 122.

⁷ CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Editora Lello Brasileira, 1967, p. 20 – 23. Apud. NETO, José Maria Bezerra e GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra matura: historiografia e história social da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p.5.

⁸ *Idem. Ibidem.*

⁹ Segundo Holanda, concessão é “privilégio concedido pelo Estado a uma empresa ou indivíduo para que explore, mediante contrato, recursos naturais cuja propriedade, segundo a Constituição, não pode ser privada”.

jurídicos entre estes e os que haviam recebido concessões outorgadas anteriormente da mesma área. Na década de 1970 quando o INCRA tentou delimitar a área desencadeou conflitos envolvendo também os posseiros que há anos estavam estabelecidos na área. O Estado criou mecanismos para viabilizar e legitimar esse processo de ocupação, tais como abertura de rodovias e criação de órgãos institucionais como Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA) configurando este processo como dinâmico e complexo.

Na perspectiva de precisar a construção da aproximação histórica, considerou-se pertinente fazer uma comparação entre os modelos de apropriação da terra. Segundo Darcy da Silva, há três formas de colonização: a “*espontânea, que se caracteriza pelo estabelecimento de grupos humano [...] com seus próprios recursos e por livre iniciativa*”; a dirigida, que “*envolve um mínimo de orientação - quer seja na escolha da área, quer na organização da área, etc.*” e a planejada, que “*já envolve todo um planejamento tanto na escolha da área geográfica, da seleção dos grupos que irão ocupá-la, como do aproveitamento dos recursos e da atividade econômica a ser nela realizada*”.¹⁰

De acordo com Hébette e Marin (1977:03), “*nenhuma dessas três formas, nem a primeira, nem as outras, quando promovida por entidades privadas é imune à ação do Estado*”.¹¹ No caso específico do Sudeste do Pará, mesmo as ocupações espontâneas na perspectiva de Darcy elas não foram isentas da ação governamental, pois sofreram influências das políticas públicas destinadas a estimular a venda de produtos regionais como a castanha, a borracha e madeira. Essa política ligada ao mercado de produtos naturais atraiu não só trabalhadores, mas grandes fazendeiros à região, dando início à ocupação de terras até então consideradas públicas.

No Sudeste do estado do Pará e mais especificamente na região do Araguaia Paraense, até meados do século XX predominou a colonização espontânea, sendo os recursos naturais como a terra, a borracha, a castanha, a madeira, os rios etc. a principal fonte de vida e riqueza. Somavam-se aos recursos naturais as lavouras e criação de animais, voltadas principalmente para o consumo das famílias e os poucos excedentes integravam ao mercado local ou regional.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 358

¹⁰ SILVA, Darcy da. Colonização e Zonas Pioneiras. In: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol. XVIII, São Paulo, 1973. Apud. HEBETTE Jean e MARIN, Rosa E. Acevedo. *Colonização Espontânea, política Agrária e Grupos sociais*. UFPA/NAEA, 1977, p. 3.

¹¹ HEBETTE Jean e MARIN, Rosa E. Acevedo. *Colonização Espontânea, política Agrária e Grupos sociais*. UFPA/NAEA, 1977 (publicação interna), p. 3.

A principal fonte econômica visando um mercado externo era a extração do látex do Caucho (Castilloa Elástica), no município de Conceição do Araguaia e da castanha do Pará em Marabá. O transporte desses produtos levava meses pra chegar à Belém devido as dificuldades de transporte, feito, até a primeira metade da década de 1970, através dos rios Araguaia e Tocantins. Conforme Ianni (1978), após a decadência desse tipo de economia houve modificações na estrutura fundiária, com abandono dos lugares ou converteram-se a outros tipos extrativismos ou ainda à agricultura ou a pecuária, ocorrendo uma espécie de “*camponeização*” da sociedade local devido ao drástico enfraquecimento do setor mercantil.¹²

No caso da colonização espontânea, aparentemente não houve interferência institucional, mas é possível que os estudos realizados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA),¹³ abordando aspectos econômicos das potencialidades regionais, tenham estimulado a migração. Posteriormente, esse tipo de colonização foi substituído por uma política seletiva de estímulo à grande propriedade.

A História de ocupação regional, especialmente do “Sul do Pará”, a partir da segunda metade do século XX, portanto, foi pautada sob modelo de desenvolvimento regional com base na grande pecuária incentivada. Na concepção dos governos militares, a pecuária de grande porte era para a Amazônia duplamente positiva: poderia adequar o uso de grandes extensões de terras com o mínimo de trabalhadores e tolher a expansão da agricultura tradicional de terras novas, garantindo mercado para a intensificação da produção de arroz, milho, feijão e mandioca em áreas antigas.¹⁴ A partir desta concepção, o investimento público no Sul do Pará esteve voltado para a implantação de grandes propriedades com incentivos fiscais para a implantação da pecuária de corte.¹⁵

Uma parte dos trabalhadores rurais migrantes foi incluída precariamente nos programas de distribuição de terras do governo federal. Outra parte foi entregue à própria sorte. São estes últimos que se somam aos demais trabalhadores sem terra e empreendem as ocupações de terras privadas distribuídas pelo Estado a fazendeiros ou empresários de outras regiões do país, ainda na década de 1960.¹⁶

¹²IANNI, Otávio. *A luta pela terra: historia social da terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 78.

¹³ Criada por Getúlio Vargas em 1953.

¹⁴ Cf. COSTA, Francisco de Assis. *Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: Novos Supostos de Planejamento agrícola para a Amazônia*, In: XIMENES, Tereza (org.), *Perspectiva do desenvolvimento Sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 1997, p. 257.

¹⁵Fonte: II Plano Nacional de Desenvolvimento, Lei nº 6.151 de 4 – 12 – 1974, pp.32-55.

¹⁶ Na década de 1960 foram expedidos títulos de grandes extensões de terras a fazendeiros no Sudeste do Pará. Fernandes (1999) fala de 64 títulos de 900 alqueires distribuídos em nome de 74 pessoas na região “Sul do Pará”, Ianni (1978) afirma que a maioria dos títulos de terras concedidos pela SUDAM à empresas agropecuárias entre 1966/1975 concentrava-se nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia. Ressalta-se a

Os fazendeiros ou empresas agropecuárias ou agroindustriais¹⁷ que obtiveram concessões de terras na década de 1960, na maioria, não se estabeleceram nestas, disputando-as com posseiros¹⁸ nas décadas de 1970/1980. Nestas disputas os posseiros estavam expostos à vários tipos de violências, como: perseguições, prisões, espancamentos e assassinatos.

São estas terras, ocupadas e disputadas por posseiros que foram desapropriadas pelo INCRA dando origem aos Projetos e Assentamento. O acesso aos financiamentos públicos só ocorreram após as desapropriações das terras e os posseiros, a partir da legalização destas, passaram a ser denominados de *produtores familiares*.

Na busca de informações, documentações e dados sobre as ocupações que deram origem aos assentamentos, foram realizadas pesquisas em diversas instituições. Nas fontes institucionais encontradas, priorizou-se aquelas que contribuíram no processo de ocupação regional, regularização fundiária, financiamentos, elaboração de projetos, orientações ou acompanhamento dos Projetos de Assentamento e ainda sobre a organização dos produtores familiares.

Foram selecionadas as seguintes instituições governamentais: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto de Terras do Pará (ITERPA); Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e instituições não governamentais, como a

região Sul do Para contava apenas com estes dois municípios, as outras cidades que pertenciam ao território de Conceição do Araguaia só foram emancipadas a partir de 1982. Veja a esse respeito: FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terras: Trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: NAEA/UFPA, 1999, p. 41 e IANNI (1978) *Op. Cit.* p. 220.

¹⁶ IANNI, *Op. cit.*, p. 220.

¹⁷ Fazendeiro é o grande proprietário de terras. Pode ser um indivíduo, um grupo com ou sem relação de parentesco, uma empresa. O fazendeiro pode não morar na região, morar distante e eventualmente visitar a fazenda. A fazenda pode ou não ser a sua atividade mais lucrativa. As maiores fazendas se instalaram na região na década de 1970. Há imóveis com mais de 100 mil hectares e mais de 100 mil cabeças de gado. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando Fora da Própria Sombra: a escravidão por dívida no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 244.

Segundo Costa (1992), “As grandes empresas de fazendeiros, têm em comum relação com a terra como fonte de riqueza, ou enquanto um meio de produção a ser acionado na obtenção do lucro operacional ou enquanto forma de acesso a rendas sociais, captadas no Brasil por peculiares mecanismos manejados pelo Estado (...) Praticamente todo poder econômico e político dos fazendeiros deriva da terra e sua reprodução social enquanto fração de classe dominante esta associada. As grandes apropriações e empreendimentos agropecuários gigantes agrupadas sobre a designação de grandes empresas latifundiárias, por seu turno, tem a importância de uma filial ou de outra alternativa qualquer no *portfólio* de invenções de um grande grupo econômico, e os critérios de alternância dessas fontes de valorização do capital, obedecem a racionalidade meramente econômico-financeiro”. COSTA, Francisco de Assis. *Estrutura Fundiária, Modo de Produção e Meio Ambiente na Amazônia*. In. OLIVEIRA, Nilson Pinto de. (Org.) *Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1992. pp. 4-5.

¹⁸ O termo *posseiro* originalmente significa “*Que, ou aquele que está na posse legal de imóvel ou imóveis indivisos*”. HOLANDA, *Op. Cit.* p. 1121.

Cooperativa dos Profissionais Liberais do Vale do Araguaia (COOPIVAG); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores e Agricultores (FETAGRI); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Associações dos Projetos de Assentamento.

No INCRA buscou-se dados sobre as propriedades e proprietários das áreas desapropriadas onde foram implantados os Projetos de Assentamento (PA), informações sobre o número de famílias assentadas, mapas das áreas pesquisadas, formas de distribuição dos lotes, Projetos financiados para os PA, tamanho das terras desapropriadas, formas da distribuição dos financiamentos e aplicação destes. Não se encontrou mapas, nem informações sobre os antigos donos das terras que originou nos assentamentos, nem a lista de produtores que vivem neles.

No ITERPA procurou-se dados sobre a documentação de terras de antigos proprietários das áreas que foram transformadas em PA e mapas sobre a região pesquisada, bem como a busca de informações sobre doações de terras aos grandes proprietários, incluindo a área da cidade de rio Maria e especificamente PA Expedito Ribeiro.

Não foi possível o acesso aos dados, pois segundo a direção, estava sendo realizado um levantamento e perícia sobre a documentação de terras, fato divulgado pela imprensa local.

Na SUDAM buscou-se coletar os dados que fornecessem informações sobre os investimentos públicos destinados para a região, na época identificada como Sul do Pará. O acesso aos Planos Nacional de Desenvolvimento (PND) e seus detalhamentos que possibilitaram a compreensão do modelo de desenvolvimento implantado pelos governos militares.

No IBAMA tentou-se encontrar fontes sobre a atuação desta instituição em áreas de assentamentos, como orientação e assessoria ambiental aos produtores familiares. O motivo das visitas ao órgão deu-se também diante da necessidade de indagar sobre questões ambientais surgidas durante a pesquisa de campo, tais como a pesca predatória por pescadores profissionais e a utilização do rio como destino para detritos oriundos de algumas empresas, fato que acaba atingindo os assentamentos. O IBAMA informou não fazer nenhum acompanhamento ou assessoramento aos produtores familiares pesquisados não impediu que se estabelecesse diálogo com o técnico desta instituição sendo este importante para o trabalho.

No Banco da Amazônia (BASA) procurou-se saber sobre as razões do condicionamento à produção familiar do gado. Mesmo não sendo possível o acesso a todos os dados sobre os financiamentos voltados para a produção familiar, esta limitação foi superada

com pesquisas feitas na COOPIVAG e complementada com dados e informações coletadas na EMATER. Os resultados foram cruzados com fontes coletadas na FETAGRI.

A COOPIVAG e a EMATER são as instituições que elaboraram e apresentaram os projetos às instituições credoras para que os financiamentos voltados para a produção familiar sejam aprovados ou não. Nesse sentido, esperava-se conseguir a lista de produtores beneficiados com os programas de financiamento para, posteriormente, cruzar com a pesquisa de campo, o que não foi possível. Os dados obtidos refere-se a quantidade de famílias beneficiadas e os créditos recebidos por assentamento. Também teve-se acesso ao Plano Safra 2004/2005,¹⁹ onde regulamenta a aplicação dos recursos destinados ao financiamento à produção familiar.

Nessas instituições foram ouvidos, partindo tanto da perspectiva institucional, quanto do operacional, os técnicos que elaboram os projetos sobre o tipo de desenvolvimento adotado com os financiamentos disponibilizados aos produtores rurais familiares, possibilitando contribuições para uma compreensão sobre o modelo adotado na parceria INCRA/ Instituição credora e Prestadora.

Na ADEPARÁ buscou-se os registros sobre os produtores familiares que tem gado na terra, para avaliar o crescimento do rebanho e o tipo de rebanho, já que esta instituição é que controla a vacinação do gado pequeno e adulto e controla o rebanho por produtor com a responsabilidade de emitir a Guia de Transporte Animal. Procurou-se analisar as fichas cadastrais dos produtores dos meses de novembro e dezembro de 2005 e a partir delas sistematizou-se os dados colhidos levando em conta os produtores registrados no assentamento, a quantidade e o tipo de rebanho destes.

Na CPT levantou-se os dados sobre as ocupações, os conflitos e a violência agrária, priorizando os dados regionais e, mais especificamente, sobre Rio Maria e as áreas onde estão localizados os assentamentos estudados.

Na FETAGRI (SUL) esperava-se ter acesso à documentação dos assentamentos até porque esta inclui os assentamentos de Rio Maria como área de sua influência. Porém, os desencontros com suas principais lideranças impossibilitou o acesso a tal documentação. Porém, ouviu-se dois de seus dirigentes, bem como dirigentes sindicais que acompanharam as negociações no INCRA durante os processos de desapropriações e homologação de financiamentos aos produtores familiares.

¹⁹ O Plano Safra 2004/2005 para a Agricultura Familiar define bases e diretrizes para operacionalizar a aplicação dos recursos destinados à produção familiar através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

No STR esperava encontrar documentação específica das ocupações que originaram nos projetos de assentamentos; documentos sobre a história do movimento sindical e das parcerias que buscaram ao longo da história a fim de reivindicar desapropriações e o fim da violência e da impunidade nos crimes ocorridos no campo. Nesta instituição teve-se acesso á documentação, mas constatou-se que poucos são os registros que servem para recompor a história da instituição e de suas ações. Na prática, nos últimos anos deixou-se de registrar boa parte das ações desenvolvidas no sindicato, mas os documentos que disponibilizaram foram importantes para este trabalho.

Nas Associações dos Projetos de Assentamento buscou-se ter acesso às informações sobre as ocupações e sobre os assentamentos, além de dados sobre as famílias cadastradas no Assentamento (PDA). Nos Projetos de Assentamento teve-se acesso ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento e a poucas documentações de reivindicações dos produtores rurais ao INCRA. Coletou-se dados nos dois assentamentos sobre os produtores familiares e suas principais reivindicações antes e durante o assentamento.

No Assentamento Vale da Serra, participou-se de reunião da Associação para compreender a organização dos produtores familiares. A possibilidade maior de quantificar informações foi obtida através da coleta de dados feita no decorrer da pesquisa de campo, onde se verificou que há poucas fontes sobre a história do Assentamento, motivo que contribuiu para buscar romper os limites usando outras fontes.

Ainda sobre a pesquisa documental, foram utilizados jornais da época,²⁰ sobre a região e os acontecimentos que contribuíram para iniciar as disputas de terras que deram origem as poucas colônias e aos Projetos de Assentamento. Foram também utilizados os dados sócio-econômicos do IBGE.

Como fontes iconográficas, utilizou-se mapas que permitiram a localização geográfica da região, dos conflitos, do município e das áreas de assentamentos; fotografias da cidade, das casas dos produtores, do rebanho e das pastagens.

Reconhecendo os limites e possibilidades das fotografias, estas foram utilizadas no sentido de possibilitar ao leitor uma melhor compreensão e aproximação imagética do objeto pesquisado, visto que:

Ela permite a verificação de elementos momentaneamente ocultados ou definitivamente desaparecidos. Neste sentido ela assume um

²⁰ Foram utilizados os seguintes periódicos: Jornal “O Liberal”; Jornal “A Província do Pará”; Jornal “O Movimento”; Jornal “Tribuna Operária”; Jornal “Folha de São Paulo”; Jornal “O Estado do Pará”; Jornal “Diário dos Carajás”; Jornal “O Germinal Centro Oeste” e Jornal “Jornal do Brasil”.

caráter de uma fonte insubstituível. (...) Não há criação mediada pela memória em laboratório ou em ateliê como em certas pinturas.²¹

Durante a pesquisa de campo, foi feita a aplicação de formulários com questões fechadas e abertas, bem como entrevistas com antigos posseiros, sindicalistas e dirigentes das Associações. Na pesquisa de campo, foram visitadas 45 (quarenta e cinco) famílias, 20 (vinte) no PA Vale da Serra e 25 (vinte e cinco) no PA Expedito Ribeiro. Fez-se ainda um estudo preliminar, sem profundidade, no PA Mata Azul. Porém, diante das dificuldades encontradas, optou-se por utilizá-lo apenas como contra ponto para compreensão mais geral desta dissertação.

A escolha de diferentes fontes utilizadas por historiadores e outros cientistas sociais está influenciada ou condicionadas pela temática, corte histórico, objetivos e condições em que o pesquisador desenvolve seu trabalho. Para concretização dos objetivos propostos o enfoque metodológico escolhido é o da História Regional e Local²², incluindo-se o uso de fontes variadas, como livros, artigos, documentos, fotografias e fontes orais.

Dentre a importância de trabalhos cujo enfoque é a História Regional, seja qual for o recorte de espacial ou temporal, esta a possibilidade de fornecerem “*elementos insubstituíveis para os estudos comparativos e esta contribuição apenas a justifica e a torna necessária.*”²³

A principal contribuição para o conceito de região e sua relação com a História vem da Geografia Crítica que, segundo Amado (1990), elaborou um conceito de região “*capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, num determinado espaço.*”²⁴

Para Milton Santos (1994), o espaço “*deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.*”²⁵

²¹ GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. In. *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 22, junho de 2002. pp. 9-27.

²² Veja a esse respeito: LINHARES, Maria Yeda Leite. Possibilidades de História Comparada no Brasil. História Agrária como uma experiência de pesquisa. IN: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Reume Dumará: FAPERJ, 2002; PETIT, Pere. História Regional, política, economia e território no Estado do Pará. In. *Páginas de História*. Volume III – Número 1, 1999, Laboratório de História CFCH/UFPA, 1999.

²³ SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: SILVA Marcos A. da (Orgs.). *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo, Marco Zero, 1990, pp. 46.

²⁴ AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A. da (org.) *República em Migalhas. História Regional e Local*, São Paulo, Marco Zero, 1990, p. 8

²⁵ SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 3ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 26.

De acordo com a historiadora Janaína Amado (1990) o estudo regional

Oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc) a partir do ângulo da visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular.²⁶

Nesse sentido, conclui a autora: “*a historiografia nacional ressalta a semelhança e a regional lida com as diferenças, as multiplicidades*”.²⁷ Dessa forma, para os estudos de história Regional não exclui e nem anula outras perspectivas, pois ela contribui para histórias comparativas que somadas resultariam na história nacional.

O risco que corre o pesquisador que faz a opção por este tipo de análise é basicamente focar o micro sem relacionar com o macro. Dessa forma, a história local ou regional não se encerra em si mesma e, neste sentido, buscou-se uma relação com a história mais geral para compreender a relação desta com o regional e o local.

Consciente dos limites e das possibilidades das fontes utilizadas no trabalho, considera-se necessário reconhecer que toda fonte possui o seu viés potencial. Em alguns casos, algumas são mais viáveis que outras, são complementares.

As fontes documentais, ao contrário das fontes orais, são consideradas pelos historiadores tradicionais como mais objetivas. Porém, reconhecemos que todas as fontes têm suas limitações, seu valor potencial e o pode também ser indutor de equívocos, visto que “*Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva*”.²⁸

Nesse sentido, na medida em que a história que envolve os camponeses não dispõe de muitas fontes, fez-se necessário o uso da História Oral, utilizando-a tanto técnica, quanto metodologicamente, visto que “*a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta*”.²⁹

Pelo fato das fontes escritas em grande parte raramente são questionadas pelos cientistas sociais, a credibilidade das fontes orais constituem como um dos aspectos mais polêmicos. Nesse sentido, Camargo (1994) afirma: “*toda fonte em princípio é provida de objetividade, mas é também um fator de desconfiança e, evidentemente, pode ser um indutor*

²⁶ AMADO, *Op. Cit.* p. 12-13.

²⁷ *Idem.*

²⁸ THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 197.

²⁹ *Idem.*

do equívoco.”³⁰ Sônia Maria de Freitas (1992), no prefácio à edição brasileira de “A Voz do Passado”, afirma que “*a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais*”.³¹

Ao defender a legitimidade historiográfica da fonte oral, Gwyn Prins (1992) afirma que “*a força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente*”.³² Segundo Vilanova (1998), “*para que a história seja bem feita necessariamente, devem-se utilizar fontes orais, além de números, imagens, textos e sons*”.³³ Feitas estas considerações, faço opção não só pelo uso de fontes variadas, mas também pelo cruzamento entre elas como uma forma de aproximar do real histórico.

Vários foram os problemas que surgiram durante a pesquisa, principalmente com relação às fontes orais - visto que inicialmente a maioria dos depoentes não se sentia a vontade para relatar suas histórias de vida, limite este que foi gradativamente superado a partir das constantes visitas aos PA. A participação em reuniões da Associação de Produtores possibilitou uma relação mais próxima entre o pesquisador e os depoentes.

E, as fontes oficiais, sobretudo quando se procurou fazer o levantamento dos dados sócio-econômicos da região – visto que os dados mais antigos, ou não foram atualizados, ou não são totalmente confiáveis, pois ao cruzá-los com outras fontes, os resultados eram incompatíveis. Soma-se a isso, a demora nas respostas para permissão ou não de acesso aos arquivos dos órgãos públicos aos quais as visitas foram solicitadas.

O cruzamento da pesquisa de campo com as fontes foi imprescindível para a escrita final deste trabalho, visto que ele permitiu resultados mais próximos da realidade cotidiana.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “Terra prometida: a falácia do Estado” discorre sobre a ocupação regional, priorizando a região conhecida como Araguaia paraense³⁴, que compreende o antigo território de Conceição do Araguaia - “município mãe”. Abordou-se a política de ocupação regional implementada pelo Estado, que priorizou a concessão de terras aos grandes fazendeiros e empresários

³⁰CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1994, p 78.

³¹FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à Edição Brasileira de A Voz do Passado. Apud. THOMPSON (1992), *Op. Cit.* p. 18.

³²PRINS, Gwyn. História Oral. In. BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 194.

³³VILANOVA, Mercedes. A história presente e a história oral. Relações, balanço e perspectivas. In. *Páginas de História*. Volume II, Número 2. Belém: UFPA/CFCH, 1998. p. 4.

³⁴O Araguaia paraense, também conhecido como Sul do Pará até 1960 contava apenas com o município de Conceição do Araguaia. Este deu origem aos municípios de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Floresta do Araguaia, Redenção, Pau D’arco, Rio Maria, Xinguara, Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra.

agropecuários e agroindustriais. Veja-se a concessão de aproximadamente 10% do território paraense à Fundação Brasil Central em 1945, fato que contribuiu para o processo de ocupação desigual e os conflitos pela terra, principalmente nas décadas de 1970/1980.³⁵ Discorre-se ainda sobre a chegada de migrantes, o estabelecimento destes, as organizações e lutas dos trabalhadores rurais pela terra e pela vida, bem como a organização dos fazendeiros em defesa da propriedade.

O segundo capítulo, intitulado “Rio Maria de lugar à cidade”, aborda a História Local a partir da História Regional, buscando contextualizar a história de Rio Maria a partir do município de Conceição do Araguaia e das políticas públicas desenvolvidas para a ocupação da região nas décadas de 1960/1970.

É a partir das políticas desenvolvimentistas da década de 1960/1970, com a abertura de rodovias e incentivos aos grandes fazendeiros ou empresas agropecuárias ou agrominerais que ocorre migração significativa para o Município de Conceição do Araguaia, possibilitando o surgimento e o crescimento de cidades. Rio Maria é só um exemplo de povoado, transformado em cidade, que surgiu neste processo. O extenso município de Conceição do Araguaia foi subdividido dando origem a dez municípios, dentre os quais Rio Maria.

É neste contexto de migração incentivada que chegaram ao antigo território de Conceição do Araguaia, os posseiros, os fazendeiros, os empresários, médicos, comerciantes, dentre outros, que contribuíram para a construção do povoado de Rio Maria em 1973, emancipado em 1982. Neste capítulo aborda-se ainda o surgimento e a implementação dos Projetos de Assentamento, onde se pesquisou particularmente os PA Vale da Serra e Expedito Ribeiro.

O terceiro capítulo, cujo título é “O campo, as falas e as ações”, traz à tona a voz dos produtores familiares e de sujeitos envolvidos no processo de ocupação da terra e da organização dos assentamentos. Aborda-se, ainda, sobre as formas de organizações e resistências dos produtores familiares na luta e conquista da terra, bem como sobre a sociabilidade e cotidianidade destes.

³⁵ A concessão de terras feitas pelo Estado do Pará à FBC e depois a concessão de títulos de aforamento doado Estado sobre as mesmas terras no Araguaia Paraense, na década de 1960, fez gerar tensões, com disputas judiciais entre grandes proprietários que adquiriu a terra de beneficiários da FBC e os que receberam concessões diretas do Estado. Estas tensões aumentaram com a presença do INCRA, em meados da década de 1970, contribuindo para eclodir vários conflitos no município de Conceição do Araguaia.

Faz-se também uma abordagem sobre os financiamentos públicos e a realidade social e a apropriação, antes e depois da inserção dos financiamentos voltados para a pecuária familiar.

Ainda neste capítulo, merecem destaque algumas contribuições para a análise das relações entre sociedades humanas e natureza, com ênfase para os produtores familiares, priorizando a discussão sobre a apropriação da terra sob duas visões: a insustentabilidade e a eficiência produtiva, almejando contribuir para a compreensão da relação do produtor familiar com a terra e a idéia de sustentabilidade da produção camponesa.

I - Terra Prometida: A Falácia do Estado

A literatura que aborda as ocupações de terras no Brasil, mais especificamente no Sul do Pará, discorre, principalmente, sobre terras devolutas³⁶ feitas por posseiros, fazendeiros e empresários na década de 1970. Outras abordagens partem do movimento sindical na década de 1980, ou ainda, do surgimento do Movimento dos Trabalhadores sem-terra (MST), em meados da década de 80 do século XX.³⁷

Este trabalho discorre sobre os Projetos de Assentamento que tiveram origem nas ocupações não autorizadas de terras privadas, tituladas pelo Estado em nome de fazendeiros, empresas agropecuárias ou agroindustriais, em Rio Maria, no Araguaia paraense³⁸ entre 1974 e 2004. Essas ocupações foram realizadas por migrantes, trabalhadores rurais e outros sem terras, denominados posseiros, excluídos dos projetos de assentamento governamentais da época.

O estudo das ocupações efetivadas nos anos de 1970, denominadas colônias tanto pelos ocupantes, quanto pelo poder público, teve como finalidade reconstruir e contextualizar o surgimento e organização dos assentamentos, os quais passaram a existir com as desapropriações feitas pelo INCRA a partir de 1987 das áreas ocupadas.

O termo *assentamento*, quando relacionado à questão da terra, significa estar historicamente instalado, fixado, colocado. Expressa a idéia de fixação de sujeitos em um dado lugar, no qual estes devem construir um território e uma identidade que transforme este lugar no ‘seu lugar’.

Nos anos de 1960, no contexto das políticas de integração e ocupação da Amazônia e da Reforma Agrária, o termo foi reapropriado para designar os projetos de

³⁶ Segundo Vasconcelos, serão consideradas terras devolutas “*todas as terras que se não acharem no domínio, ou particular, ou aplicadas a usos públicos no tempo da promulgação da Lei de terras*”. Aviso de 21 de Dezembro de 1854. In: VASCONCELOS, J.M.P. de. *Excertos do Livro de terras*. Salvador: EGBRA, 1987, p. 40.

³⁷ Veja IANNI (1978), *Op. Cit.*; IANNI, Octávio. O Trabalhador Rural em Busca de Terra. IN: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Ênio Silveira..et al. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de, O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e violência na Amazônia, (1965-1989). In LÉNA Philippe e OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs). *Amazônia: a fronteira Agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1991, pp. 351-365; VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981; MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984; MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991; MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1983.

³⁸ A escolha de estudar a região é devido a história local estar intrinsecamente ligada à história regional, sendo um dos fatores determinantes para isto é que Rio Maria até 1982 pertencia ao município de Conceição do Araguaia, na região identificada como Araguaia paraense, Sul do Pará e atualmente Sudeste do Pará.

fixação dos posseiros ou colonos oriundos das migrações incentivadas pelo Estado. Para Silva (2000:9), este termo “*tem sua origem ligada à política estatal, mas fundamentalmente é fruto das pressões de entidades ligadas à reforma agrária*”.³⁹

No Sudeste do Pará, a utilização deste conceito é mais recente, data principalmente a partir das transformações das antigas ocupações (colônias) que foram assumidas pelo INCRA e transformadas em Projetos de Assentamento a partir de 1987.

A seguir, analisar-se-á o processo de origem e desenvolvimento da ocupação da terra no Sul e Sudeste do estado do Pará por produtores rurais, especialmente os produtores rurais familiares.

Até meados do século XX, o Sudeste do Pará era considerado uma área de baixa densidade demográfica, logo um espaço *vazio de habitantes, de cultura e de civilidade*. Essas concepções eram recorrentes desde o final do século XIX, sendo fortalecidas com o golpe militar de 14 de abril de 1964 como podemos observar no fragmento que segue:

Contemplando-se o mapa do Brasil, o mundo amazônico é um constante desafio, onde a presença do homem é insignificante diante do imenso território que confere a essa região o maior vazio demográfico do continente. Logo a sua ocupação é um problema que envolve a própria segurança nacional.⁴⁰

As políticas elaboradas na perspectiva capitalista desenvolvimentista, adotadas na íntegra pelos governos militares, preconizavam a ocupação privatizada das terras.

A viabilização do processo de ocupação implicou na elaboração de programas e projetos que assegurassem as condições de infra-estrutura, acesso a terra e os recursos financeiros para a viabilização dos objetivos propostos.

A construção da Rodovia Belém-Brasília, de acordo com Fernandes (1999), constituiu-se no marco inicial do processo de operacionalização da ocupação:

A construção da referida estrada fez-se, pois, em um contexto marcado pela necessidade de ampliação dos mercados potenciais para os produtos que passaram a ser fabricados no Centro-Sul do país, e pela forma adotada para a circulação e a comercialização das mercadorias produzidas, que privilegia a produção de veículos automotores, fazendo com que as ações governamentais reorientassem os investimentos públicos concernentes à infra-estrutura de transporte e passasse a investir na construção de estradas e rodagens. A partir dessas vias, as terras

³⁹ SILVA, Flavia Adriana Oliveira da. *Organização da produção e o processo de diferenciação sócio-econômica nos assentamentos “Rio Branco, Palmares e Palmares Sul”*, sudeste do Pará. Belém: CFCH/UFPA, 2000, p. 09.

⁴⁰ Brasil, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia: *Amazônia desenvolvimento e ocupação* (2ª edição, revista e aumentada) Belém, Departamento Administrativo, Serviço de Documentação e divulgação, SUDAM, 1969, p. 14.

paraenses, que em sua maioria eram terras “livres” se incorporaram aos mercados, através dos agentes econômicos do Centro-Sul e Centro-Oeste do país.⁴¹

A construção da Belém-Brasília, na época considerada a *espinha dorsal do sistema rodoviário brasileiro*,⁴² contribuiu para profundas modificações na história sócio-econômica do estado do Pará. Além de assegurar o acesso à região, possibilitou o ingresso de seus produtos e de suas terras ao mercado, atraindo colonos, fazendeiros, empresários, trabalhadores rurais sem terra, entre outros.

A construção da Rodovia PA-150, na década de 1970, interligando os municípios de Conceição do Araguaia, Marabá e Belém, também representou uma ação decisiva que possibilitou e acelerou a ocupação da região Sul e Sudeste do estado do Pará.

Estabelecidas as condições de acesso para a circulação de pessoas e mercadorias, como estratégia de ocupação, o governo militar criou o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que tinha como objetivo concentrar recursos em áreas selecionadas, visando os estímulos de fluxos migratórios, a elevação do rebanho e a melhoria da infra-estrutura urbana.

Para Becker (1997), este programa previa a ação coordenada dos governos federal, estadual e da iniciativa privada em quinze áreas prioritárias, sendo que as regiões do Araguaia Paraense e Xingu se constituíram como uma destas áreas de intervenção, onde foi criado um pólo agropecuário.⁴³

A política implementada atraiu, principalmente, três extratos de ocupantes: os camponeses, os fazendeiros e as empresas agropecuárias ou agroindustriais.

Para Tepicht (1973, apud COSTA 1992: 5) os camponeses se estabeleceram como proprietários ou ocupantes de terras,

com base em critérios produtivos e reprodutivos onde a família se coloca como parâmetro inicial decisivo: como a fonte fundamental de força de trabalho e comunidade de consumo que requer para a sua reprodução o preenchimento de certo orçamento.⁴⁴

⁴¹ FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terra: trajetórias da União Democrática Ruralista*. Belém: NAEA/UFPA, 1999, p. 37-38.

⁴² Fonte: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia: Amazônia desenvolvimento e ocupação (2ª edição, revista e aumentada) Belém, Departamento Administrativo, Serviço de Documentação e divulgação, SUDAM, 1969, p. 20.

⁴³ Fonte: II Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Detalhamento do II Plano de Desenvolvimento (1975-1979). Ministério do Interior – SUDAM, Abril 1975, 53.

⁴⁴ TEPICHT, J (1973). *Maxisme et Agriculture: lê paysan polonais*. Paris, Librarie Armand Colin. Apud COSTA, Francisco de Assis. *Estrutura Fundiária, Modos de Produção e Meio Ambiente na Amazônia*. In. *Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza*. PINTO, Nilson Pinto (Org.) Belém: UFPA, 1992. p. 05.

Em contrapartida, as grandes empresas e os fazendeiros têm em comum, o tipo de relação que estabeleceram com a terra: única e exclusivamente como fonte de riqueza, ou seja, como “*um meio de produção a ser acionado na obtenção do lucro operacional ou como forma de acesso a rendas sociais, captadas por peculiares mecanismos manejados pelo Estado*”,⁴⁵ a saber: concessão de terras, financiamentos e incentivos fiscais.

Cabe ressaltar, que o projeto de ocupação do Sul e Sudeste do Pará das décadas de 1960 e 1970, ofereceu condições privilegiadas de acesso à terra e créditos para as empresas latifundiárias e fazendeiros, tendo em perspectiva a modernização agrícola e pecuária e a redefinição da “fronteira” agropecuária na Amazônia. Esta redefinição passou a disponibilizar áreas novas ao grande capital para a efetivação dos grandes empreendimentos agropecuários, de modo a assegurar as condições de produção e reprodução desses grupos econômicos.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA) foram instituições criadas, na década de 1960, para operacionalizar e viabilizar a política de ocupação da Amazônia.

No Sul e Sudeste do Pará, as “benesses” às grandes empresas e fazendeiros nacionais e estrangeiros contribuíram para atrair uma multiplicidade de interessados. Ianni (1978) informa que a maioria dos projetos financiados no período 1966-1975, concentrou-se nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia⁴⁶.

Figueira (2004) destaca que na região do Araguaia Paraense (Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia)⁴⁷ foram instaladas dois tipos de empresas agropecuárias, a saber:

O primeiro era composto por empresas mais conhecidas por suas atividades em áreas financeiras – Bradesco, Bamerindus, Mercantil e Atlanta Boa Vista -, industrial – Óleos Pacaembu, Nixdorf, Volkswagen, Manah, Supergasbrás -, de construção – Cetenco Engenharia S/A, Encol, Andrade Gutierrez -, e madeireira – Madeira Agropecuária S/A Ind. Com. Agropecuária (Maginco). Algumas com mais de um imóvel. A Encol, por exemplo, possuía as fazendas Inajá Porã Agroindustrial S/A e Paragarças, ambas em Santana do Araguaia; o Bradesco, as Fazendas Reunidas Taine-Rekan e Cia. Agropecuária Atlântica Boa Vista, as Fazendas Rio da Prata, em Santana do Araguaia, e a Rio Dourado, em São Félix do Xingu [...], a Maginco, as fazendas Mogno, em Rio Maria e Morada do Sol, em São Félix do Xingu. Outro tipo de empreendimento agropecuário implantado na região era composto por empresas familiares, como as de membros das famílias

⁴⁵ COSTA (1992), *Op. Cit.* p.04.

⁴⁶ IANNI (1978), *Op. Cit.* p. 220.

⁴⁷ Por Araguaia Paraense entende-se a região banhada pelo Rio Araguaia, limitando-se com a o atual estado do Tocantins.

Lunardelli, Barbosa, Mutran, Banach, Quagliato, Avelino, Andrade, Pires, José Coelho Victor e Maurício Pompéia Fraga possuidores de 47 fazendas.⁴⁸

A propaganda desencadeada pelo governo para atrair os empresários e fazendeiros repercutiu entre setores de sem terras de todas as partes do Brasil. Levas de produtores rurais familiares migraram para a região para trabalhar e viver. Os slogans utilizados pelos governos militares como, “*Amazônia: terra sem homem para homem sem terra e Integrar para não entregar*”, contribuíram para atrair migrantes que, no dizer dos governos militares, eram espontâneas. Estes se defrontaram com a ausência total de propostas de assentamento do governo na região.

Como solução para a sobrevivência, estes migrantes passaram a ocupar sem autorização terras localizadas às margens de estradas ou ‘mata a dentro’, terras estas que, na maioria das vezes, já eram tituladas em nome de grandes proprietários. Ocasionalmente disputas pela terra, conflitos, violências, resistências que marcaram a história regional nas últimas décadas do século XX.

Essas ocupações deram origem às colônias que, na década de 1990, foram transformados em Projetos de Assentamento organizados pelo Estado através do INCRA na perspectiva de regularização fundiária.

O Estado criou ou remodelou instituições para viabilizar as concessões de terras, de financiamentos e incentivos fiscais. A SUDAM definiu estratégias, objetivos e programas voltados para a operacionalização das ações, elaborando as diretrizes e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que recomendava a interveniência de outros órgãos federais e estaduais. Elaborou e definiu o programa de ocupação territorial da região do Araguaia Paraense, assim como o Programa Agropecuário e Agroindustrial para a área. O BASA, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB) foram os agentes financeiros dos Programas.

Em nível federal, foi criado e implementado o INCRA, com a finalidade de distribuição controlada das terras, segundo as diretrizes e critérios estabelecidos nos Programas citados. Para orientar a elaboração, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos específicos, criou-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a qual passou a mediar as relações e os interesses dos empresários e fazendeiros com a SUDAM, INCRA, bancos e demais envolvidos. Os projetos apresentados, analisados e

⁴⁸ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 106.

aprovados passavam a ser acompanhados e avaliados pelos técnicos das instituições envolvidas.⁴⁹

No que se refere aos assentamentos para a produção familiar, organizados pelo Estado, a literatura existente analisou as experiências da Transamazônica e de Marabá,⁵⁰ onde o Estado se fez mais presente na colonização através do INCRA. Foram distribuídas grandes extensões de terras, “glebas” aos fazendeiros, distribuindo-se também terras menores (100 ou 50 hectares) aos produtores familiares, os “lotes”.

Cabe ressaltar que essas iniciativas pontuais tiveram finalidades diversificadas que, vão desde a introdução de práticas culturais disciplinadas para o trabalho, como agrônomicas em pequenas propriedades, com longa tradição no mundo rural do Sul e Sudeste brasileiro.

No Sul e Sudeste do Pará, o INCRA adotou a sistemática da definição de glebas, extensões de terra de seiscentos [600] a novecentos [900] alqueires, isto é, em média de trinta [30] a quarenta e cinco [45] mil hectares a serem distribuídas aos empresários e fazendeiros.

Em relação aos produtores familiares, não foi desenvolvida nenhuma sistemática até a segunda metade da década de 1970, que os incluíssem nos programas de assentamento com benefícios da Reforma Agrária. Os poucos inseridos na política de distribuição de terra, o foram de forma precária.

As ocupações não autorizadas, de terras pelos migrantes ‘espontâneos’, questionadas por empresários e fazendeiros, geraram situações em que evidenciaram as tensões, os conflitos e as violências que repercutiram nacional e internacionalmente. Diversos segmentos sociais e instituições denunciaram e passaram a apoiar os posseiros.

Em 03 de outubro de 1979, o Jornal “O Liberal” publicava:

CPT prevê conflito armado em Conceição do Araguaia: terras.
Brasília – A Comissão Pastoral da Terra divulgou ontem em Brasília um levantamento das vinte e cinco áreas localizadas no município de Conceição do Araguaia, no sul do Pará, onde poderão eclodir, a qualquer momento, conflitos armados entre posseiros e fazendeiros, que, segundo a CPT, estão treinando milícias particulares para desalojar os lavradores.⁵¹

⁴⁹ O Incra foi fundado em 1970 e atuou na região do Araguaia Paraense até 1980, quando foi substituído pelo GETAT. Em 1989, o INCRA foi restabelecido.

⁵⁰ Hébette (2002) destaca que o Estado priorizou os grandes proprietários, mas que promoveu ações pontuais para alguns grupos de migrantes organizados por ele. Para o autor “a presença do Estado, ao mesmo tempo prepotente e paternalista e atuando através do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), beneficiava uma camada de colonos estrategicamente alocados nas terras mais férteis [...] à beira da rodovia”. HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. IN: HÉBETTE, Jean e MAGALHÃES, Sônia B. e MANESCHY (orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002, p. 207-208.

⁵¹ Fonte: Jornal “O Liberal”, edição de 03 de outubro de 1979.

Foi neste contexto que o Estado passou a intervir, criando algumas colônias, que posteriormente foram transformadas em Projetos de Assentamento, o que não foi pacífico. De acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para atenuar os conflitos e a violência na região, o Estado interviu:

Em 1977, o INCRA colonizou uma área de terra na cabeceira de Rio Maria. Entre as glebas, instituiu as de nº. 09, 10, 04 e 22, entregando-as partilhadas a diversos colonos.

Contra isso se insurgiu PAULO FABRINO e outros prepostos seus. Em 1979, esse grileiro entrou com um processo de compra ao INCRA de área que ficava perfeitamente em cima dessas glebas. O INCRA, então, simplesmente extinguiu essas glebas para vendê-las ao grileiro e seus prepostos, tentando remover os colonos já assentados para outras áreas.

Em quanto isso, mais de 100 famílias entravam nessas terras (mais de 20.000 ha.) [...] a partir do início deste ano. O grileiro entrou com uma Ação Judicial, conseguindo que o Juiz de Conceição mandasse fazer o despejo dos lavradores, que foi realizado em 04 de setembro deste. Para tentar atemorizar a ação da Igreja este latifundiário entrou com uma denúncia criminal contra o Bispo de Conceição, Dom Joseh Patrick, contra o advogado da CPT, Paulo Fonteles e contra o Vice-presidente regional da CPT Araguaia-Tocantins, Ricardo Rezende Figueira.⁵²

Essas glebas foram divididas em lotes de cem (100) hectares e distribuídas a uma parcela dos migrantes posseiros. Essa medida não beneficiou todos os Sem Terra da região, os quais deram continuidade às ocupações não autorizadas em áreas de outros pretensos proprietários. Nas novas áreas ocupadas, implantaram um modelo próprio de distribuição de terras, adotando apenas o tamanho oficial dos lotes definidos pelo INCRA (100 ou 50 hectares), os quais passaram a ser denominados *posses* ou *lotes*.

As querelas jurídicas sobre quem teria o direito à terra prolongou-se por mais de duas décadas, mas os migrantes posseiros permaneceram na área.

1.1 - Os Processos de ocupação das terras

A apropriação e ocupação das terras no Sul e Sudeste Paraense têm ancestralidade dos primeiros grupos ameríndios que para lá se deslocaram. Posteriormente, os coletores de drogas do sertão, caucheiros, coletores de castanha, entre outros que chegaram e passaram a viver na região durante os últimos séculos.

⁵² Fonte: Arquivo Pessoal do advogado Paulo Fonteles. Cópia de Relatório da Comissão Pastoral da Terra de 1978.

A região do Araguaia Paraense se tornou alvo de políticas governamentais a partir de 1938, quando teve início as discussões sobre como promover o desenvolvimento das regiões Central e Norte do Brasil. Em 1940, Getúlio Vargas instituiu a “Marcha para o Oeste”, cuja diretriz fundamental era “(...) *desbravar uma parte do Brasil, até então desconhecida e isolada do contexto nacional, e realizar obras de infra-estrutura para permitir sua ocupação por não índios e integrar economicamente o Centro-Oeste ao Norte e ao Sul do país*”.⁵³

Em meados de 1940, no Pará, o debate sobre as necessidades e possibilidades de integração entre o Norte e o Oeste do Brasil, resultou na publicação do livro “O Pará e o Planalto Central do Brasil: Documentário da Representação Paraense ao I Congresso Econômico do Oeste”, elaborado por vários intelectuais paraenses sob a direção e organização de Paulo Eleutério, presidente da Sociedade Paraense de Estudos Econômicos.⁵⁴ Em síntese, a obra sistematiza as potencialidades do Pará, com destaque para as regiões Sul e Sudeste, além das necessidades de melhorar os meios de escoamentos dos produtos e superar os vazios culturais para a promover o desenvolvimento.

Merece destaque, o fato da Fundação Brasil Central (FBC)⁵⁵ ter recebido do estado do Pará a concessão, em 1945, de dez (10) milhões de hectares de terras, às margens dos rios Araguaia, Teles e Xingu, começando do município de Conceição do Araguaia e terminando próximo ao município de Itaituba, no Rio Tapajós, marcando definitivamente a história das concessões de terras no antigo município de Conceição do Araguaia.

Até 1959, essas terras ficaram sob a responsabilidade da FBC, não sofrendo nenhum tipo de ação colonizadora. Neste mesmo ano, a FBC vendeu a área para cerca de trinta compradores, entre pessoas físicas e jurídicas.

Dentre os beneficiários, destaca-se a Empresa TOKIDA que tinha como sócios os empresários Antonio Tomokiti Mori e Ivo Fukuda que, posteriormente, vendeu parte das terras a empresários, tais como Jânio da Silva Quadros, Carlos Alberto Leite Barros, Roberto Cardoso Alves, José Aparecido de Oliveira, Plínio de Cunha Soares e Elias Fernandes Sobrinho.

⁵³ Fonte: RIBEIRO, Adalberto Mário. *A Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro. In. Revista do Serviço Público, setembro de 1945, p. 70-10.

⁵⁴ EULEUTÉRIO, Paulo (direção e organização). *O Pará e o Planalto Central do Brasil. Documentário da Representação Paraense ao 1 Congresso Econômico do Oeste do Brasil*. Belém: Oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1947.

⁵⁵ A Fundação Brasil Central, criada através do Decreto Lei 5.878 de 4 de outubro de 1943, foi um mega projeto que tinha como finalidade promover a integração entre as regiões Norte, Sul, Leste e Oeste do Brasil. Recebeu a doação de 25 milhões de hectares (área três vezes maior que o território de estado de São Paulo) na região central do Brasil, abrangendo parte dos estados do Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Pará e Amazonas.

Nestas mesmas terras, a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) fez a concessão provisória à Indústria Madeireira Paraense (IMPAR), que travou uma luta jurídica e política em 1974 contra as doações feitas na área, e também questionando as concessões feitas à FBC em 1945. A disputa jurídica veio a público quando os governos militares decidiram colonizar a área e distribuir as terras a fazendeiros, empresas agropecuárias e a colonos.

O conflito, que já estava instalado na região, se agravou ainda mais em 1976, quando o INCRA foi até o local fazer as demarcações. Nesse sentido, os posseiros, instalados na região de Itaipavas, em Conceição do Araguaia, decidiram partir para o confronto armado para defenderem seus direitos de permanecerem na terra. Nesta ação, morreram dois policiais militares e outros três ficaram feridos. Ambos trabalhavam na segurança de funcionários do INCRA.⁵⁶

Os problemas oriundos dessa doação, segundo Lourenço Vieira da Silva, presidente do INCRA em 1976, afetaram a implantação dos Projetos Fundiários em Conceição do Araguaia nas décadas de 1960 e 1970, promovidos pelos governos militares. Veja nota distribuída por ele à imprensa em 12 de novembro de 1976:

O INCRA, tendo em vista as lamentáveis ocorrências que se verificaram em Conceição do Araguaia e deturpações surgidas na imprensa, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos:

- 1 – Em 1945, o estado do Pará doou uma gleba de terra a Fundação Brasil Central.
- 2 – Em 1959, a Fundação promoveu a transferência dessas mesmas terras a cerca de trinta (30) pessoas.
- 3 – Em 1961, o Estado do Pará anulou a referida doação e iniciou a venda com a conseqüente titulação de terras nessa área.
- 4 – Posteriormente, foi reconhecida pelo Estado do Pará a validade da doação feita a Fundação Brasil Central.
- 5 – A partir daí entraram em acirrada luta, de um lado aqueles que receberam as terras da Fundação Brasil Central e, de outro os adquirentes de terras vendidas pelo Estado do Pará.
- 6 – A área está subjudice na seção judiciária da Justiça Federal no Estado do Pará, aguardando-se o pronunciamento desta para definição das providências administrativas que se fizerem necessárias.
- 7- Paralelamente, contudo o INCRA, dentro da programação operacional do Projeto Fundiário de Conceição do Araguaia e atendendo, ainda, a reivindicação de legítimos posseiros residentes na região e fora da área subjudice, deu início à demarcação, com vistas a separar as terras referidas nos itens anteriores, das terras devolutas da União sob jurisdição do Instituto, passíveis de serem regularizadas em benefício dos legítimos ocupantes.
- 8 - ao se iniciarem os serviços topográficos, objetivando demarcar as terras devolutas da União, que se destinariam aos legítimos posseiros, caracterizados pela cultura efetiva e morada; os topógrafos do INCRA foram alvo de ameaças de morte.

⁵⁶ Fontes: Jornal “O Liberal”, edição de 11 de novembro de 1976; Jornal “A Província do Pará”, edição de 05 de novembro de 1976.

Diante desse fato, a Coordenadoria Regional do INCRA, no Pará, pediu garantias às autoridades estaduais, a fim de que seus funcionários pudessem concluir os serviços de demarcação, vistorias etc.

9 – As garantias foram dadas, os trabalhos prosseguiram, ocasião em que as equipes de topografia e os agentes responsáveis pela ordem pública foram surpreendidos em emboscada, havendo a lamentar, inclusive, a morte de dois soldados e ferimentos em diversas pessoas.

10 – Após o atentado, a Polícia Estadual do Pará atuou no sentido de afastar da área os insufladores e seus agentes, restabelecendo-se assim, as condições indispensáveis ao prosseguimento dos trabalhos de demarcação, agora em vias de conclusão.

Inquérito policial foi instaurado, como não poderia deixar de ser em face, sobretudo, da existência de vítimas.

11 - Tudo faz crer que os insufladores agiam a serviço de “grileiros”.

12 – Realizados os trabalhos, o INCRA identificou cerca de 450 famílias de legítimos posseiros situados em terras devolutas da União, aptas a terem suas posses reconhecidas pelo governo e que – o que é mais significativo – estão trabalhando com o INCRA na demarcação.

Convém salientar que as 450 famílias não se encontram na terra subjudice, como queriam fazer crer os insufladores (...).⁵⁷

De acordo com a declaração acima, fica claro que na região, as concessões sobrepostas das terras já vinham de longa data, gerando tensões, conflitos jurídicos, políticos e sociais, muito dos quais, conflagrados em confrontos armados, resultando em despejos, prisões e mortes.

Corroborando com esta declaração, em entrevista concedida ao jornal “O Estado do Pará”, edição de 26 de outubro de 1979, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, Bertoldo Siqueira de Lira, interventor do Governo Militar, é muito elucidativo:

Naquele tempo do Aurélio do Carmo e de outros governos, soltaram muitos títulos sem demarcação oficial. Então, esses títulos ficaram andando à toa, por aí. Foram ao cartório de Conceição do Araguaia e reconheceram eles sem ter a terra. Hoje eles estão colocando esses títulos em cima dos colonos, despejando-os com o apoio do INCRA. Essa situação é antiga. Vem antes da Revolução e só agora explodiu e o povo não tolerou, porque já não aguenta mais. É preciso que o governo tome providências. (...).⁵⁸

Os conflitos que engendraram as colônias de posseiros rurais têm suas origens nesse processo contraditório e conflituoso promovido pela lógica do capital ao tentar assegurar a propriedade da terra partindo da perspectiva capitalista, tentando manter os trabalhadores rurais como força de trabalho livre e disponível.

Desde a década de 1970, o Sudeste do Pará tem se constituído como palco de lutas pela terra envolvendo diferentes atores. Neste cenário, quase sempre estiveram envolvidos, de

⁵⁷ Fonte: Jornal “O Liberal”, edição de 12 de novembro de 1976.

⁵⁸ Fonte: Jornal “O Estado do Pará”, edição de 26 de outubro de 1979.

um lado, os fazendeiros ou empresas agropecuárias ou agroindustriais apoiados por aparelhos do Estado,⁵⁹ de outro, trabalhadores rurais, apoiados pelos órgãos representativos de classe⁶⁰ e por setores da Igreja Católica⁶¹, parlamentares, advogados e partidos políticos⁶².

Marcado pela ocupação desigual e disputa pela terra, o Sudeste do Pará tem despontado no cenário nacional e internacional como uma das regiões de maior tensão social decorrente de intensos conflitos e violência agrária.

Os dados da tabela I mostram as ocupações não autorizadas feitas por produtores familiares rurais no período de 1975-1990 no Araguaia Paraense.

Tabela 1 – Número de ocupações de terras na região Araguaia Paraense entre 1975 e 1990

Municípios	1975 - 1984	1985 – 1990	Total
Conceição do Araguaia (inclui Floresta do Araguaia)	19	33	52
Redenção (inclui Pau D'Arco)	4	2	6
Rio Maria	15	18	33
Santa. Maria das Barreiras	2	6	8
Santana do Araguaia	7	18	25
São Geraldo do Araguaia (inclui Piçarra)	48	3	51
Xinguara (inclui Sapucaia)	27	9	36
Total	122	89	211

Fonte: Dados da CPT sistematizado por MELO (1999) Apud PEREIRA.⁶³

De 1975 a 1990, ocorreram 211 ocupações de terra na região do Araguaia Paraense, quase todas marcadas por intensos conflitos. Essas ocupações podem ser consideradas espontâneas, visto que não foram planejadas por nenhuma organização ou instituição.⁶⁴

⁵⁹ Refiro-me aqui à Polícia Militar, juízes de direito e os órgãos responsáveis pela questão agrária INCRA ou Grupo Executivo de Terras Araguaia -Tocantins (GETAT – criado durante a ditadura para, supostamente, resolver os conflitos agrários e questões fundiárias das terras situadas entre os dois rios do mesmo nome).

⁶⁰ Refiro-me aqui ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). Ressalta-se que estas entidades de classe ganharam força a partir da redemocratização do país na década de 1980. Anteriormente à esse período a CPT era a grande parceira dos posseiros na defesa de seus direitos, principalmente nas denúncias dos conflitos e violência agrária.

⁶¹ Principalmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), destacando-se nesta, o padre Ricardo Rezende Figueira, Frei Henri des Rosier apoiados pelo Bispo Dom Jose Patrick Hanraram.

⁶² O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Setores do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e final da década de 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT).

⁶³ PEREIRA, Airtom dos Reis, ROTHMAN, Franklin Daniel. *Ocupações espontâneas, conflitos e violência pela posse da terra no Araguaia*, Marabá, sem data. p. 2.

⁶⁴ Ver HÉBETTE (1988) e ALMEIDA (1993).

A tabela acima demonstra que partir de meados da década de 1970, diversos imóveis rurais foram ocupados por posseiros expulsos de outras terras e por trabalhadores rurais migrantes do Nordeste e do Sudeste do Brasil.⁶⁵ Estas terras, a maioria tituladas em nome de um fazendeiro, de um grupo de fazendeiros ou empresários, permaneciam ociosas. Desta forma, os posseiros sentiam-se à vontade para empreender as ocupações, pois a ociosidade da terra significava para estes que não havia legitimidade da propriedade.

Os dados demonstram ainda, que as ocupações de terras nesta região foram significativas. Rio Maria aparece neste cenário no terceiro lugar, em terceiro lugar com 33 ocupações, representando um percentual de 15,64% no universo total da região citada.

As ocupações de terra e a luta pela Reforma Agrária moldaram as ações do Estado no período, visto que as intensas mobilizações questionando a falta de distribuição de terras, os conflitos e a violência agrária fizeram suscitar o debate e as pressões sociais por mudanças no modelo vigente.

Houve uma série de mudanças no sentido de ajustar o modelo à realidade social. Em 09 de julho de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Decreto-lei nº 1.110. Recriado em 1990, visto que suas competências haviam sido transferidas para o Ministério de Agricultura.

Em 1980, através do Decreto-lei 1.767, foi criado o Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins (GETAT), extinto em 1987.

Em 1985, através do Decreto nº 91.214, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), extinto em 1989.

Destacou-se também, neste período (1985), a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) através do Decreto nº 91.766.

O Governo Federal, através dos Decretos-Lei nº 87.095 de 16 de abril de 1982 e nº 92.623 de 02 de maio de 1986, declarou a região Sudeste como uma das áreas prioritárias de ação emergencial para realização da Reforma Agrária.⁶⁶

Como a reforma Agrária não saiu do papel, as ocupações espontâneas moldaram seus próprios caminhos: ocupar, resistir e produzir era a estratégia mais utilizada para garantir a posse. Essas ocupações foram modificando o cenário do espaço agrário, com a luta dos trabalhadores rurais marcada por violentos conflitos.⁶⁷

⁶⁵ Veja a esse respeito: PINTO, Lúcio Flavio. Conflitos de Terras no Sul do Pará. Reforma Agrária. Campinas, v. 12 nº 02, março/abril de 1982, Apud PEREIRA Airton dos Reis e ROTHMAM Frank Daniel, *Op. Cit.* p. 4.

⁶⁶ *Idem. Ibidem*, p. 2.

⁶⁷ Veja a tabela II.

As áreas desapropriadas pelo INCRA para fins de Reforma Agrária recebiam nova denominação, bem como seus habitantes: as *posses* passavam a ser chamadas de *lotes*, as *ocupações*, *colônias* e os *posseiros* passavam a ser chamados de *colonos*. A Partir da década de 1990, mudou-se novamente a nomenclatura: as terras desapropriadas passaram a ser identificadas como *Projetos de Assentamento* e os moradores, *produtores familiares*.

Em Rio Maria, passaram a predominar os Projetos de Assentamento, onde seus habitantes foram cadastrados pelo INCRA e receberam apenas a autorização de ocupação (posse). A área rural do município virou um mosaico de formas e apropriação de terras: mesclam-se colônias, assentamentos, fazendas e agroindústrias. Em termos de extensão territorial, predominam as duas últimas.

Entre 1985 e 2004, percebe-se que a intervenção dos produtores familiares rurais, através das ocupações, fez aumentar a quantidade de pequenos estabelecimentos nas antigas glebas.

Entre 1987 e 2005, na região Sudeste do Pará, foram desapropriadas 134 fazendas, onde foram assentadas 16.556 famílias. Destes assentamentos, 18 estão localizados no município de Rio Maria, onde foram assentadas 1.340 famílias.⁶⁸

1.2 – A posse: da legitimidade à legalidade

No período de 1970/1980, frentes camponesas migraram para o Sudeste Paraense em busca de terra para produzir e sustentar a família. Segundo Ianni (1978:113), as ocupações de terras devolutas era fácil e não exigia formalidade antecipada:

Bastava (há pouco tempo) embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça e demarcar com uma picada rústica a área da posse. Em seguida deveria ser feita uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada com título definitivo.⁶⁹

Esta prática foi utilizada por posseiros, fazendeiros e empresários sem planejamento, seja por eles ou pelo Estado.

⁶⁸ Fonte: INCRA - Dados da Superintendência Regional do Sul do Pará (SR 27) – Gerência Operacional de Sistemas (GOS) – Atualizado SIPRA – 2006. Neste total estão incluídas áreas de Banach, Água Azul Canaã dos Carajás e Cumarú do Norte. (Junto com as áreas de Rio Maria encontra-se assentamentos que pertence também aos municípios de Xinguara, Floresta e Pau D'arco).

⁶⁹ IANNI (1978), *Op. Cit.*

A tradição do Estado, desde o período colonial, foi de priorizar os grandes proprietários rurais e na década de 1970/1980, não foi diferente. Estes, após demarcarem as glebas, solicitavam o título de propriedade independentemente da finalidade de uso das mesmas.

Uma diferença básica marca a relação desse tipo de apropriação e uso da terra entre os grandes proprietários e posseiros. Os primeiros logo se preocupavam em legalizar a terra em seus nomes, já os últimos, deixavam de requerer a legalização de suas posses, principalmente porque na concepção destes, ocupar, trabalhar e produzir na terra, fazia da posse uma propriedade legítima, diferentemente do que defende Ianni (1978), que afirma que estes não requeriam o título de propriedade devido a baixa escolaridade que possuíam. A questão da legitimidade e da idéia do direito de uso, constituíram-se nos pilares de suas ações.

As ocupações não autorizadas e disputa entre posseiros, fazendeiros ou empresários, desencadeou uma violência sem precedentes na região, tendo repercussões locais, nacionais e internacionais. As dimensões da violência provocaram a solidariedade em diversos setores da sociedade em vários níveis: Igreja católica, intelectuais, estudantes, partidos políticos etc.

No ano de 1980, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), abordou através do documento intitulado *Igreja e o problema da terra*, a problemática da posse da terra no Brasil, afirmando “*não [ser] um estudo sobre a agricultura, nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária*”.⁷⁰ Assim, denunciava a concentração da terra no campo e na cidade. Ressaltava ainda, que a terra rural era uma necessidade para os trabalhadores rurais.

Fazemos igualmente uma advertência evangélica aos que querem “ajuntar casa a casa, campo a campo, até que não haja mais lugar e que sejam únicos proprietários da terra” como já denunciava o profeta Isaias (Is 5,8).⁷¹

Com base no senso Agropecuário de 1975, que evidencia a concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros e empresários, questiona-se as desproporcionalidade ao acesso às mesmas, onde predominava a grande propriedade e excluía os trabalhadores rurais que nelas viviam.

⁷⁰ Fonte: CNBB. Documento *Igreja e problema da terra*, aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB. Itaci, 14 de fevereiro de 1980.

⁷¹ *Idem*. p. 4.

Estudando a questão, Costa (2000:89) aponta para dois tipos de campos fundamentais de tensão:

nas áreas de fronteira, os construídos pelo processo de transformação da “frente pioneira”, onde o acesso à terra é obtido pela posse, em “frente de expansão” – a que se caracteriza pela implantação do regime de propriedade privada da terra; no resto do País: o resultante dos embates entre *terra de trabalho e terra de negócio*.⁷²

Ianni (1978), ao analisar o problema, caracteriza os dois modelos de propriedade, ou seja, terra para trabalho e terra de negócio. O primeiro compreende a terra cuja exploração não implica o trabalho de pessoas externas à família ou à comunidade que explora coletivamente a terra. O segundo, caracteriza-se pela implantação do regime de propriedade privada da terra e de exploração de mão-de-obra e trabalho de outros, dos quais o capital se apropria para aumentar continuamente e gerar novos lucros.

No Brasil, é clara a oposição entre estes dois modelos, de um lado o regime de propriedade que exige grandes extensões de terra, de outro, o regime alternativo de propriedade, a propriedade familiar, onde a terra é utilizada para morar e trabalhar.

Para Costa (2000:90), há semelhanças entre o posseiro e o camponês. Primeiro pelo fato de ambos exercerem o trabalho autônomo na terra, que é, por este motivo, terra de trabalho. Segundo, pela oposição ao capital que, como suposto de sua própria evolução, instaura a terra de negócio aquela que, citando Martins (1980, apud Costa, 2000:90) “*Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os meios de produção [...]. Uma das variantes da propriedade privada*”.⁷³

Em Rio Maria, nas antigas posses ou nos atuais lotes, os moradores não têm pressa em solicitar o título de propriedade da terra, pois consideram que esta foi legitimada pelo tempo, pela moradia e pelo trabalho. A legislação brasileira legitima a garantia de posse aos camponeses, quando estes estivessem morando na terra há um ano e um dia.⁷⁴

Nessa lógica, a posse por si só possui um valor simbólico de liberdade, de não obrigação de trabalhar em terra *alheia*, e esse sentimento está presente nos discursos dos antigos posseiros, tal como se verifica no depoimento de Jarbas Cabral:

⁷² COSTA (2000). *Op. Cit.*

⁷³ *Idem. Ibidem.* p. 135.

⁷⁴ De acordo com BUARQUE, Usucapião é o “*Modo de adquirir propriedade móvel ou imóvel para posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo*”. BUARQUE, *Op. Cit.* p. 1434. O usucapião é previsto no art. 184 da Constituição Federal de 1988.

Foi um período que a gente tinha uma dificuldade muito grande, questão de estrada que a gente não tinha estrada pra escoar a produção que nós tínhamos. Mais em compensação em vista do estado de Goiás foi bem melhor porque aqui a gente tava cultivando um pedaço de terra que era nosso. A gente não tava morando em terra alheia, nem sofrendo pressão por parte de fazendeiro igual tinha no Goiás.⁷⁵

No Brasil, os direitos sociais têm pautado as reivindicações da classe trabalhadora, mas não tem sido objeto de políticas públicas. Nesse, a posse da terra obtida pelo trabalho, pela produção, não tem assegurado a propriedade à maioria dos camponeses, com exceção das conquistas feitas através ocupação onde as terras foram desapropriadas. .

As desapropriações que antes ocorria através de ocupação e resistência dos trabalhadores na área ocupada foram restringidas legalmente, o que tem dificultado ainda mais a conquista de terra por trabalhadores rurais familiares.

Ao condicionar a não vistoriar áreas ocupadas, o INCRA dificulta a legalização das posses e tenta impedir novas ocupações. Além disso, a Constituição Federal de 1988 determina a avaliação da terra para verificar se cumpre sua função social. Porém, em alguns casos os laudos são questionáveis pela sua parcialidade. Neste sentido, relata Canuto: *“até pastagens degradadas passou a ser a garantia produtiva das áreas. Até hoje em vistorias do próprio INCRA se caracteriza áreas devastadas com pastagens como propriedade altamente produtiva”*.⁷⁶

As terras ocupadas e desapropriadas para implantar os assentamentos demonstram que houve avanço na luta e conquista da terra, embora seja pequeno diante da quantidade de trabalhadores sem terra no Brasil.

No início da década de 1980, houve grandes mobilizações das camadas populares e democráticas que reivindicavam o fim do regime militar e a redemocratização do país. Imbuídos nesta luta, os trabalhadores rurais questionavam a estrutura agrária brasileira. Com o processo de redemocratização, a Reforma Agrária passou a ser considerada compromisso do governo. Em 1985, o presidente José Sarney lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Com o lançamento do PNRA, aumentou as expectativas dos camponeses de terem acesso à terra ou de legalizarem as áreas já ocupadas. Como a Reforma Agrária não saiu do papel, eles foram criando e estabelecendo outros mecanismos de resistência na luta pela posse.

⁷⁵ Jarbas Pereira Cabral, goiano, 37 anos, trabalhador rural e professor. Chegou à terra onde reside, no PA Expedito Ribeiro, em 1985. Entrevista gravada em 10 de julho de 2006.

⁷⁶ Entrevista do ex-sindicalista Orlando Canuto Pereira, realizada em 20 de agosto de 2006.

A pressão por desapropriações dava-se em três níveis: no político, onde buscavam ampliar forças através de parcerias com defensores da Reforma Agrária; no jurídico, onde questionavam a legitimidade de títulos e a função social da terra, e na prática, onde a luta se configurava de acordo com o momento, indo desde as manifestações em órgãos públicos que forçavam vistorias nas terras ocupadas, até a luta armada nas áreas ocupadas.

A contribuição maior das organizações sociais na luta pela terra, foi, praticamente, jogar papel político com mobilizações, denúncias de violências, defesa dos trabalhadores rurais, exigindo do Estado as desapropriações e o fim da violência implementada pelos fazendeiros e empresários contra trabalhadores rurais.

No Sudeste do Pará, juridicamente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a CPT deram grandes contribuições à luta dos posseiros, contratando advogados para defenderem os direitos dos ocupantes de permanecerem na terra, buscando assegurar que a legitimidade das ocupações adquirissem a legalidade.

Os trabalhadores sem terra, desprovidos de recursos financeiros, lutavam com as armas que tinham: a palavra, foices, machados, facões e espingardas para defenderem o direito de permanecerem na terra para trabalhar e manter a família, forçando desapropriações que só começaram a ocorrer no final da década de 1980.

Os números do INCRA (SR 27) informam que, de 1987 a 2005, foram desapropriadas 134 fazendas na região, somando um total de 1.079.283.3292 hectares.⁷⁷. Nestas terras, a posse para as famílias que nelas habitavam foi legalizada, embora não tenham recebido o título definitivo.

Ainda conforme o INCRA, foram assentadas 16.556 famílias, mas o documento aponta uma capacidade de terra para assentar 23.682.⁷⁸ Destas posses legalizadas para Projetos de Assentamento, 18 estão localizadas no município de Rio Maria, onde foram assentadas 1.340 famílias.⁷⁹ É o que podemos verificar na tabela abaixo:

⁷⁷ Fonte: INCRA. Superintendência Regional do Sul do Pará (SR 27). Gerencia Operacional de Sistemas– GSO.

⁷⁸ *Idem*. Neste total estão incluídas áreas de Banach, Água Azul Canaã dos Carajás e Cumarú do Norte.

⁷⁹ *Idem*. Nas áreas de Rio Maria, encontra-se assentamentos que em parte pertencem também aos municípios de Xinguara, Floresta e Pau D'arco.

Tabela 2 - Regularização fundiária das ocupações

Município	Ocupações camponesas	Área (ha)	Famílias cadastradas	Área por família (ha)*	Ano de criação
	Juassama	8.358,0000	147	56,85	04/10/1991
Rio Maria	Barra Mansa	4.351,4730	59	73,75	31/10/1991
	Vermelho e Preto	4.263,0000	92	46,33	31/10/1991
	João Canuto	2.977,6506	77	38,67	24/09/1992
	Tupã-Ciretã, lote 160	4.356,0000	76	57,31	14/12/1995
	Itaipavas II – lote 134	4.356,0000	73	59,67	02/07/1996
	Mata Azul I	4.448,9400	80	55,61	24/09/1996
	Recantão	2.489,2126	44	56,57	14/07/1997
	Três Rios	3.143,1338	65	48,35	10/10/1997
	São Jorge	4.356,0000	76	57,31	11/11/1998
	Estrela do Pará	2.172,2343	42	51,71	09/04/1999
	Expedito Ribeiro	2.761,8225	47	58,76	21/10/1999
Rio Maria/Pau D'arco	Araxá	1.636,0000	42	38,95	14/11/1999
Rio Maria/Floresta	Travessão	17.666,0000	320	55,20	14/11/1999
	Diutá	1.051,1666	11	95,56	24/11/1999
	Vale da Serra	2.175,9175	21	103,61	15/12/2000
	Mata Azul II	2.395,0000	32	74,84	07/03/2003
	Mata Azul III	1.936,0000	36	53,77	07/03/2003
Total		74.893.5509	1340		

Fonte: INCRA. Superintendência Regional do Sul do Pará (SR 27) – Gerencia Operacional de Sistemas (GSO).

Os dados demonstram que os assentamentos são complexos, que não obedecem a um critério único para a distribuição dos lotes. Percebe-se na tabela 2, que não há uma regularidade no tamanho dos lotes, onde a média varia entre 38,67 e 103,61 hectares. Na prática, as dimensões do lotes medem entre 25 e 300 hectares.

As ocupações transformadas em Projetos de Assentamento garantem o acesso do produtor familiar aos benefícios dos Programas destinados à Reforma Agrária. A maior parte dos produtores foi beneficiada pelos recursos voltados aos assentamentos.

O INCRA informou que em Rio Maria, o número de famílias cadastradas nos assentamentos até o ano de 2005 totaliza 1.340.⁸⁰ Esses dados são constantemente atualizados, face à intensa mobilidade existente, tanto de migrantes que chegam aos assentamentos, quanto de assentados que neles não permanecem. Nos Projetos de Assentamento estudados, essa mobilidade vem ocorrendo, principalmente, a partir da desapropriação e mais recente com a introdução da pecuária.

* Média obtida pela divisão do tamanho da área desapropriada pelo número de famílias cadastradas pelo INCRA.

⁸⁰ Fonte: INCRA. Superintendência Regional do Sul do Pará (SR 27) – Gerencia Operacional de Sistemas (GSO).

1.3 – Organização e lutas

Para Reynal, et. al (1996), a organização camponesa formal, isto é, o surgimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais na região foram criados pelo INCRA na época da ditadura militar e, por esta razão, considera-se que “nasceram amordaçados”⁸¹.⁸²

Hébette (2002), ao discorrer sobre a organização camponesa na Transamazônica destaca o controle do Estado, á época da ditadura militar, com orientação ou fundação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR):

Não interessava obviamente, ao regime, ainda menos do que aos governos anteriores, a organização livre dos trabalhadores rurais; a agitação no campo e a pressão pela Reforma Agrária tinham, aliás, precisamente, justificado o golpe de 1964 que colocou os militares no poder. O INCRA tinha recebido plena delegação da União para enquadrar os colonos nos Projetos Interligados de Colonização (PIC) e, posteriormente, numa variante nos Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD), encarregando-se, simultaneamente, das tarefas de distribuição de terras, crédito, instrução, saúde, associativismo. Assumia, inclusive, a criação e orientação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). O que não representava privilégio em comparação com os colonos da colonização espontânea. Uns e outros sofriam dificuldades comuns de distância de suas famílias, de isolamento, de confronto com um ambiente estranho, de fechamento com um espaço público para uma possível organização.⁸³

A organização camponesa formal, na região do Araguaia Paraense, surgiu no contexto de controle dos militares sobre os trabalhadores e suas organizações, tal qual aponta Hébette (2002). Ressalta-se que o sindicato de Conceição do Araguaia não foi criado pelo INCRA, mas pelos trabalhadores rurais que há anos sofriam o abandono do próprio Estado.

Segundo Figueira (1986), as primeiras tentativas de criar uma organização camponesa em Conceição do Araguaia datam da década de 1960. Porém, foi em fevereiro de 1972 que os trabalhadores rurais criaram a primeira Associação de Trabalhadores Rurais, transformada em Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), em junho do mesmo ano.

Com o golpe militar de 1964, a região vivia sob forte controle social, e não demorou para que os militares criassem um motivo para intervir no sindicato. Em meados de 1974 os militares nomearam para presidir o sindicato o militar reformado do Exército, Bertoldo Siqueira de Lira, que ficou na direção desta entidade até 1985.

⁸¹ REYNAL, Vicent de, MUCHAGATA, Márcia G., TOPAL, Oliver, HÉBETTE, Jean. *Agriculturas Familiares e desenvolvimento em frente pioneira*. Guadeloupe: LASAT/CAT: DAT/UAG: GRET, 1996, p.9.

⁸² *Idem*, p. 9.

⁸³ HÉBETTE (2002), *Op. Cit.*, p.208-209.

Assim como afirma Hébette (2002), já fazia parte dos objetivos traçados pelos militares impedir a organização autônoma dos trabalhadores. Em Conceição do Araguaia, os conflitos antecederam à criação do STR em 1972. Uma organização camponesa era vista pelos trabalhadores rurais e seus aliados como um importante instrumento de luta pela terra e contra a violência que se ocorria na região.

No Sudeste do Pará, durante a vigência dos governos militares 1964-1984, não ocorreu uma ocupação planejada por estes que beneficiasse os trabalhadores rurais como um todo. Os trabalhadores que conseguiram ser incluídos nesses Projetos de Assentamento continuaram nas áreas que foram chamadas de colônia e como tal não receberam recursos e créditos tal como os outros Projetos de Assentamentos recentes.

De 1974 até agosto de 1985, o Sindicato de Conceição do Araguaia, administrado pelo interventor Bertoldo Siqueira de Lira, teve suas ações limitadas ao assistencialismo e a defesa dos interesses dos grandes proprietários de terras. De acordo com camponeses que vivenciaram este contexto, o STR pagava consultas médicas, extrações de dentes e até caixão, quando solicitado.⁸⁴ Bertoldo Siqueira recebia o apoio do GETAT no que diz respeito as práticas desenvolvidas pelo sindicalismo “pelego”.⁸⁵

Reconhecendo as mobilizações e o acirramento dos conflitos agrários e, conseqüentemente, o crescimento da violência contra os trabalhadores rurais, a Igreja Católica, que havia apoiado o golpe militar em 1964, propõe-se como mediadora desses conflitos. Em seu livro *A Justiça do Lobo*, Ricardo Rezende (1986) reconhece que “*a questão para os religiosos estava em ‘humanizar’ a penetração do capital no campo*”. Na mediação, dirigentes religiosos acreditavam na possibilidade de defender os peões e os posseiros junto as autoridades, bem como convencer as empresas a melhorarem o tratamento dado a estes trabalhadores rurais.⁸⁶

Setores da igreja procuravam auxiliar, dentro de seus limites e possibilidades, os posseiros que chegavam à região. Monsenhor Augusto Dias de Brito solicitou ao Estado as 23 glebas, de 4.356 hectares cada uma, na região da Floresta para assentar, lavradores sem terra.⁸⁷ As glebas foram concedidas para colonização, com publicação no Diário Oficial de

⁸⁴ Confirmou-se este relato a partir de pesquisas feitas nos arquivos do STR de Conceição do Araguaia. Porém, na realidade quem pagava esses benefícios eram os próprios sindicalizados, visto que, além da contribuição sindical mensal, pagavam taxas extras que eram direcionadas para estes fins.

⁸⁵ Por “Pelegos” entende-se os sindicalistas que defendiam interesses que iam de encontro as reivindicações feitas pelos trabalhadores rurais.

⁸⁶ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A Justiça do Lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986. p. 16-17.

⁸⁷ Havia na região dificuldades de saber o que era terra da União e o que era terra do Estado. Em 1971 através do Decreto Lei 1164, de abril de 1971, transferiu-se para a União 100 km de cada lado das rodovias federais. O

19 de abril de 1973. O sacerdote iniciou o assentamento de três mil e quinhentas famílias, elaborando regulamento próprio, sem nenhum acompanhamento ou auxílio do Estado.⁸⁸

Foi com o objetivo de mediar os conflitos e defender os direitos de peões e posseiros, que foi criada em 1975 a Comissão Pastoral Terra (CPT), que tinha como propósito "*interligar, assessorar e dinamizar*" as atividades de apoio aos movimentos sociais no campo⁸⁹ e "*atender o seguimento mais expressivo dos pequenos produtores, os posseiros*".⁹⁰ Exerceram influência na formação sindical de lideranças da região, que também passaram a fazer parte das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).⁹¹ A CPT teve importante papel na luta, principalmente pela atuação jurídica e política.

Neste processo de organização e apoio aos trabalhadores rurais, destacou também outros seguimentos progressistas da sociedade: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) além de advogados, parlamentares, partidos políticos.

Entre os partidos políticos, destaca a participação do PC do B que contribuiu para a formação de lideranças camponesas na região. Os camponeses ligados ao partido como José Basílio de Ciqueira "Dosa", Expedito Ribeiro, João Canuto e Videriana etc. estiveram à frente do movimento sindical, organizando os trabalhadores.

Os trabalhadores rurais encontraram dificuldades para se organizarem, pois não podiam contar com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo Martins, com Bertoldo no sindicato, a luta pela terra era mais complicada porque ele estava do lado dos fazendeiros e tinha o apoio do governo (informação verbal).⁹² Houve várias tentativas de tirar Bertoldo do cargo, a maioria, sem sucesso. Quando ocorriam os processos eleitorais, o GETAT e o representante das Forças Armadas, Sebastião Rodrigues de Moura (Major Curió) interferiam para impedir que a eleição ocorresse de forma legal e que um candidato de oposição assumisse o sindicato. As ações de Curió, do GETAT e da polícia, iam desde intimidações, e

INCRA abriu um escritório em 1974 em São Geraldo do Araguaia – município de Conceição do Araguaia. O ITERPA também teve atuação na região legalizando terras de seus domínios.

⁸⁸ FIGUEIRA (1986). *Op. Cit.*, p. 31.

⁸⁹ Veja-se a esse respeito em ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O Intransitivo da Transição: O Estado, os conflitos agrários e violência na Amazônia (1965 - 1989)*. In. LÉNA, Philippe e OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Org.) *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG, 1991. p. 261.

⁹⁰ BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997. p. 39.

⁹¹ A esse respeito veja: ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996; PEREIRA, Luzia Canuto. *Conflitos pela posse da terra em Rio Maria de 1980-1997*. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal do Pará, 2000, p. 76.

⁹² José Roberto Martins, advogado e defensor público que morava e trabalhava em Conceição do Araguaia e que, na época, acompanhou de perto esta luta da oposição sindical. Informação oral coletada no mês de agosto de 2006.

difamações sobre os opositores, a sabotagem do processo eleitoral e o assassinato de lideranças como “Gringo”.

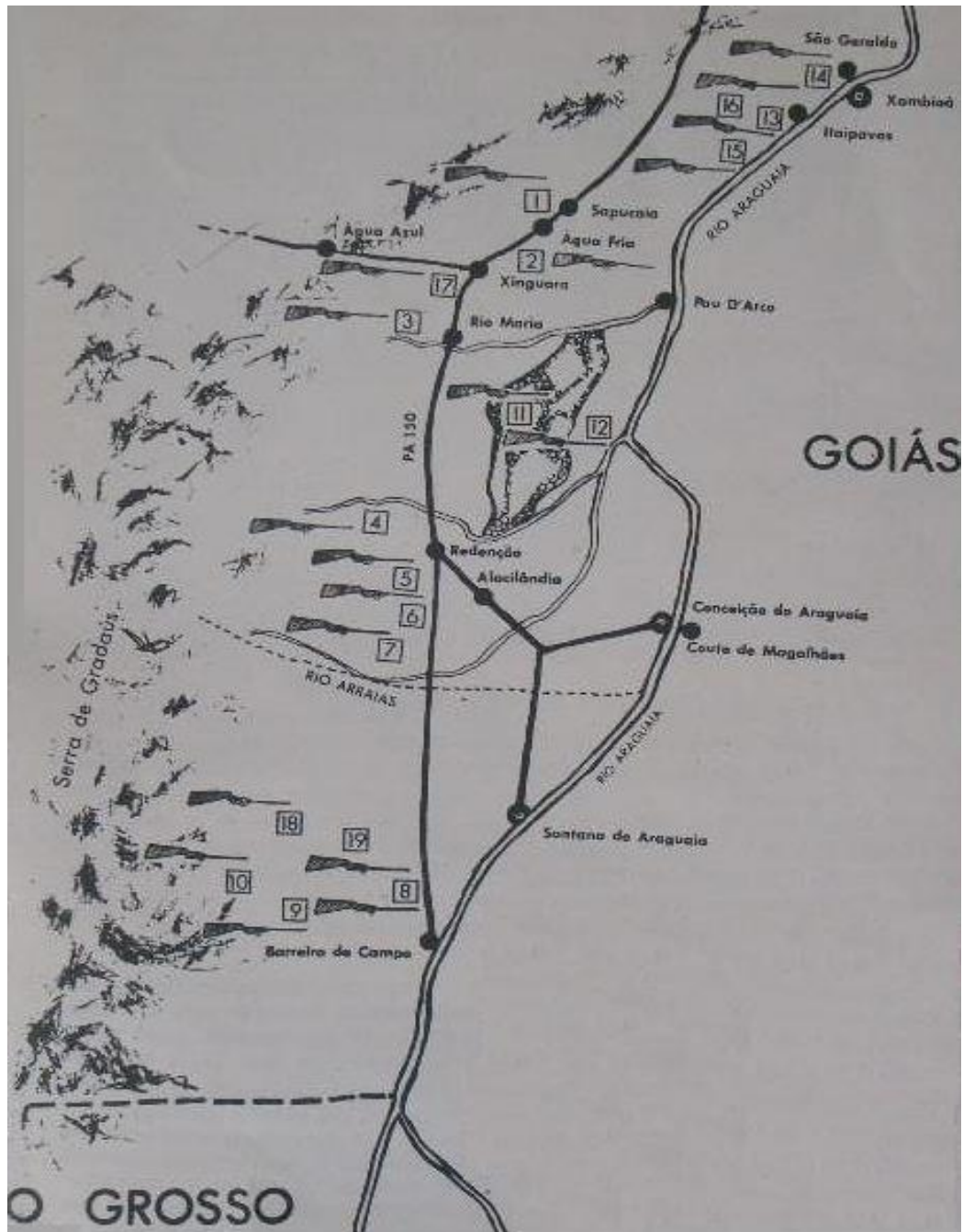
O movimento de Oposição Sindical surgiu em 1978, quando trabalhadores rurais de várias colônias e comunidades dos povoados que faziam parte do município de Conceição do Araguaia participaram deste movimento que pretendia retomar o Sindicato de Conceição do Araguaia e organizar a luta pela Reforma Agrária. A Oposição Sindical ganhou força, conseguindo assumir algumas organizações de base (delegacias sindicais) e pressionaram para que ocorresse o processo de eleitoral, pois pretendiam retirar Bertoldo do cargo pelas vias legais.

A intensificação da movimentação dos trabalhadores deu-se face ao aumento da violência no campo a que estavam submetidos. Além disso, a Oposição Sindical aumentou o debate com a sociedade sobre as possibilidades de uma Reforma Agrária.

Na segunda metade da década de 1970, Murilo de Carvalho mapeou as principais áreas de conflitos por terra no Sudeste Paraense, na época, denominada Sul do Pará. Segundo ele, havia 19 áreas: Água Fria, Tupã Ciretã, Parauapebas, Alô Brasil, Chaparral, Aldeia, Nova Esperança, Manah, Volkswagen – Fazenda Vale do Rio Cristalino, Codespar, Floresta, Lote 41, Itaipavas, Sobra de terra, Parada de lama, Perdidos, Marajoara, Lunardelli e Quixadá.

Estas áreas estavam concentradas nos municípios de Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia, e seus respectivos povoados, como se pode observar no mapa que segue, datado de 1978.

Mapa 1 : “Sul do Pará: alguns dos conflitos atuais” (1978)



- 1- Água Fria – Problemas trabalhistas e conflitos de grandes fazendas com posseiros
- 2- Tupã Ciretã – Posseiros ameaçados, processo de expulsão em andamento.
- 3- Paraopeba – Fazendeiros de Minas Gerais tentando tirar posseiros. Graves problemas de saúde, com um surto de febre amarela e maleita [malária].
- 4- Alô Brasil – Fazendas de criação de gado. Sérios problemas trabalhistas e alguns conflitos com posseiros.
- 5- Chaparral – Expulsão de posseiros com violência. Morte de um jornalista e um advogado.
- 6- Aldeia – Multinacional alemã – Nixdorf – ameaça expulsar 200 famílias de posseiros.
- 7- Nova Esperança – Problemas de limites de terra e expulsão de posseiros.
- 8- Manah – Grupo de posseiros resistem a três anos aos ataques de pistoleiros e policiais, que querem desaloja-los.

- 9- Volkswagen – Fazenda Vale do Rio Cristalino – sérios problemas trabalhistas. Não pagamento de empreiteiros. Dezenas de reclamações junto ao sindicato dos Trabalhadores rurais de Santana do Araguaia.
- 10- Codespar – Peões reclamam das condições de trabalho. Ameaças e prisões ilegais.
- 11- Floresta – Áreas de colonização a cargo da Igreja. Dos 22 lotes ocupados por colonos, 12 estão com problemas de fazendas que reivindicam direitos nas terras.
- 12- Lote 41 – Dezenas de posseiros estão em litígio com um fazendeiro que procura expulsá-los de sua gleba. Proprietário é irmão do prefeito de Conceição do Araguaia, Giovane Queiroz.
- 13- Itaipavas – Posseiros resistem às pressões da polícia e do Incra.
- 14- Sobra de terra – Ameaçados, os posseiros denunciam prisões e violências por parte de pistoleiros e policiais.
- 15- Parada de lama – Expulsão de posseiros. Grilagem de terra e ameaça por pistoleiros. Os posseiros afirmam que não vão resistir.
- 16- Perdidos – Região onde se desenrolaram grandes batalhas nos tempos da guerrilha do Araguaia. Posseiros emboscaram e mataram policiais. Repressão violenta. O bispo D. Estavao, alguns padres e 27 posseiros foram processados.
- 17- Marajoara – Colonos instalados pelo Incra são ameaçados de despejo e tiveram seus barracos invadidos pela polícia. Assédio constante. Os colonos estão dispostos a resistir.
- 18- Lunardelli – 5 fazendas. Problemas trabalhistas. Peões doentes e sem assistência. Serias denúncias no Sindicato.
- 19- Quixadá – Exploração de trabalhadores. O gerente, foragido de Angola, mantém os trabalhadores num regime próximo à escravidão.⁹³

Sobre os conflitos, Bertoldo Siqueira comentou a respeito dos problemas que atingiam os trabalhadores rurais na região:

O trabalhador não tem culpa de ta invadindo terra. A culpa é da União porque eles vivem morrendo de fome não tem com que tratar a família então são obrigados a invadir terras. Ninguém nega isso, nem os fazendeiros porque eles sabem que não tem terra para o pequeno lavrador. [...] naquele tempo do Carmo e de outros e outros governos, soltaram muitos títulos sem demarcação oficial. Então seus títulos ficaram andando a toa por aí. Foram ao cartório de Conceição do Araguaia e reconheceram eles sem ter a terra. Hoje eles estão colocando esses títulos em cima de colonos, despejando com o apoio do INCRA. Essa situação é antiga. Vem de antes da Revolução e só agora explodiu e o povo não tolerou porque o povo não agüenta mais. É preciso que o governo tome providências [...].
Tem 5. 278 famílias sem terra, sem casa, sem trabalho 40 mil pessoas na miséria total. Eles estão jogados por Xinguara, Rio Maria, Redenção nesses campos, uns comendo à custa dos outros. Quem tem dois dá um. Eles não têm como viver assim poderão se juntar uns com os outros pra roubar. Porque é só o que ta faltando acontecer aqui. Mas Deus que livre disso. Se o governo não tomar providências.⁹⁴

Em 1979, eclodiram conflitos em vários lugares da região. A declaração de Bertoldo demonstra como o governo permitiu que isso ocorresse, distribuindo títulos de terras e demarcando-as em áreas de antigos colonos. Embora Bertoldo fizesse um discurso em que

⁹³ Fonte: CARVALHO, Murilo. Sul do Pará. In. *Documento: O povo do Pará se Manifesta*. Belém: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH, 1978 / São Paulo: Jornal “O Movimento”, 27/11 a 13/12 de 1978.

⁹⁴ Fonte: Jornal “O Estado do Pará”. Belém/PA, edição de 26 de outubro de 1979.

condenava o INCRA e a Justiça como os responsáveis pelos conflitos, nada fazia para combater a violência em que os trabalhadores rurais estavam submetidos.

É neste contexto que o movimento da Oposição Sindical torna-se referência na luta pela terra e outros direitos dos trabalhadores rurais. Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, trabalhador rural, morador de São Geraldo do Araguaia e líder da oposição, em texto ao jornal “Tribuna Operária”, relata a situação de conflito e violência vivida pelos trabalhadores:

Para enfrentar esses problemas nós temos um órgão, que é o Sindicato dos Trabalhadores R, com 10,300 associados. Mas este órgão não defende os posseiros, os lavradores. Está sempre do lado do patrão. Recentemente o presidente foi enrolado num processo como testemunha de acusação de posseiros, a favor dos irmãos Badozzi, da Fazenda Marajoara II.

Depois de estudar essa situação resolvemos fundar a “Oposição Sindical” para concorrer o pleito do dia 29 de junho próximo. Ela foi muito bem aceita na região.

Se não houver bandalheira, acreditamos que a gente tem condições de vencer com 90 % de votos. [...] O primeiro ponto de nosso programa seria a Reforma Agrária imediata, sem a transferência dos lavradores. Porque o governo quer fazer uma concessão aos grupos Bamerindus, Bradesco, Almeida, Prado, etc. Tirando os lavradores do local e levando para o “pronto socorro” como nós chamamos que são as regiões de Tailândia e São Félix do Xingu. Além disso, reivindicamos a melhoria das estradas e melhores condições de atendimento sanitário nos povoados.⁹⁵

Sob muita pressão dos trabalhadores rurais, foi marcada uma eleição do STR para 29 de junho de 1980. Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, encabeçava a chapa de oposição. Este e José Basílio de Siqueira “Dosa”, trabalhador rural e um dos organizadores do movimento oposicionista, percorreram o Brasil em busca de recursos para viabilizar o processo eleitoral. Quando tudo parecia dar certo, “Gringo” foi assassinado em 29 de maio de 1980.⁹⁶ Com o assassinato de “Gringo”, a oposição sindical sofria mais um duro golpe, mas mesmo assim, os trabalhadores continuaram no processo de organização e lutas, ganhando as eleições de 1980 não conseguindo, contudo, ser empossados nos cargos.⁹⁷

Para Figueira (1986), no final de 1980 houve uma forte investida das forças militares em Conceição do Araguaia, as quais traçaram táticas para o novo processo eleitoral do sindicato, previsto para o dia 10 de junho de 1981. Além de uma série de sabotagens no processo eleitoral, a polícia foi utilizada para intimidar os oposicionistas.

⁹⁵ Fonte: Arquivo Pessoal do Advogado Paulo Fonteles. Jornal “Tribuna Operária” [texto sem data] *Matéria O Campo sofre e luta – Raimundo Ferreira Lima fala à Tribuna Operária*.

⁹⁶ O assassinato de Gringo foi arquitetado pelo filho de um fazendeiro que morreu num conflito de terras na região de São Geraldo do Araguaia. Gringo não era posseiro nesta área, morreu porque era destacada liderança dos trabalhadores rurais da região. Veja a esse respeito: FIGUEIRA (1986). *Op. Cit.*, pp 61-66..

⁹⁷ Veja a esse respeito: FIGUEIRA (1986). *Op. Cit.*, pp. 61-66.

Segundo esse autor, “*Conceição do Araguaia parecia praça de guerra com dezenas de soldados armados dentro e fora do sindicato*”.⁹⁸

O acirramento dos conflitos pela terra e a falta de perspectivas de mudanças motivaram os trabalhadores rurais a criarem outros mecanismos de pressão na luta pela Reforma Agrária. Uma das estratégias foi denunciar os crimes praticados por latifundiários e exigir o fim da violência contra os trabalhadores rurais. Para isto, contava-se com o apoio da CPT que contratou, em 1978, o advogado Paulo Fonteles de Lima, que se destacou em toda a região na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.⁹⁹ Foram realizados diversos atos públicos com a cobertura da imprensa nacional, sendo estes, um dos mecanismos utilizados para denunciar e combater à violência e provocar o debate sobre a Reforma Agrária. Estes eventos contaram com participação de lideranças religiosas, sindicais e políticas que contribuíram no processo de organização e luta dos trabalhadores rurais da região.

A pressão política exercida pelos trabalhadores incomodava o regime militar. Vários posseiros e seus líderes foram presos e alguns torturados. Na década de 1970 até meados da década de 1980, evidenciou-se na região uma forte intervenção militar, seja no sentido de promover a ocupação do espaço rural, seja na tentativa de controle dos trabalhadores rurais.

Não foi por acaso que o governo militar procurou exercer o controle dos *trabalhadores rurais na região*. A ditadura militar exerceu uma desenfreada perseguição - com prisões, torturas e assassinatos - àqueles que se posicionaram contrários a sua política.

Uma das razões que pode ter contribuído para que os governos militares procurassem exercer rigoroso controle sobre estes trabalhadores rurais na região, pode ser explicada através da Guerrilha do Araguaia. Esta guerrilha consistiu-se num movimento armado que ocorreu entre 1968/1972 na região do Araguaia, sendo que parte dos guerrilheiros se estabeleceu em São Geraldo, povoado de Conceição do Araguaia na época. Participaram deste movimento, cerca de 69 militantes e dirigentes do PCdoB que contaram com apoio de parte dos camponeses da região.

O principal objetivo da guerrilha era implantar a democracia no país, lutando por um *”governo democrático popular e revolucionário que represente as classes e camadas*

⁹⁸ *Idem*, p. 63.

⁹⁹ O rompimento de Fonteles com a CPT se deu no momento em que começou as discussões sobre a necessidade de criar um partido que pudesse jogar papel político na luta dos camponeses na região. Paulo Fonteles chegou a participar de discussões de fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), chegou a fundar o PT. No momento que declarou sua opção política como comunista ocorreu o rompimento. Paulo continuou sua militância no movimento sindical como advogado de posseiros da região, influenciando na organização dos sindicatos que surgiram. Em 1982 se elegeu deputado estadual pelo PMDB onde destacou na defesa dos trabalhadores, sendo uma liderança reconhecida e querida no meio destes.

progressistas da sociedade brasileira e que substitua o poder dos latifundiários e grandes capitalistas".¹⁰⁰ Os guerrilheiros, em um número reduzido, combateram o Regime Militar de 1972-1975, mobilizando o Exército Brasileiro em proporções jamais vistas anteriormente.¹⁰¹

A abordagem sobre a Guerrilha do Araguaia é necessária para compreender as razões das ações dos militares no sentido de tentar controlar os movimentos sociais na região Sudeste do Pará. Embora este controle ocorresse em outros lugares, no Araguaia Paraense ele foi mais intenso devido ao medo dos militares de que os trabalhadores rurais se tornassem subversivos ao ponto de ameaçar, ainda mais, o poder do novo regime.

Partindo deste pressuposto, é mais fácil compreender o porquê do interesse dos militares em manter Bertoldo Siqueira à frente do Sindicato, pois, assim, evitariam conflitos e manteriam o controle dos trabalhadores rurais que chegavam em número expressivo à região.

Frustradas as tentativas de substituir Bertoldo na direção do STR, os opositoristas criaram outros mecanismos para enfrentar-lhe. A emancipação política de Redenção, Rio Maria e Xinguara, em 13 de maio de 1982, representou um marco importante na história dos trabalhadores rurais e do movimento de oposição sindical da região.

O processo de emancipação do município de Rio Maria envolveu muito mais as elites político-econômicas do que a população em geral. A Oposição Sindical não participou ativamente deste processo, mas foi beneficiada com a criação do município, pois possibilitou novos caminhos para derrotar o "*sindicalismo pelego*" em Conceição do Araguaia, implantado pela ditadura militar.

Diante do desmembramento de Rio Maria do município de Conceição do Araguaia, com base na legislação sindical, os opositoristas de Rio Maria encontraram argumentos para justificar a criação de um sindicato local. Em 28 de maio de 1983, os trabalhadores rurais da Oposição Sindical fundaram o STR de Rio Maria (que ficou na ilegalidade até 15 de janeiro de 1985, quando foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho). A primeira diretoria provisória, ainda na ilegalidade, era composta pelos trabalhadores rurais João Canuto¹⁰² (presidente), Roberto Neto da Silva (Secretário) e Expedito Ribeiro de Souza

¹⁰⁰ Fonte: A linha política do Partido Comunista do Brasil. Lisboa. Edições Maria da Fonte, 1974. p. 36-38 (coleção documentos) Apud. FILHO, Romualdo Pessoa Campos. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 30.

¹⁰¹ Veja a esse respeito: FILHO (1997). *Op. Cit.*

¹⁰² João Canuto de Oliveira e Creuza Oliveira não foram só parceiros no sindicato. Em 1982 disputaram pela sublegenda do PMDB a primeira eleição da cidade. Em condições difíceis fizeram uma campanha de casa em casa, a pé, de bicicleta, mas ganharam à confiança do povo. Comenta-se na cidade que ganharam a eleição no voto, mas perderam na apuração em Conceição do Araguaia. O prefeito eleito em 1982 pelo PMDB foi o fazendeiro Adilson Carvalho Laranjeira que em dezembro de 1985 participou de reunião para matar João Canuto, foi julgado e condenado 19 anos mais tarde e não foi preso.

(tesoureiro). Participaram também da primeira diretoria os lavradores: Manoel Neres de Oliveira, José Alves de Carvalho, José Veloso de Arruda, Jesuino Pereira de Souza, José Maria Pereira Lima, Oneide Rosa da Silva, Creuza de Souza Oliveira, Erasmo Guimarães e Joaquim Antônio Rodrigues.¹⁰³

Com a fundação do STR de Rio Maria, passaram a existir duas entidades de classe para representar os mesmos trabalhadores rurais. A Delegacia Sindical do STR de Conceição do Araguaia e o STR de Rio Maria. Este último diferenciava do primeiro pela combatividade de seus dirigentes na luta pela Reforma Agrária e outros direitos dos trabalhadores rurais.

Em maio de 1985, Bertoldo criou um cenário para legitimar seu representante em Rio Maria. Agendou uma eleição e convidou para votar pessoas não sindicalizadas. Neste evento, os opositoristas ocuparam a antiga Delegacia Sindical e de lá expulsaram Bertoldo e seus aliados, tomando-lhes todos os documentos referentes à eleição¹⁰⁴.

Nos primeiros anos de existência do STR de Rio Maria, os sindicalistas vivenciaram muitas dificuldades, pois as ocupações aumentavam e, conseqüentemente, aumentava também a violência no campo. A expulsão de Bertoldo e sua equipe da Delegacia Sindical, transformando-a em sede permanente do STR de Rio Maria, representou um marco na história da luta pela terra, pois o sindicato passou assumir seu verdadeiro papel: defender a reforma agrária e seus sócios. Assim nasceu o STR de Rio Maria: de provisório à legalidade¹⁰⁵.

Em primeiro de setembro de 1985, foi realizada a primeira eleição legalizada no STR e João Canuto permaneceu como presidente. Valdério Pereira dos Santos, secretário e Expedito de Souza tesoureiro. Além dos nomes citados, pertenciam à nova diretoria os lavradores: José Alves de Carvalho, José Ribamar Oliveira Silva, José Veloso de Arruda, José Maria Pereira Lima, Jesuino Pereira de Souza, Sebastião Fernando da Luz Neto, Antônio Severino, Divino Teixeira da Silva e Braz Antônio de Oliveira.¹⁰⁶

Na luta sindical e política, membros do Sindicato de Rio Maria sofreram diversas perseguições. De 1985 a 1991, foram registrados seqüestros, tentativas de assassinatos e homicídio, como se pode observar na tabela que segue:

¹⁰³ Fonte: ATA da fundação STR, datada de 02 de maio de 1983.

¹⁰⁴ José Maria Pereira Lima, dirigente sindical à época. Informação Oral coletada no mês de abril de 2006.

¹⁰⁵ Fontes: Atas e documentos do STR e Informações orais coletadas durante a pesquisa.

¹⁰⁶ Fonte: Ata da eleição e posse do STR.

Tabela 3: Perseguições e Mortes a membros do STR de Rio Maria.

ANO	NOME	Observação
1985	João Canuto de Oliveira	Assassinado
1985	Raimundo Maia	Assassinado
1990	Braz Antonio de Oliveira*	Seqüestrado e assassinado
1990	Orlando Canuto Pereira**	Seqüestro seguido de tentativa de assassinato
1990	Valderio Pereira dos Santos	Tentativa de assassinato
1991	Expedito Ribeiro de Souza	Assassinado
1991	Carlos Cabral Pereira	Tentativa de assassinato

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

A seletividade e a sucessividade dos crimes praticados entre 1985 e 1991 contra membros do STR, chocaram a opinião pública. No dia 13 de maio de 1991,¹⁰⁷ ocorreram vários protestos na cidade de Rio Maria, reunindo cerca de cinco mil pessoas,¹⁰⁸ com a presença de movimentos sociais e autoridades religiosas e políticas. Neste dia, estes traçaram estratégias de combate ao crime no campo. A imprensa deu ampla cobertura às atividades desenvolvidas.¹⁰⁹

Diante destes protestos, os fazendeiros não passaram despercebidos. Conforme Filho (1991), estes espalharam faixas nas ruas e sob a liderança do fazendeiro Edvair Queiroz¹¹⁰, realizaram no dia seguinte uma grande reunião no município de Xinguará.¹¹¹

O crime organizado no campo deixou a sua marca. De 1982 a 1989, o escritório regional da CPT de Conceição do Araguaia registrou 774 ameaças de morte, 834 denúncias de trabalhadores rurais que foram presos ou detidos, 558 denúncias de trabalhadores que foram feridos ou espancados e registro da expulsão de 2.514 famílias de posseiros, além de centenas

* Junto com Braz de Oliveira, também foi seqüestrado e assassinado seu ajudante, Ronan Rafael Vintura em 04 de abril de 1990.

** Orlando Canuto foi seqüestrado e baleado no dia 22 de abril de 1990 juntamente com mais dois irmãos: Paulo e José. Orlando conseguiu fugir. Paulo e José foram assassinados

¹⁰⁷ 13 de maio já havia sido instituído pela Câmara Municipal como o Dia Municipal Contra a Violência.

¹⁰⁸ Fonte: Jornal "O Liberal". Belém, edição do dia 14 de março de 1991.

¹⁰⁹ De acordos o Relatório do Comitê Rio Maria sobre o Dia Municipal Contra a Violência e Impunidade estavam presentes, entre outras personalidades, Luiz Inácio Lula da Silva, Eduardo Suplicy e Eduardo Greenhagh (membros do PT); Almir Gabriel (membro do PSDB); Aldo Arantes e Socorro Gomes (membros do PC do B); Ademir Andrade (membro do PSB); o Subprocurador Geral da República, Álvaro Augusto Ribeiro da Costa; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Almeida Coelho; os bispos Dom Augusto Alves, Dom José Vieira e Dom José Patrik Hanaranh; representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), CONTAG, FETAGRI; os atores Paulo Betti, Cristina Pereira e Antonio Grassi.

Entre os jornais que fizeram a cobertura, cita-se: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, edição de 13 de março de 1991; Jornal "O Globo". Rio de Janeiro, edição de 14 de março de 1991; Jornal "O Liberal". Belém, edição de 14 de março de 1991; Jornal "Folha de São Paulo". São Paulo, edição de 14 de março de 1991 e jornal "O Liberal", Belém, 14 de março de 1991.

¹¹⁰ Edvair Vilela de Queiroz é médico-fazendeiro e foi indicado pelo seu primo Giovanni Queiroz (prefeito de Conceição do Araguaia à época) como subprefeito de Rio Maria em 1976. Até início da década de 1990 exercia forte influência entre os fazendeiros de Rio Maria.

¹¹¹ FILHO, Moacyr Oliveira. *Rio Maria terra da morte anunciada*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991 p. 99-100.

de mortes.¹¹² Estava evidente para os movimentos sociais a existência de uma organização paramilitar que combatia não pessoas, mas ideais e sonhos.

1.4 – A UDR: velhas estratégias, novos desafios

Até o início dos anos de 1980, os fazendeiros agiam sem formalizar uma organização paramilitar para defender a propriedade. Utilizava-se de pistoleiros, da polícia e outras formas de ameaçar e matar os camponeses na disputa pela terra. Os conflitos fundiários ocorriam entre posseiros e fazendeiro ou empresário na materialização das ocupações e apenas nas áreas ocupadas. Os pistoleiros eram contratados pelos fazendeiros para “*limpar a área*”, que significava expulsar os posseiros, queimar os barracos e até matá-los, quase sempre com a conivência da polícia e/ou justiça. Essa era a prática em toda a Região do Araguaia paraense que perdurou em toda a década de 1970 até meados da década de 1980 quando estes foram mudando suas estratégias.

Os proprietários de terras que haviam sido beneficiados pela política de distribuição de terras, financiamentos e incentivos fiscais e creditícios durante os governos militares, sentiram se prejudicados com o fim da ditadura militar.

O lançamento do PNRA, cujo objetivo principal era a distribuição de terras, foi uma afronta aos interesses dos fazendeiros e donos de madeireiras e empresas agropecuárias, desencadeando a ação organizada dos latifundiários com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985.

A decisão de criar a UDR partiu da necessidade concreta dos fazendeiros em manter os privilégios adquiridos ao longo de décadas, principalmente durante o regime militar.

Neste sentido, Pádua (1988) argumenta:

As entidades ruralistas pré-UDR – que formam um complexo envolvendo os sindicatos rurais, as federações de agricultura (reunidas na Confederação Nacional da Agricultura), as cooperativas agrícolas, as associações de produtores de um gênero específico e entidades civis independentes como a SRB e a SNA – se acostumaram, especialmente durante o regime autoritário, a defender seus interesses

¹¹² *Relatório Américas Watch. Violência Rural no Brasil*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, USP, 1991, p. 87.

através de uma estratégia de contato direto, informal e discreto com setores apropriados do aparelho do Estado, negociando acordos não-públicos. (...) Além disso, os proprietários rurais não tinham um antagonismo sério de política econômica com o governo militar, se beneficiando de uma política de subsídios e incentivos fiscais. Esse caráter não-público e não-antagônico das negociações dispensou a necessidade de se promover pressões que passassem pelo espaço público. (...) A mudança no regime desarticulou em boa parte os esquemas não-públicos de interação. (...) Foi justamente no vácuo provocado pela inadequação dessas antigas entidades que emergiu a renovação política trazida pela UDR.¹¹³

A partir da organização dos fazendeiros e empresários na UDR, aumentou consideravelmente a violência no campo. O que se percebe, porém, é que a violência tornou-se seletiva, onde as vítimas eram escolhidas, as mortes planejadas e, às vezes, anunciadas. A maioria das vítimas era lideranças sindicais, religiosas, políticas e jurídicas, que defendiam os trabalhadores rurais e a Reforma Agrária.¹¹⁴

A UDR nacional foi formalizada em julho de 1986 com a participação de fazendeiros e empresários da agropecuária de São Paulo, Goiás, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Maranhão.¹¹⁵ Esta organização se espalhou por vários lugares do país, onde reafirmava a defesa da propriedade, pregando a violência como forma de fazer recuar a luta pela Reforma Agrária.

No Pará a UDR foi fundada em dois pólos: um que aglutinava os proprietários de terras da região de Paragominas, com convergência para Belém e outro pólo no Araguaia Paraense, concentrando-se na micro-região de Redenção, Conceição e São Félix do Xingu. Legalmente a UDR passou a existir em Redenção em maio de 1986 quando foi fundada. Participaram da fundação desta organização fazendeiros influentes em outros Estados como Ronaldo Caiado (GO), Plínio Junqueira (SP), Udelson Franco (MG), Orlando Mendonça prefeito de Conceição do Araguaia, entre outros¹¹⁶.

Observa-se que as ações de membros da UDR extrapolavam os limites territoriais do próprio estado de origem dos dirigentes, pois a maioria destes possuía propriedades de terras em mais de um estado, influenciando organizações desta natureza em diversos lugares do país, inclusive na região do Araguaia Paraense.

¹¹³ PÁDUA, José Augusto. A UDR e seu tempo. *Presença Política e Cultural*. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 12, Julho de 1988, p. 34-49.

¹¹⁴ Dentre as lideranças que perderam a vida neste processo cuja morte foi anunciada, destacamos: Gabriel Pimenta (advogado), João Canuto e Expedito Ribeiro (sindicalistas), João Batista e Paulo Fonteles (advogados e parlamentares).

¹¹⁵ FERNANDES, Marcionília. *Donos de Terras: Trajetória da União Democrática Ruralista - UDR*. (Belém: UFPA/NAEA (Dissertação de Mestrado), 1998. p.111.

¹¹⁶ *Idem*, p. 111-112.

Líderes da UDR planejaram ações paramilitares, e para levantar fundos, organizaram leilões de gado em vários lugares do país. Neste sentido, comenta Salvador Farinha, líder da UDR em Goiás:

Hoje já podemos confessar que, realmente, compramos armas com o dinheiro dos leilões. No primeiro em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Com o segundo, em Presidente Prudente, adquirimos mais 2.430 e aí proliferaram as regionais da UDR. Atualmente, temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na história do nosso país.¹¹⁷

No Sudeste do Pará, grandes e médios proprietários de terras que participaram desta organização que passaram a defender o crime como alternativa para frear a onda de ocupações de terras e manifestações em defesa da Reforma Agrária.¹¹⁸

Segundo um sindicalista, que optou por não se identificar, os leilões de gado tinham dois objetivos: arrecadar dinheiro para o crime e arregimentar pequenos e médios proprietários como aliados:

A UDR patrocinou festas na região com o objetivo de ter aliados, queriam divulgar que tinha muitos sócios. Em Floresta do Araguaia a UDR patrocinou uma festa agropecuária com distribuição de prêmios e animais. Os pequenos e médios produtores que ganhavam um arreo [cela] ou um cabeçalho [freio] tinham que desfilar com esse objeto usado em animais. Só eles não percebiam que eram chamados de burros. Muitos entraram na onda e só anos mais tarde perceberam que estavam do lado errado.¹¹⁹

Em Rio Maria, não se tem notícia da formalização desta organização, mas nem por isto pode-se afirmar que ela não existiu na prática. Houve a partir de meados da década de 1980 intensas mobilizações de fazendeiros de Rio Maria e região a fim de combaterem as ocupações de terras e/ou diretamente a Reforma Agrária.¹²⁰

Não foram encontrados indícios da existência formal da UDR em Rio Maria, mas havia relação direta entre alguns fazendeiros e empresários do município de Rio Maria com a UDR na região, principalmente durante as atividades agropecuárias que se intensificaram na

¹¹⁷ Fonte: Jornal "O GERMINAL". Centro – Oeste, edição de abril de 1987.

¹¹⁸ A respeito da UDR na região veja: FERNANDES (1999). *Op. Cit.*, p. 110-115.

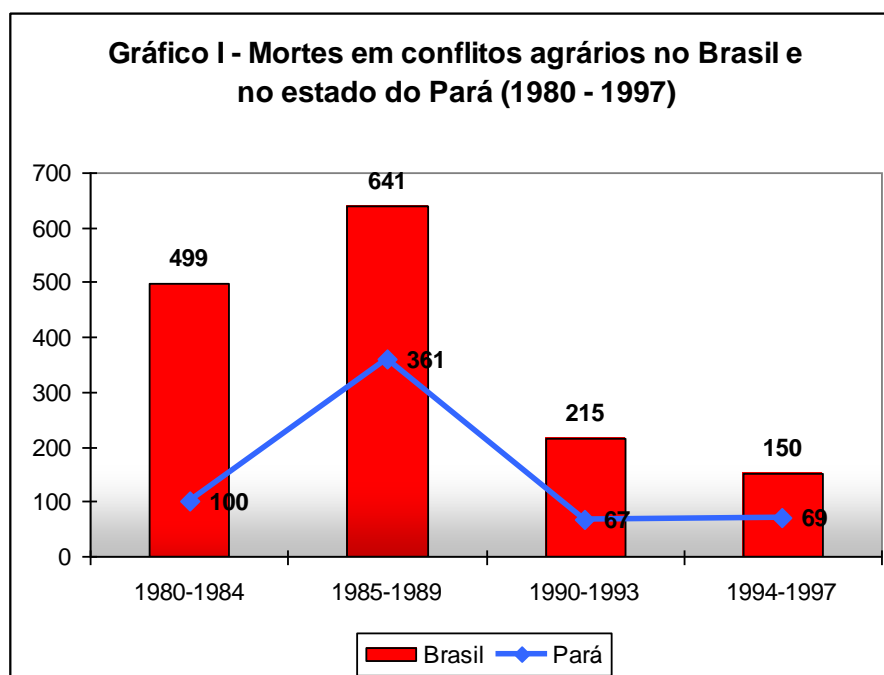
¹¹⁹ Sindicalista "A". Entrevista realizada em agosto de 2006.

¹²⁰ A primeira notícia que se tem da criação da UDR em Rio Maria trata-se do depoimento à justiça do Pará, do senhor Olinto ou "Semente", testemunha de acusação no Processo que apurou o assassinato do sindicalista João Canuto de Oliveira ocorrido em 18 de dezembro de 1985. Esta testemunha afirmou ter participado de uma reunião ocorrida em dezembro de 1985, em fazenda do município onde a pauta era a criação da UDR e o assassinato do sindicalista Canuto e de Paulo Fonteles (advogado e político). O fato do senhor Olinto ter sido convidado para esta reunião explica-se porque ele era comerciante (vendia sementes de capim), o que acreditavam-se na sua cumplicidade. Fonte: arquivos do STR.

época. Por outro lado, há fortes evidências de que membros e idéias desta organização tenham sido camuflados no Sindicato dos Produtores Rurais (patronal), fundado legalmente em 12 de maio de 1985.

O Sindicato Rural (patronal) teve como primeiros diretores os fazendeiros: Jucelino Ferreira Almeida, presidente, Moacir Pires de Farias (médico/político) vice-presidente, Narciso Rodrigues de Lima, secretário e Sebastião Emídio de Almeida (fazendeiro/político).¹²¹ Ainda faziam parte da diretoria os fazendeiros Darci Luiz Carloto Remor (empresário), Luiz Pires de Sousa (comerciante),¹²² Crácio Belém de Queiroz, Danilo Roque Malinski (empresário) e Sebastião Jair de Oliveira. Os eleitos ficaram à frente da entidade até 23 de maio de 1993.¹²³

Entre 1985/1989, ocorreu no Brasil um aumento expressivo no número de assassinatos no campo, período em que a UDR teve destacada participação na luta pela Reforma Agrária. O gráfico a seguir demonstra o número de mortes no campo no Brasil e no estado do Pará entre 1980/1997.



Fonte: CPT apud PETIT (1996)¹²⁴

¹²¹ Sebastião Emídio de Almeida (Tião Aranha) foi o segundo prefeito de Rio Maria (PMDB).

¹²² Luiz Pires e Crácio Queiroz foram eleitos vereadores na primeira legislatura.

¹²³ Fonte: Sindicato Rural de Rio Maria.

¹²⁴ PETIT, Pere. A Esperança Equilibrada: a trajetória do PT no Pará, São Paulo: Boitempo/NAEA, 1996, p. 142.

O gráfico acima demonstra que das 1.505 mortes ocorridas no Brasil em decorrência dos conflitos agrários entre 1980/1997, no Pará, foram registradas 597, o que equivale a 39,6% do universo total.

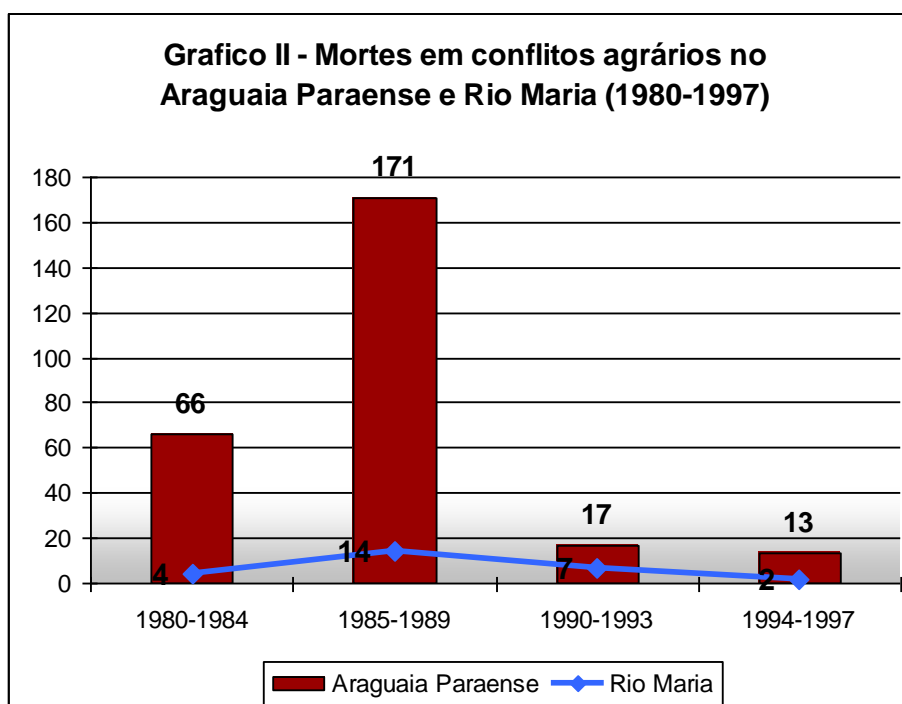
Percebe-se que no período de 1985 a 1989, ocorreu o maior número de assassinatos: 641 mortes, ou seja, 43% do universo total (1980-1997). Destas, no período 1985/1989, foram registradas 361 no estado do Pará, representando um percentual de 56,31% do período.

Com relação ao período anterior, houve um aumento de 28% no Brasil e, no Pará, essa progressão é alarmante, visto que cresceu em 261%.

Comparando estes dados com relação ao período de 1990/1993, houve um decréscimo de 66,4% no Brasil, e, 81% no Pará.

Tomando como referência os dados apresentados por Petit (1996), procurou-se verificar os casos de mortes pela violência agrária especificamente no Araguaia Paraense e em Rio Maria.

Para analisar melhor os dados dos conflitos referentes à região e município citados, sistematizou-se os dados de acordo com os períodos apresentados pelo autor, isto é, de 1980/1984; 1985/1989; 1990/1993 e 1994/1997. O gráfico a seguir demonstra os conflitos na região do Araguaia Paraense e nela, o município de Rio Maria no transcorrer de 1980-1997:



Fonte: CPT – Xinguara/PA

Percebe-se que das 267 mortes ocorridas em conflitos agrários na região do Araguaia Paraense entre 1980 e 1997, em Rio Maria ocorreram 27, equivalente a 10,11% do deste universo. Deste total, 171 ocorreram no período 1985 a 1989, representando um percentual de 64,04%. E, dos 171, foram registradas 14 em Rio Maria, equivalendo a 8,18% do período.

O período de 1985/1989 foi o momento de maior foco de conflitos e violência agrária no Brasil, no Pará, na região do Araguaia Paraense e em Rio Maria. Neste período, houve a intensificação da luta pela Reforma Agrária com o lançamento do PNRA e possibilidade de viabilizá-lo na Assembléia Nacional Constituinte, ocorrida entre 1986 e 1988, fez aguçar a animosidade dos latifundiários e trabalhadores rurais. Se por um lado os camponeses se mobilizavam para defender a Reforma agrária, por outro, os fazendeiros e empresários rurais se organizaram paramilitarmente na UDR e usava-se de violência como alternativa para combater a luta pela Reforma Agrária. Sendo esta uma das razões para que o período entre 1985/1989 ocorresse o maior número de conflitos e assassinatos no campo.

Percebe-se nos gráficos I e II que no período posterior, ou seja, 1990/1993, que houve uma queda no número de mortes tanto no Brasil e no estado do Pará, quanto na região do Araguaia Paraense e no município de Rio Maria. Essa queda ocorreu devido às diversas estratégias traçadas pelas organizações sociais com o envolvimento da sociedade civil organizada, no combate á violência no campo. E, considera-se também como fator importante a Redemocratização do país e a nova Constituição de 1988.

Os dados acima demonstram o número de pessoas que morreram em função da luta pela terra. Reconhecemos que tais números, embora representativos, são passíveis de questionamentos, visto que, no cotidiano, muitas pessoas foram enterradas como indigentes, não constando, portanto, em tais fontes.

No combate à violência no campo no município de Rio Maria, criou-se uma série de estratégias para impedir que os crimes continuassem acontecendo. Um dos passos mais significativos foi ampliar as denúncias, o que foi possível a partir da criação da Associação Comitê Rio Maria (CRM) em 1991, entidade não governamental que tem se destacado na criação de uma rede nacional e internacional na luta pelos direitos humanos e contra a violência. A Associação Comitê Rio Maria tem se destacado também no sentido de pressionar as autoridades brasileiras para julgar os responsáveis pelos crimes em que foram vítimas trabalhadores rurais e suas lideranças.¹²⁵

¹²⁵ Cf. ADRIANCE. *Op. Cit.*, p. 140.

De certa forma, a pressão nacional e internacional contribuiu para diminuir a violência no campo e influenciou no andamento dos processos de crimes contra sindicalistas que, na maioria das vezes, não eram apurados, sendo julgados e condenados três fazendeiros, um intermediário e pistoleiro, que comandou as mortes dos sindicalistas.

As desapropriações de terras ocupadas que deram origem aos Projetos de Assentamentos foram frutos desta pressão dos movimentos sociais, somadas às outras estratégias traçadas pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais, bem como por estes.

À medida que foram sendo solucionados os conflitos, foi mudando também a relação do camponês com a terra, pois o caráter provisório da posse passa a ser o espaço de trabalho fixo, lugar seguro para morar com a família e produzir para a subsistência.

Conforme Ianni (1979), na década de 1970 ocorria “*uma reforma agrária espontânea*”¹²⁶ que se dava na ocupação da terra e não exigia muitas formalidades. Posteriormente a disputa pela terra se acentuou e a reforma agrária foi sendo forjada, não só na disputa com os latifundiários, mas nas pressões políticas que os camponeses exerceram contra órgãos do governo, através de ocupações de prédios públicos e outras formas de manifestações e resistências.

A determinação do governo de não desapropriar terras ocupadas, fez com que os trabalhadores implementassem ocupações de terras às margens das rodovias enquanto pleiteavam a terra pretendida, como por exemplo, questionando a função social da propriedade, caso registrado, por exemplo, em Xinguara e Rio Maria.

Os fazendeiros passaram a transformar as terras em pastagens plantadas voltadas para a criação bovina. O pasto, na concepção de muitos fazendeiros, valoriza a terra e impede as desapropriações por torná-la produtiva, bem como cumpre a função social da terra prevista em Lei.

A luta pela Reforma Agrária foi impulsionada pelas mudanças ocorridas durante o processo de redemocratização do país. A maioria das ocupações de terras tituladas por posseiros ocorreu a partir da década de 1980. No Sudeste do Pará, grande parte das áreas ocupadas foi vistoriada, desapropriada e regularizada pelo INCRA como Projetos de Assentamento.

Atualmente, com menos intensidade as ocupações continuam, muito embora a legislação já não mais permita ao INCRA vistoriar áreas ocupadas. Isto ocorre devido à

¹²⁶ IANNI (1979). *Op. Cit.* p. 90.

própria história da ocupação da terra na região, onde *a terra prometida* não foi conquistada sem a ocorrência de lutas árduas dos produtores familiares, considerados na época, posseiros.¹²⁷

No Capítulo II discorre-se sobre a História Local, contextualizando-a na História Regional, marcada pela ocupação desigual da terra e por intensos conflitos que deram origem aos Projetos de Assentamento. Sendo que neste capítulo, também se descreve parte da história dos Assentamentos objeto da pesquisa.

¹²⁷ A proibição de vistoriar terras ocupadas ocorreu através de uma no período em que estava no governo o presidente Fernando Henrique Cardoso. Como o INCRA não aceitava vistoriar áreas ocupadas o STR de Rio Maria, realizou, entre os meses de novembro de 1995 à 10 de fevereiro de 1996, o cadastro de 1.177 famílias de sem-terras e protocolou-o no INCRA de Conceição do Araguaia, apresentando além da demanda as áreas passivas desapropriação. De nada adiantou, nenhuma área foi desapropriada para fins de reforma agrária como prometia o governo. FONTE: Ofício do STR de Rio Maria (s/n) datado de 21 de fevereiro de 1996. Protocolado no INCRA sob o nº 11/96 em 23/02/96. Arquivo do STR.

II - Rio Maria: de Lugar à Cidade

Escrever a história dos Projetos de Assentamento requer falar do lugar onde foi fundado o povoado que deu origem à cidade de Rio Maria, contextualizando-a na história da ocupação regional, marcada pela distribuição e ocupação desigual da terra e pela disputa pela posse entre posseiros, fazendeiros e empresários agropecuários ou agroindustriais.

Até a década de 1960 a região do Araguaia paraense contava apenas com o grande município de Conceição do Araguaia. As políticas desenvolvimentistas, no sentido de ocupação regional, contribuíram para aumentar o fluxo migratório para a região, intensificando a ocupação dos espaços e contribuindo para o surgimento de novos povoados como Rio Maria.

Há diversas pesquisas que retratam a história de ocupação do Sul ou Sudeste do Pará,¹²⁸ predominado nestas até a década de 1970 o processo de ocupação da terra e a natureza com suas florestas, rios, plantas e animais, além de uma população composta por ameríndios e caboclos, que completavam o cenário de uma bela paisagem que inspirou poetas, músicos e outros artistas que discorrem sobre a vida na região do Araguaia.

Verificava-se também, as contradições presentes nas relações de trabalho, bem como as disputas pelo espaço, que tiveram início com a descoberta e extração do caucho e a chegada migrantes ainda no final do século XIX. Estas contradições e disputas intensificaram-se a partir da década de 1960 até final da década de 1990 quando de fato se configurava a ocupação do espaço agrário regional.

Conceição do Araguaia foi fundada por Frei Gil de Vilanova, em 14 de abril de 1897, à margem esquerda do rio Araguaia. Na época de sua fundação, viviam nesta região, indígenas das tribos Kaiapó, Karajá e Xavante, além de migrantes, que trabalhavam na extração e venda da borracha, extraída do Caucho e camponeses que desenvolviam atividades extrativas, agrícolas e pecuárias.

Frei Gil de Vilanova e os demais moradores que se estabeleceram em Conceição do Araguaia, deram início as primeiras construções: suas casas, a primeira igreja e a escola.

¹²⁸ Veja a esse respeito: CAUDREAU(1897). *Op. Cit.*; FIGUEIRA (1986). *Op. Cit.*; IANNI (1978). *Op. Cit.*; AUDRIN, Frei José M. *Os Sertanejos que eu Conheci.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963; KELLY, Brian, LONDON, Mark. *Amazônia: um grito de alerta.* Rio de Janeiro: Record, 1983.

Próximo à vila de Conceição do Araguaia, estes delimitaram áreas e ocuparam o espaço rural onde edificaram seus sítios ou fazendas.

Esse processo de ocupação e apropriação da terra modificou a relação do homem com a natureza, a qual passou a ser utilizada para fins econômicos e, apesar de ter sido implantado a pecuária, a principal atividade desenvolvida continuou sendo a extrativa, principalmente durante o *boom* da borracha, o que contribuiu para aumentar significativamente a densidade demográfica da região.

Com o aumento da população, a vila de Conceição do Araguaia tornou-se cidade e sede do município em 10 de janeiro de 1910.¹²⁹ Porém, a queda do comércio da borracha, fez diminuir drasticamente a população deste município entre os anos de 1920/1940.¹³⁰

Em 1940, havia no município 4.715 habitantes,¹³¹ contribuindo para que este município perdesse sua autonomia política após a Revolução de 1930, retomando-a pouco tempo depois. Em 1960, Conceição do Araguaia contava com 11.283 habitantes, ou seja, um crescimento de 139,3%. Este aumento é consequência de novos investimentos na região voltados, principalmente, para o extrativismo da castanha-do-pará, da madeira e para a implantação de empresas agropecuárias, incentivadas pelo Estado.

A construção das Rodovias Belém-Brasília e PA-70 (atual PA-150) nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, foi outro marco importante para o crescimento econômico e demográfico no Sudeste do Pará.

A melhoria das vias de transporte promoveu a intensificação do comércio, que extrapolou as fronteiras regionais à medida que se estabeleceram relações com outras regiões economicamente mais desenvolvidas do país, bem como com o exterior.

Em 1970, com relação à década anterior, a população do município de Conceição do Araguaia aumentou consideravelmente, chegando a 28.953.¹³² Neste contexto de migração e instalação de empresas agropecuárias, o município foi paulatinamente subdividido, dando origem aos municípios de Redenção, Xinguara, Rio Maria. O mapa a seguir indica a região do Araguaia paraense ou o antigo território de Conceição do Araguaia, já subdividido territorialmente.

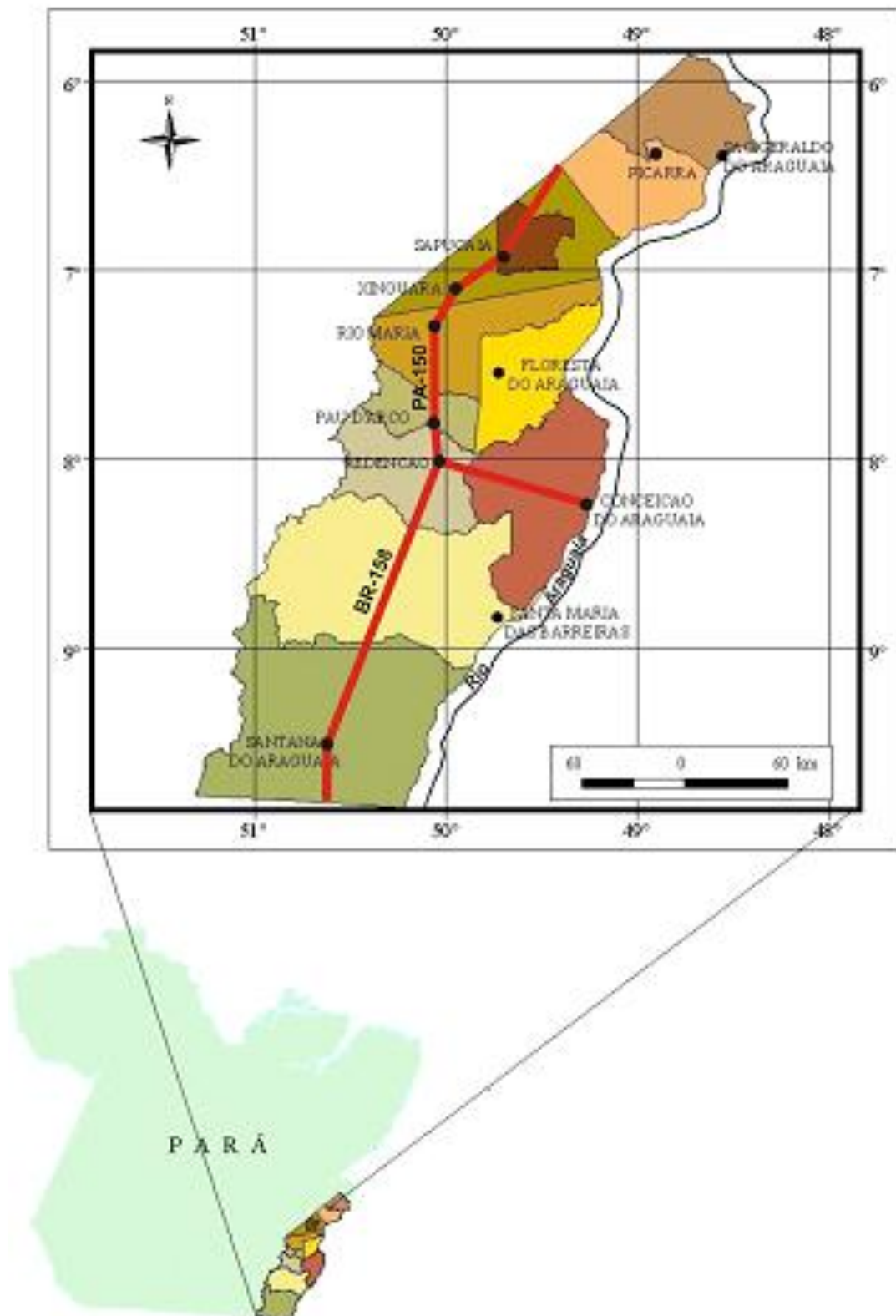
¹²⁹ Segundo Audrin (1963) Conceição do Araguaia contava em 1911 com 15 mil habitantes, reduzindo para 11 mil em 1920. AUDRIN. *Op. Cit.* p. 95.

¹³⁰ Esta redução populacional ocorreu a partir do momento em que a economia da borracha entrou em crise. Esse contexto contribuiu para que Conceição do Araguaia perdesse sua autonomia política após a Revolução de 1930, reconquistando-a em 1933.

¹³¹ FIGUEIRA (2004). *Op. Cit.*, p. 105.

¹³² IANNI (1978). *Op. cit.*, p. 99.

Mapa 2 - Mapa do Pará com destaque para o Araguaia Paraense, 2002.



Fonte: MPEG / 2002

Até os anos 90 o Araguaia paraense, ou Conceição do Araguaia, foi dividido em dez municípios, dos quais destaca-se Rio Maria.

O povoado de Rio Maria foi fundado em 1973, à margem do rio Maria e da Rodovia PA 150. Com uma área de 4.206,47 Km², foi emancipado em 1982. Está localizado na microrregião de Redenção, no Sudeste do Pará. Limita-se ao Norte com Xinguara, ao Sul com Pau D`Arco, a Leste com Floresta do Araguaia e Conceição do Araguaia e a Oeste com Ourilandia do Norte e Bannach.

2.1 - Rio Maria: o campo e a cidade

Em 1972, com a perspectiva da abertura da Rodovia PA-150, chegaram os primeiros habitantes que se instalaram nas terras próximas ao rio Maria, iniciando a construção do povoado em 1973,¹³³ às margens da rodovia. Chegaram à mesma época, posseiros e fazendeiros, seguidos por colonos, comerciantes, médicos, fazendeiros, professores e outros profissionais.

As terras, as matas, os rios, as chuvas, as madeiras, o clima e o ouro pareciam ser convidativos à população de migrantes oriunda de diversas regiões do país, que acreditavam no mito do enriquecimento rápido e fácil. Essa perspectiva contagiou os pequenos e grandes proprietários, bem como os garimpeiros que chegaram um pouco mais tarde, esperançosos de encontrar uma pepita de ouro que pudesse fazê-los mudar de vida.

Há várias versões sobre o(s) proprietário(s) legal (is) das terras onde se edificou a cidade de Rio Maria. Pesquisas realizadas por Pereira (2000) indicam que as mesmas foram disputadas oficialmente no ITERPA pelos fazendeiros Geraldo Queiroz e Braz Domiciano Sobrinho.¹³⁴ Extra oficialmente, a disputa dava-se entre este último e os posseiros que se instalaram em 1972-1973 próximos ao local que seria aberta a rodovia PA-150.

¹³³ 1973 foi um ano decisivo para o início do povoamento, pois foi neste ano que a Empresa de Construção Cívica e Rodoviárias S/A (ECCIR), responsável pela abertura da rodovia PA-150, se instalou no local.

¹³⁴ Na disputa no ITERPA Braz Domiciano permaneceu com o título da propriedade, embora fosse mais novo conforme afirmou Crácio Queiroz. O fazendeiro Geraldo Queiroz perdeu estas terras, mas apossou-se de outras devolutas um pouco mais afastadas do lugar onde fundou a cidade.

A construção da Rodovia PA-150 em 1974/1975 aumentou consideravelmente o fluxo migratório. Ainda na década de 1970, chegou um número expressivo de fazendeiros,¹³⁵ madeireiros, colonos e trabalhadores rurais sem terra oriundos de outras regiões do país.

Em 1973, os empresários gaúchos Danilo Malink e Dirceu Remor chegaram ao povoado de Rio Maria, onde instalaram a Madeireira do Araguaia S/A (MAGINCO), absorvendo grande parte da mão-de-obra de migrantes que chegaram ao local nas décadas de 1970/1980. Parte das terras da empresa MAGINCO foi adquirida do fazendeiro Braz Domiciano e depois esta empresa se apossou de outras terras, empreendendo a exploração madeireira e transformando-as em pastagens para a criação de gado de corte.

Os donos da MAGINCO exerceram grande influência na construção da cidade, pois ajudaram a erguer a primeira igreja e escola, contribuíram com suas máquinas para abertura de ruas e avenidas, e ainda forneceram energia termoelétrica para o centro da cidade até final da década de 1980. Também eram donos de um garimpo, do primeiro campo e do time de futebol formado por seus funcionários. Atualmente, são donos de grandes fazendas, do único aeroporto do município e de grandes mansões no centro da cidade.

Esses fatos foram fundamentais para o forjamento das visões que os moradores do município de Rio Maria têm sobre esses empresários que, até a contemporaneidade, influenciam na história econômica e política da cidade.

Ao discorrer sobre Rio Maria, Oliveira Filho (1991) demonstra que todo este poder da MAGINCO influenciou as representações saudosistas que alguns moradores construíram sobre a empresa, cujos donos são vistos como “*donos da cidade*”. Assim, Rio Maria nasceu com a “*cara, o dedo, o trabalho, e, principalmente o dinheiro da MAGINCO*”.¹³⁶

No que diz respeito à questão ambiental, o grupo MAGINCO contribuiu enormemente para a degradação e destruição da natureza, através da extração predatória de madeiras e derrubada de florestas para implantação de pastagens destinadas a pecuária extensiva. Além disso, deve-se condenar a prática de trabalho escravo, presente nas relações estabelecidas entre a empresa e trabalhadores rurais.¹³⁷

Desde o início do povoamento, até aproximadamente o final da década de 1980, predominou em Rio Maria a economia da madeira e da agricultura. Neste período, foram

¹³⁵ Entre os fazendeiros estão àqueles que exerciam/exercem outras profissões, como medicina, engenharia, advocacia, etc.

¹³⁶ FILHO (1991). Op. Cit., p. 20.

¹³⁷ Segundo Ricardo Rezende, o grupo MAGINCO foi denunciado por prática de trabalho escravo nas fazendas Mogno em Rio Maria no ano de 1993 e na fazenda Morada do Sol em São Félix do Xingu, em 1979,93,94. Veja: FIGUEIRA (2004). Op. Cit., p. 424.

instaladas dez indústrias madeireiras, além da MAGINCO.¹³⁸ Instalaram-se em Rio Maria as madeireiras Campos Altos, Madeireira União Salobo Ltda (MUSA), Marajoara e Maringá.

Estas empresas fixaram-se às margens da rodovia PA-150 com o objetivo de explorar o Mogno, o Angelim, o Jatobá, a Cedrarana e o Amarelão, sem qualquer controle ambiental, provocando o desmatamento tanto em suas terras, quanto em terras de fazendeiros ou colonos de onde compravam a madeira. Com do que se caracterizou como “ciclo da madeira”, em fins dos de 1980, a maioria dos donos das madeireiras continuou com grandes extensões de terras que foram destinadas a pastagens para a criação bovina.

Além da terra e da madeira, a exploração mineral do ouro contribuiu para aumentar o fluxo migratório para esta região. Em Rio Maria chegou a ter 16 garimpos de produção aurífera¹³⁹. Em 1988, de acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a produção oficial de ouro em Rio Maria chegou a 168,91 kg /mês.¹⁴⁰

Geralmente os donos de madeireiras eram também donos de fazendas e, em alguns casos, donos de garimpos, o que possibilitava uma influência ainda maior na história local. Tendo o domínio econômico os fazendeiros e empresários, desde o início do povoamento, conseguiram impor ao lugar um domínio político¹⁴¹.

Ressalta-se que, embora predomine a participação dos fazendeiros na política local visto que elegem maior número de representantes, os trabalhadores urbanos e rurais tem tido participação na Câmara Municipal elegendo vereadores comprometidos com as causas populares.

A história econômica e política de Rio Maria, até início da década de 1990, foi influenciada pelas suas riquezas naturais: terra, madeira e ouro. Estes formaram também o tripé que contribuiu para aumentar o processo migratório e para intensificar as tensões e os conflitos entre diversos interesses.

Durante a primeira década de sua existência ouve um fluxo migratório considerável para Rio Maria. As empresas madeireiras implantadas na região absorviam

¹³⁸ Segundo matéria publicada no Jornal “Diário dos Carajás”, edição de 30 de maio de 1981, a MAGINCO era a maior empresa madeireira, exportava o Mogno para os Estados Unidos, Inglaterra e Espanha.

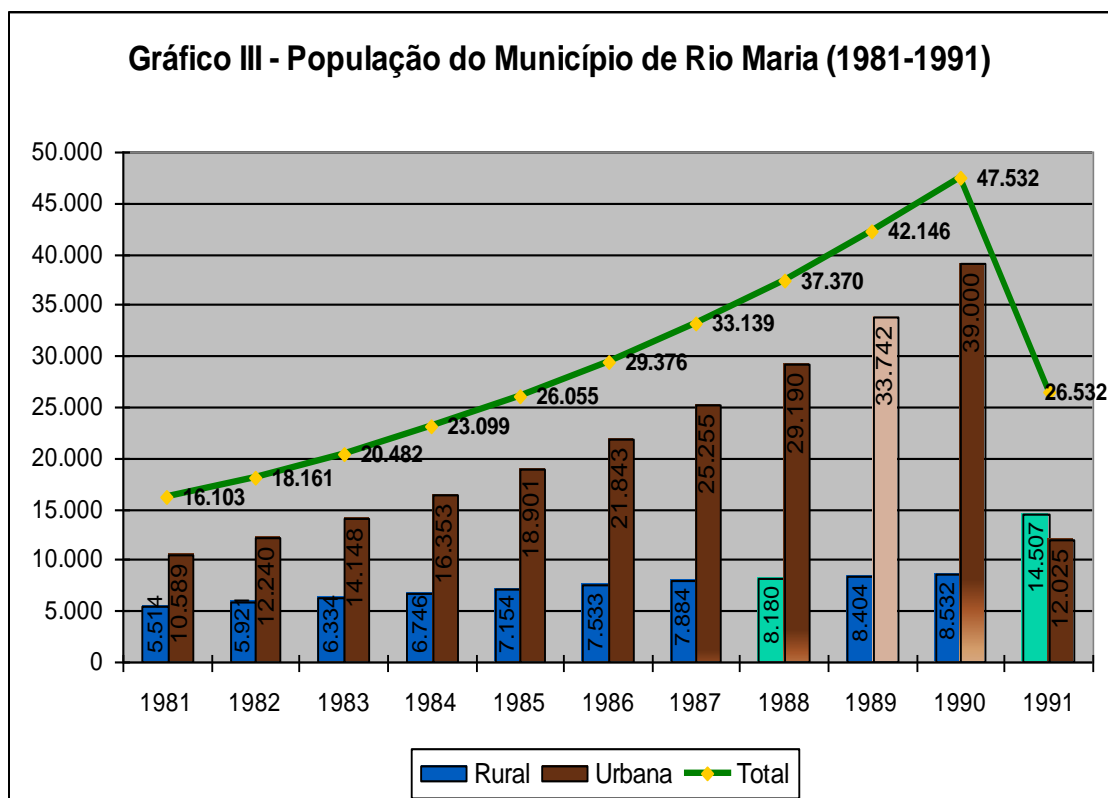
¹³⁹ FONTE: Pará Agrário. Informativo da Situação Fundiária. Ocupação do solo e do subsolo. Garimpo e mineração. Belém, Idesp, Edição especial, 1992, p.19 e 57. Além desta fonte, foi levantado dados na Prefeitura Municipal de Rio Maria.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 66.

¹⁴¹ Em 1976 Giovanni Queiroz, à época prefeito de Conceição do Araguaia, indicou como subprefeito de Rio Maria, seu primo, médico e fazendeiro Edvair Vilela de Queiroz que ficou no cargo até a primeira eleição municipal em 1982. Desde 1982 até a atualidade tem revezado no cargo de prefeito fazendeiros. A diferença é que entre os eleitos dois (Moacir e Eurico Júnior) também exerciam/exercem a profissão na medicina. Ressalta-se ainda que os fazendeiros tem conseguido eleger, em todas as administrações, bancada significativa na Câmara Municipal.

grande parte da mão-de-obra dos trabalhadores migrantes. Mas, o surgimento de garimpos, atraiu cada vez mais um número expressivo de pessoas à região, contribuindo para aumentar a população do lugar.

O gráfico que segue demonstra a evolução demográfica de Rio Maria no transcorrer do período 1981- 1991.



Fonte: IBGE (Valores estimados segundo contagem rápida).

Os dados demonstram que desde 1982, ano de sua emancipação política, até 1990, o município de Rio Maria teve um considerável crescimento populacional. Neste período, predominava a extração da madeira, agricultura e os garimpos de produção aurífera. A partir de 1990, a população do município entra em declínio, momento em que diminui a exploração madeireira e aurífera, expandindo-se a pecuária extensiva, que requer pouca mão-de-obra. .

Embora os dados populacionais sejam passíveis de questionamentos, percebe-se que além da terra, as madeiras e os garimpos atraíram muitos migrantes. E, no momento em que diminui a exploração madeireira e também a exploração aurífera há um deslocamento natural de pessoas que procuram migrar para outras regiões onde possam continuar com a atividade que exerciam ou encontrar novas opções de sobrevivência.

Ressalte-se que, a maioria dos camponeses que haviam ocupado as terras, ao longo da rodovia foram expulsos, e na década de 1980, juntaram-se com outros migrantes (peões, garimpeiros, trabalhadores sem-terra, entre outros) para empreender as ocupações não autorizadas de terras privadas, tituladas pelo Estado a grandes fazendeiros ou empresários.

Após três décadas de existência, o município de Rio Maria mantém parte das características da época da ocupação e apropriação do espaço rural e urbano, pois nasceu impedida de crescimento, visto que aos seus arredores se estabeleceram grandes proprietários que cercaram as terras deixando pouco espaço para o crescimento da cidade.

Na fotografia a seguir vê-se o Município de Rio Maria envolvido por fazendas.

Fotografia 1 – Vista aérea de Rio Maria



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora. Fotografia: Idelson Gomes – 2005

Na fotografia, vê-se o centro da cidade e o rio Maria. Este rio que serviu de meio para viabilizar a escoação de madeiras até o Rio Araguaia, de onde seguia para Belém para serem comercializadas, tem papel importante na história social do lugar. Antes da chegada das

empresas agrominerais e agroindustriais, que contribuiriam ainda mais para a poluição de suas águas, os pescadores, as lavadeiras e os banhistas o freqüentavam com mais assiduidade.

O rio Maria, nos últimos anos, tem apresentado, em quase todo o seu percurso, sinais de assoreamento, causados principalmente, pelo desmatamento para implantação de pastagens e/ou garimpos e mais recente como lugar para os detritos de grandes empresas ou ainda o lixo doméstico. Este problema tem chamado atenção da sociedade, principalmente, no momento em que aumenta as chuvas e o rio transborda atingido a maioria das residências da população ribeirinha.

Não há dúvidas quanto aos problemas ambientais terem se agravado com a implantação da pecuária em grande escala no município de Rio Maria. Conforme já discutimos, a implantação de um Projeto Agropecuário para a região considerada “Sul do Pará” foi objetivo traçado na elaboração das políticas de desenvolvimento dos governos militares para esta região. A pecuária extensiva, com a criação do boi de corte, era uma das pretensões dos governos militares para trazer o “*progresso*” e o “*desenvolvimento*” e, para isto, criaram condições para que fossem implantados os grandes projetos agropecuários e agroindustriais¹⁴².

O modelo de desenvolvimento regional, planejado na década de 1970 para a região Sul e Sudeste do Pará era pautado na pecuária extensiva. A escolha deste modelo era fundamentada através de estudos realizados sobre a disponibilidade de espaços, condições do solo e climáticas, viabilidade de mercado, utilização de pouca mão-de-obra etc. Para implementação deste modelo de desenvolvimento priorizaram-se os grandes proprietários, concedendo-lhes terra, financiamento e isenções fiscais.¹⁴³

O processo de ocupação das terras, não só em Rio Maria, mas no Sudeste do Pará, vai ao encontro das palavras de Kitamura:

A Amazônia de hoje traz como traço marcante a desigualdade no acesso e posse dos recursos naturais, especialmente da terra (rural ou urbana): objeto de especulação e conflitos fundiários. Esse processo tem levado às áreas rurais a expulsão das populações nativas de suas terras e do seu meio ambiente, a destruição dos seus modos de vida, resultando em concentração fundiária e em massas de populações pobres, além de uma acelerada predação ambiental.¹⁴⁴

¹⁴² Veja a esse respeito: II Plano Nacional de Desenvolvimento, Lei nº 6.151 de 4 – 12 – 1974 e o Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975-1979) – Ministério do Interior – SUDAM, abril de 1975.

¹⁴³ II Plano Nacional de Desenvolvimento, Lei nº 6.151 de 4 – 12 – 1974, p-55.

¹⁴⁴ KITAMURA, Paulo C. In: A Amazônia e o desenvolvimento Sustentável. São Paulo – EMBRAPA. p. 31.

Os projetos de ocupação elaborados e implementados pelos governos militares, favoreceram os grandes fazendeiros e empresários em detrimento da maioria dos camponeses, migrantes que chegaram à região, atraídos pela propaganda do Estado. O latifúndio e a pecuária extensiva, prioridade no projeto para a região “*Sul do Pará*”, iam de encontro com outras formas de ocupação da terra e de produção pré-existentes na região.

Estes projetos se chocavam com o trabalho realizado pelos indígenas e camponeses que viviam do extrativismo ou agricultura de subsistência. Estes últimos, migrantes, traziam para esta região, seus usos e costumes da região de origem, principalmente, nos mecanismos utilizados na relação com a terra, natureza e produção. A migração espontânea de camponeses era vista pelos militares como um problema:

[...] a região não tem a oferecer-lhes, na proporção que seria necessária, os solos férteis com que sonham. De maneira que a massa de colonos espontâneos empreende a única e perigosa atividade que sabe realizar: a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência, no conhecido regime de lavoura itinerante.¹⁴⁵

Para os governos militares, a migração espontânea instalaria ao logo dos anos diversos problemas, tal como a absorção da mão-de-obra em emprego produtivo,¹⁴⁶ regularização da situação de posse e destruição dos recursos naturais.¹⁴⁷ Contraditoriamente, o modelo por estes idealizados contribuiu para devastar grandes extensões de florestas na região.

Na implantação dos projetos de ocupação, os governos militares não avaliaram o embate entre os grandes proprietários e os trabalhadores rurais migrantes, que foram atraídos pela propaganda governamental. Estes últimos foram, em parte, incluídos precariamente nos Projetos de Assentamento dirigido pelo INCRA, nas poucas Colônias oficiais existentes na região.

No início da colonização da região onde foi fundada a cidade de Rio Maria, não só os pequenos, mas os médios proprietários produziam alimentos, necessários ao consumo e ao abastecimento da localidade. Com o aumento da produção, o arroz chegou a ser um produto exportado para o Estado de Goiás.

¹⁴⁵ Fonte: Detalhamento do II PND (1975-1979), Ministério do Interior – SUDAM, abril de 1975, p. 19.

¹⁴⁶ “*Entende-se por emprego produtivo da mão-de-obra a sua utilização em trabalho contínuo (exceto os intervalos de descanso) que produza um excedente vendável e competitivo além da pura subsistência e que seja remunerado de acordo com essa produtividade, de modo a tornar possível a elevação do nível de vida do agente produtor*”. Fonte: Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1975-1979) Ministério do Interior –SUDAM, 1975, p. 19.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 19-20.

Segundo o fazendeiro Crácio Queiroz, a produção de arroz era considerável, fato que levou uma grande empresa beneficiadora de arroz, da cidade de Anápolis, estado de Goiás, a se instalar em Rio Maria, conforme verifica-se no depoimento:

Naquele tempo exportamos arroz para Anápolis, absurdo, muita produção. Até aquela cerealista grande que tem lá em Goiás, a RESENDE, montou um posto de compra aqui, porque tinha produção, na época [...]. A agricultura naquela época, foi mais forte do que hoje, porque hoje, aí formou pasto a pecuária desenvolveu mais, né?¹⁴⁸

No fim da década de 1980, com a escassez do Mogno, não só as grandes fazendas, mas também as médias foram destinadas à pecuária extensiva para a criação de gado de corte.

O mito da terra fraca, para culturas *brancas* passou a predominar até mesmo entre os pequenos agricultores, fazendo proliferar a idéia de que o desenvolvimento só ocorreria através da *pata do boi*, ou seja, a pecuária como principal atividade econômica a ser desenvolvida na região.

Para justificar a implantação da pecuária extensiva, Edvair Queiroz, influente fazendeiro à época, afirmava que as terras eram “*fracas*” e, portanto, não serviam para agricultura, parecendo terem sido feitas sob medidas para a criação bovina. Dessa forma afirmava: “*A terra daqui não presta para a agricultura. Se arar duas vezes vira areia. Já para o pasto é ideal. Além disso, o clima úmido é uma beleza para o gado, não permitindo o surgimento e a proliferação de bernes e doença*”.¹⁴⁹

O discurso de Edvair Queiroz, em 1991, vinha confirmar o que já se conhecia dos discursos dos governos militares, de a região a terra era farta, porém era fraca melhor para a criação bovina. Contudo, deve-se levar em conta que o discurso de Edvair Queiroz, marca o período em que se concretizavam as ocupações, por posseiros, de grandes fazendas para a implantação da agricultura de subsistência.

No fim da ditadura, as marcas deste modelo de desenvolvimento agrário regional já ficaram expostas: conflitos e morte no campo, devido disputas pela terra e por recursos naturais, grandes áreas desmatadas, rios assoreados etc. Esse cenário foi fundamental para intensificar o debate em torno da Reforma Agrária, democratização da terra e investimentos em áreas onde predominavam a agricultura familiar.

¹⁴⁸ Entrevista com o fazendeiro Crácio Belém de Queiroz realizada em Rio Maria no dia 12 de outubro de 1999. Apud. PEREIRA, Luzia Canuto de O. *Conflitos pela posse da terra em Rio Maria de 1980-1997*. (Monografia de Graduação). DEHIS/UFPA. Marabá, 2000, p. 36.

¹⁴⁹ FILHO (1991). *Op. Cit.*, p. 21.

A luta e disputa pela terra marcaram em grande parte a história de ocupação regional. Das 211 ocupações ocorridas na região do Araguaia Paraense no período 1975 a 1990, em Rio Maria ocorreram 33, representando um percentual superior a 15%. De 1985 a 1990, ocorreram 89 ocupações, sendo 18 delas em Rio Maria, representando um percentual de mais de 20% no total de áreas ocupadas.¹⁵⁰

As áreas ocupadas por posseiros na década de 1970, foram, em parte, desapropriadas e transformadas em Colônias, onde o módulo rural era de 100 hectares. O tamanho do módulo rural “lotes” vai mudando devido a chegada de novos atores sociais nestas áreas. Nas antigas colônias, além de alguns antigos moradores - colonos, encontram-se como proprietários: comerciantes, médicos, advogados, além de outros profissionais que compraram terras no local.

Em Rio Maria, poucas são as colônias que as terras foram distribuídas pelo GETAT ou INCRA. Mesmo onde houve assentamento dirigido, o número de colonos assentados foi reduzido, e em alguns casos a terra foi palco de disputa entre estes e fazendeiros como, por exemplo, a Colônia disputada entre os assentados do INCRA e o fazendeiro Paulo Fabrino.

De acordo com os dados do INCRA, nem todas as terras ocupadas em Rio Maria foram desapropriadas. Mas, mesmo assim, pode-se considerar significativos os resultados das desapropriações através da ocupação de terras documentadas por posseiros. Pois, segundo o INCRA, em Rio Maria foram desapropriadas 18 fazendas e transformadas em Projetos de Assentamento. Destas, 15 foram desapropriadas entre 1991 e 1999 e as demais, no período 2000/2003¹⁵¹.

Os dados apresentados pelo INCRA sobre os assentamentos rurais da região Sudeste do Pará, especificamente sobre Rio Maria, apresentam problemas com relação à localização destes e ao número de famílias cadastradas na terra. É possível que a primeira situação seja explicada, ao local que fica o Cartorário que foi registrada a terra pelo fazendeiro e a segunda, pode ser que o INCRA não tenha o controle de quem são os assentados reais e os fictícios. Casos que se observou após cruzamentos das fontes do INCRA com as fontes colhidas na pesquisa de campo.

¹⁵⁰ Fonte: Dados da CPT, apud MELO, *Op. Cit.*

¹⁵¹ Confrontou-se os dados do INCRA com o mapa da zona rural do município de Rio Maria e as informações coletadas no STR local sobre os PA`s. Constatou-se que os dados do INCRA não são totalmente confiáveis, visto que há áreas que estão registradas em um município, mas na realidade estão localizadas em outro. No caso das 18 fazendas desapropriadas em Rio Maria, considera-se o caso excepcional de duas áreas que pertencem também aos municípios limítrofes.

Somou-se as áreas das dezoito fazendas desapropriadas, totalizando 74.893.5509 hectares, onde foram assentadas 1.340 famílias. Porém, segundo o INCRA, a área total teria capacidade para assentar 1.875 famílias, número elevado se considerar-se o pressuposto de que os padrões normais de um lote, ou unidade de produção, equivale a 50 hectares. Nessa perspectiva, a área daria para assentar 1.497 famílias, número superior à quantidade de famílias assentadas e inferior ao que o INCRA afirma comportar.

São essas áreas ocupadas por posseiros e desapropriadas pelo INCRA que passam a ser designadas por este órgão como Projetos de Assentamento. O lote de cada produtor é designado como Unidade de Produção Familiar e os antigos posseiros ou colonos passam a ser considerados como produtor rural familiar.

Os Projetos de Assentamento que surgiram na região do Araguaia Paraense, organizados pelo INCRA, são conseqüências das contradições geradas pela ocupação desigual e disputa pela terra. Não há na região assentamentos efetivados a partir de 1980, que não sejam conseqüência das ações dos produtores rurais familiares que, corajosamente, desafiaram o latifúndio, impondo a distribuição da terra pela ocupação e persistência do trabalho e permanência na posse.

Os produtores rurais que vivem nos Assentamento têm se organizado no sentido de cobrar investimentos públicos nas áreas de assentamento. Vários são os mecanismos por estes utilizados para garantir suas reivindicações. As manifestações públicas, o fechamento de estradas e a ocupação de prédios públicos tem sido uma prática destes, nos últimos anos, para garantir estes investimentos.

Segundo informações do INCRA, já se concretizou na maioria dos assentamentos alguns investimentos públicos como: abertura de estradas, construções de escolas, residências e também se fez investimentos na produção. Ainda segundo o INCRA, esses investimentos visam a “fixação dos produtores na terra” e contribuem para a inclusão social daqueles que viveram durante décadas à margem da sociedade.

A pesquisa confirma estes investimentos públicos recentes nas áreas de Assentamento. Estradas, energia elétrica, habitações já foram financiadas a boa parte dos assentamentos.

A pesquisa confirma também os investimentos à produção familiar em grande parcela das unidades de produção camponesa. No universo de 45 produtores pesquisados 75% receberam financiamento à produção familiar do Governo Federal, através dos recursos do PRONAF, administrados pelo BASA e Banco do Brasil. Todos os financiamentos à produção familiar estão voltados a chamada à “*pecuária familiar*”.

A pecuária familiar, nesta região, é uma prática recente implantada nos Projetos de Assentamento após a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, em 1989. Logo no início de sua vigência, o FNO serviu principalmente para financiar os grandes proprietários rurais. Sob pressão dos trabalhadores rurais e suas lideranças¹⁵² foi criado o FNO especial com suas diferentes modalidades (PROCERA¹⁵³, PRORURAL¹⁵⁴ E PRODEX¹⁵⁵).

A partir de então, iniciaram-se os investimentos públicos nos Projetos de Assentamento, com financiamento à produção familiar, priorizando a “*pecuária leiteira*”¹⁵⁶. O financiamento nos PA de Rio Maria teve início na gestão do governo Fernando Henrique Cardoso com o PROCERA e, mais recente, o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) foi a primeira a prestar serviços na elaboração de projetos destinados aos Projetos de Assentamento. Atualmente, a Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale Araguaia (COOPIVAG) é a prestadora de serviços que predomina na elaboração de projetos destinados à produção familiar em Rio Maria e em toda a região do Araguaia paraense¹⁵⁷.

Segundo os técnicos da EMATER E COOPIVAG, o PRONAF prevê investimentos em outras áreas de produção, mas os bancos credores liberam mais recursos para a pecuária, sendo este um dos motivos que segundo estes justificam a prioridade para os Projetos destinados à pecuária familiar.

No Plano Safra 2004/2005, foi estabelecido um limite de crédito para cada projeto no valor de R\$ 15.000,00 com assistência técnica, sendo R\$ 13.500,00 financiado para o pequeno produtor familiar e R\$ 1.500,00 para a prestadora pela elaboração do projeto e assistência técnica. Cada Projeto aprovado tem a duração de 10 anos, sendo três anos de carência, com juros de 1.15% ao Ano. O pagamento deve iniciar a partir do terceiro ano, com uma parcela a cada ano, perfazendo um total de sete parcelas até o final do tempo previsto. Como Bônus de Adimplência se estabeleceu o valor de 40% do principal¹⁵⁸.

¹⁵² Criado no início da década de noventa, o “grito do campo” foi um importante espaço de mobilização e protesto dos camponeses que culminava com negociação entre Estado e entidades representativas dos mesmos.

¹⁵³ Fonte: PROCERA – Programa Especial de Apoio à Reforma Agrária.

¹⁵⁴ Fonte: PRORURAL – Programa Especial de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada.

¹⁵⁵ Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo.

¹⁵⁶ O termo comumente utilizado pelos técnicos das prestadoras que acompanham os PAs é gado de procedência leiteira. Este tipo de gado não é de leite propriamente dito, mas nascido do cruzamento entre duas raças onde uma delas é raça de leite. Uma vaca de leite pode dar de 8 à 10 litros de leite/dia. A média de leite de gado de procedência leiteira é de aproximadamente 3 litros/dia.

¹⁵⁷ Conforme dados do INCRA da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia/ UACA, SR 27.

¹⁵⁸ Fonte: Manual do Crédito Rural/Plano Safra da Agricultura Familiar – 2004-2005, p.20.

Desde 1996, a opção para os investimentos públicos nos PA está voltada à pecuária familiar, não havendo alteração no modelo que, até hoje, continua o mesmo. Priorizam-se a compra de 10 vacas, um boi, arame e construção de cercas, represa, um animal e uma carroça. O financiamento público mais comum é feito através do PRONAF. O acesso aos beneficiários do Crédito Rural do Programa se dá mediante a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida de acordo com o tipo de PRONAF.¹⁵⁹

PONAF - A, a DAP é emitida pelo INCRA ou pela Unidade Técnica Estadual e Regional (UTE). Os PRONAF tipo B, C, D,E são emitidos pela EMATER, Sindicatos da Contag, sindicatos da Fetraf¹⁶⁰ – Sul, colônias de pescadores etc. Já o PRONAF C,D e E a DAp é emitida pelos sindicatos patronais da Confederação Nacional da Agricultura¹⁶¹.

Pesquisa realizada por Pereira (2000) já apresentava a extensão de áreas de pastagens à espera do gado leiteiro que seria financiado aos produtores familiares. Percebendo-se as transformações, em tempo recorde na natureza, questionava-se os envolvidos no processo (produtores familiares, associações e técnicos responsáveis pela elaboração dos PDA) sobre os problemas que enfrentariam, caso continuassem implantando o modelo tipicamente usado nas grandes propriedades, situação que condicionou um novo estudo.

O técnico da EMATER, responsável pela elaboração dos primeiros Projetos de Desenvolvimento dos Assentamentos, defendia, ainda em 1999, que os investimentos na produção familiar contribuiriam para a formação de uma *bacia leiteira*.

Razão que colaborou para defender a pecuária familiar como alternativa à produção financiada aos produtores que viviam/vivem nos assentamentos, pois já havia mercado, pois havia instalado no município dois grandes laticínios.

Em entrevista realizada com Cláudio Couto, ainda trabalhando na EMATER e exercendo a função de Secretário de Agricultura do Município de Rio Maria informa sobre mudanças no seu posicionamento com relação à agricultura embora ainda defenda a lucratividade da pecuária. Segundo ele, a agricultura familiar deve ser incentivada, pois há melhores condições de escoamento da produção além de mercado consumidor para os produtos.

¹⁵⁹ Veja a esse respeito: Manual do Crédito Rural/Plano Safra da Agricultura Familiar – 2004-2005.

¹⁶⁰ Fonte: Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF).

¹⁶¹ Fonte: Manual de crédito Rural, Plano de Safra da Agricultura Familiar – 2004-2005, p. 12.

Partindo de uma perspectiva de lucro, este considera que se deve também fazer investimentos na produção de alimentos, visto que até a farinha e o arroz, consumidos no município, vem de outros lugares.

A esse respeito, segue parte do depoimento:

A produção financiada que acompanhei nos primeiros anos de assentamento foi, só a pecuária, a pecuária leiteira. (...) Em noventa e seis nós financiamos duzentos e oitenta e dois produtores nestas comunidades que te falei. Foi o FNO Especial. (...) houve até uma questão o seguinte: naquele tempo em noventa e seis houve até uma exigência do BASA é que teria que financiar cinqüenta por cento pecuária e cinqüenta por cento agricultura. Mais no momento até eu relutei, eu fui contra isso aí porque era um momento que a gente não tinha como comercializar esta produção agrícola. Nós já produzíamos a questão da alimentação familiar, sempre tinha produção do arroz, do milho, da farinha e tal, mais pra comercializar era complicado. Nós não tínhamos estradas, nós não tínhamos escoamento dessa produção e nem mercado, naquela época. Então eu até fui um pouco contra, relutei até que nós financiamos só pecuária de leite. Que eu acredito assim que houve um resultado em cima disso aí, houve uma melhora de padrão de vida do produtor rural. È logicamente eu vou dizer assim que trinta por cento não teve sucesso porque na verdade houve aquele descaso. Costuma falar até que o pessoal amarrou uma rede no pé e na mão da vaca e deitou embaixo pra esperar a produção e muita gente acomodou. Mas aquele produtor que num acomodou ele foi bem, melhorou bastante o padrão de vida dele.¹⁶²

Ao contrário do que afirma Cláudio Couto, sobre a acomodação do produtor que “*amarra uma rede no pé e na mão da vaca e deitou embaixo para esperar a produção*”, há uma série de problemas que não foram levados em consideração quando se pensou neste modelo de produção visando, principalmente, o mercado. A *homogeneização* da produção em assentamentos tem os seus limites e que, geralmente, não são divulgados aos produtores familiares.

Dentre os problemas, destacam-se: o tamanho da propriedade, incompatível para a implantação de um modelo de pecuária extensiva; a falta de investimentos para a agricultura, quase que total, da agricultura pelo Estado; a qualidade do gado, incompatível para a pecuária leiteira; a produção voltada para o mercado que beneficia, principalmente, empresas de laticínios e frigoríficas a degradação ambiental, que aumenta concomitantemente na medida em que cresce o rebanho.

Veja-se a seguir tabela sobre os investimentos que priorizam a pecuária em áreas de assentamento acompanhadas pela COOPIVA:

¹⁶² Cláudio Couto. Entrevista realizada em 25 de julho de 2006.

Tabela IV - Quantidade de PRONAF por Assentamentos

Assentamento	PRONAF – A	PRONAF A-C	PRONAF - C	PRONAF - D
São Jorge	51	30	07	09
Itaipavas 137	75	68	06	-
Três Rios	23	23	04	04
Mata Azul I	38	30	01	-
Mata Azul II e III	32	-	12	-
João Canuto	39	-	02	01
Recantão	20	16	01	09
Vale da Serra	21	14	09	04
Expedito Ribeiro	18	-	-	01
TOTAL	317	181	42	28

Fonte: COOPIVAG, outubro de 2006.

A tabela acima demonstra os investimentos públicos do Governo Federal, através do PRONAF, nos Assentamento de Rio Maria acompanhados pela COOPIVAG. São 317 financiamentos do PRONAF-A, 118 do PRONAF-A-C, 42 do PRONAF C e 28 do PRONAF D. Nos Projetos de Assentamento Vale da Serra e Expedito Ribeiro somam-se 39 PRONAF-A, sendo esta modalidade predominante onde o financiamento é condicionado à pecuária.

A pecuária como alternativa de produção ao produtor familiar tem contribuído para mudar suas formas dos produtores familiares de relacionar com a terra. Antes dos investimentos destinados a esse tipo de produção, predominava a agricultura nos assentamentos com uma produção voltada para o consumo e os excedentes eram utilizados para complementar a renda familiar. Com a priorização dos investimentos na pecuária, tem aumentado os problemas sócio-econômicos e ambientais nos Projetos de Assentamento.

Até a década de 1980, a questão agrária e ambiental era centralizada, sendo consideradas responsabilidade do competia ao Governo Federal. A partir de meados da década de 1990, movidos pelo discurso da descentralização das decisões e da aplicação dos recursos financeiros, o governo federal incentivou a criação das Associações de Pequenos Produtores Rurais, que passaram a atuar junto aos órgãos oficiais do governo - INCRA, BASA e Banco do Brasil - na liberação de créditos rurais destinados à produção familiar. Além das Associações estimulou também a criação de entidades com representação governamental e não governamental para tratar destas questões.

Em 1996 foi criado no município de Rio Maria o Conselho Municipal de Desenvolvimento, que tinha como objetivo discutir as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e também propor mudanças no sentido de garantir a sustentabilidade econômica e ecológica, visando o desenvolvimento do campo.

Na opinião de sindicalistas ligados à FETAGRI a estratégia do INCRA era diminuir as pressões exercidas pelo movimento sindical e também pelo MST que organizavam as atividades dos camponeses no sentido de pressionar por desapropriações de terras e por investimentos. Dessa forma o espaço de discussões seria voltado mais para o âmbito municipal e também com as Associações de Produtores Rurais por assentamento.

Segundo Fernando Lima, dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI – SUL), a compreensão política de que a luta estava ficando fragmentada, fez com que alguns Sindicatos filiados à FETAGRI desenvolvessem campanhas pela unidade, agregando nas discussões e na direção do próprio sindicato, dirigentes das Associações dos Projetos de Assentamento.¹⁶³

Ao pesquisar no STR de Rio Maria, comprovou-se esta “agregação” de dirigentes das Associações à direção do sindicato. Na atual gestão do STR é predominantemente composta por dirigentes das Associações dos Projetos de Assentamento.¹⁶⁴ Contudo, quando se pensava que Associações estava ocupando os espaços antes ocupados pelo STR, percebe-se que juntos devem construir outros caminhos para não ficar fora das discussões de seus interesses.

A distribuição dos recursos, até recentemente, priorizava as necessidades apresentadas na pauta anual do movimento sindical, que quase sempre se apresentava como mecanismo de pressão, organizando manifestações na sede da Superintendência Regional do INCRA em Marabá, onde concentram as decisões sobre a aplicação de recursos.

Segundo informações obtidas no INCRA as forma de distribuição de recursos tem sofrido modificações nos últimos anos. Nas mesas de negociações, as associações e sindicatos demonstram que estão perdendo força. A distribuição dos recursos tem se dado de acordo com o número de famílias que as organizações FETAGRI, FETRAF e MST apresentam como pertencentes à área de suas influencias. O que tem ocorrido, é que quem não estiver integrado em uma destas entidades tem sido excluído de qualquer possibilidade de financiamento.

Foram confirmadas as informações prestadas pelo técnico do INCRA, no sentido da distribuição dos recursos de acordo com o número de famílias ligadas às entidades acima mencionadas. Segundo Domingos, presidente da FETAGRI e o senhor Walterlei, também diretor desta entidade os recursos federais ficaram assim distribuídos: FETAGRI 62% destinados aos assentamentos sob sua influencia. 25% são destinados aos assentamentos sob a

¹⁶³ Fernando Ferreira Lima, Baiano, dirigente Sindical e membro da Direção da FETAGRI SUL. Informações Orais coletadas no decorrer da pesquisa.

¹⁶⁴ Veja a esse respeito: ATA de posse da nova direção do STR de 15 de dezembro de 2005.

influência da FETRAF e 13% para os assentamentos ligados ao MST. São estas entidades, que nos últimos anos têm apresentado a pauta de negociação dos produtores familiares.

Conforme declarou o sindicalista Walterlei:

O orçamento do INCRA é proporcional ao número de famílias. FETAGRI Sul e Sudeste, FETRAF SUL e SUDESTE e MST mais localizado no Sudeste e ocupação Rio Vermelho na região Sul. Cada um se alega ter um número de família e aí faz a divisão do bolo de infra-estrutura, mas já se divide desde a desapropriação, demarcação até assistência técnica, todos os recursos, todas as áreas. A divisão se dá mais a nível de cúpula [...] A discussão é que deve filiar as associações aos sindicatos e estes à FETAGRI [...]. Hoje as discussões são mais economicistas e não políticas e isso pode gerar um problema [...] A prestadora e os bancos impõe o gado como produto principal, durante os três anos de carência deve haver assistência técnica e o gado é menos trabalhoso para os técnicos [...] Para ter acesso ao PRONAF exige-se a carta de aptidão [DAP] e geralmente a EMATER cobra para isso, o valor normal é dois reais, mais aí é cobrada de acordo com a necessidade do funcionário [...] Há uma série de erros o dirigente sindical não denuncia porque sabe mas não consegue provar e os trabalhador não denuncia porque precisa do serviço e acaba pagando o preço exigido [...] o PRONAF ta longe de ser um investimento, mas é uma sangria do próprio governo que não consegue fiscalizar os desvios.¹⁶⁵

Dentre os problemas levantados pelo senhor Walterlei, está o fato da distribuição de recursos destinados aos produtores rurais ficar mais a cargo da prestadora de serviços e do banco, os quais condicionam os projetos voltados à pecuária. Desta forma, nos assentamentos rurais da região está presente o fenômeno da pecuarização sem que o produtor possa interferir ou escolher o que deve ser financiado.

Estabelecendo um diálogo com os produtores familiares, percebe-se que há problemas com relação não só a documentação, mais a aplicação dos recursos destinados ao financiamento em áreas de assentamento. Segundo os produtores familiares do PA Vale da Serra 8 casas financiadas que deveriam ter sido construídas no PA, não o foram. Também há reclamações de recursos destinados à estradas que deixaram de ser aplicados sem que providencias tenham sido tomadas.

Com relação à questão ambiental, esta aparece como uma preocupação dos trabalhadores rurais e suas lideranças no STR, ainda na década de 1970. Pesquisas realizadas no STR de Rio Maria e pesquisas de campo demonstram que havia preocupações sobre as questões ambientais, sendo estas pautadas muitas vezes em reuniões do sindicato, havendo orientações para evitar derrubar toda a mata.

Este tipo de intervenção foi percebido em alguns escritos de sindicalistas como José Basílio de Siqueira “Dosa” e Expedito Ribeiro, que pertenciam ao STR de Rio Maria. O

¹⁶⁵ Walterlei Oliveira, paulista, sindicalista. Entrevista realizada no dia 06 de outubro 2006.

primeiro fazia um apelo contra os desmatamentos, em nota ao Jornal Resistência em 1978 conclamando a sociedade para a responsabilidade social para cuidados com a destruição ambiental. Expedito, além dos debates que travava junto com outros membros do STR e os trabalhadores rurais, fazia dos seus versos uma poesia em favor da Amazônia.

As questões ambientais parece ser um problema que pouco chama a atenção dos produtores familiares pesquisados que não contam com orientação a não ser das atividades desenvolvidas pela Associação em parceria com o STR. Durante as pesquisas de campo, quando algum trabalhador fala a respeito é para reclamar do controle exercido pelo IBAMA na região para evitar as queimadas, o que demonstra criar problemas para estes que usa o fogo como alternativa para a preparação de roças e limpeza de pastos.

Mesmo assim, deve-se reconhecer a preocupação da maioria destes em preservar as serras e as margens do rio. Sendo que nas serras nascem as fontes de águas que abastecem algumas residências de produtores familiares nos dois assentamentos.

Embora já exista uma preocupação governamental na perspectiva de um desenvolvimento sustentável voltados aos Assentamentos com a criação da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), não tem contemplado as expectativas dos produtores familiares.

O PA Expedito Ribeiro foi contemplado com este tipo de assessoria, mas segundo os produtores familiares a orientação não é dada a contento. Pois, não há orientações no sentido de garantir o uso adequado dos recursos naturais sendo uns dos problemas abordados é a falta de orientação para o manejo das pastagens.

Na gestão do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, percebe-se que houve um aumento considerável nos investimentos à produção familiar e também investimentos em assistência técnica voltada a questão da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental.. Contudo, a lógica dos financiamentos continua a mesma, não havendo mudanças no sentido de redirecionar o financiamento à produção na perspectiva de melhorar a vida das famílias e evitar a destruição da natureza, indispensável à permanência destes na terra.

2.5 - Assentamentos rurais: estudos de casos no período de 1980-2004

Para realizar pesquisa nos Projetos de Assentamentos Expedito Ribeiro e Vale da Serra, foi considerado o fato de serem situados às margens do rio Maria e este já apresentar

problemas com o assoreamento devido à degradação ambiental. Ressalta-se que os problemas ambientais causados pela degradação que atinge o rio Maria e toda a sociedade riomariense, não são causados apenas pelo desmatamento provocado pela implantação de pastagens nas grandes e pequenas propriedades, mas também pela presença dos lixos doméstico e hospitalar, bem como os detritos de postos de gasolina, laticínios, frigorífico, etc.

O rio Maria é o maior do município e corta grande parte do seu território, desaguando no Rio Araguaia, há aproximadamente distante 120 km da sede do município.

A Zona Rural de Rio Maria é composta por fazendas, sítios, colônias e Projetos de Assentamento. Ao todo, são 18 Projetos. Os Projetos do Baixo Rio Maria, cortados pelo rio são: Vale da Serra, Estrela do Pará, São Jorge, Expedito Ribeiro, Juassama, Mata Azul e Água Boa (Travessão).

Os Planos de Desenvolvimento do Assentamento – PDA foram elaborados a partir de convênios entre o INCRA, a cooperativa e as Associações dos Produtores Rurais de cada assentamento. Os PDA's são elaborados por técnicos em Agropecuária, Engenheiros Agrônomos e Pedagogos ligados a uma prestadora.

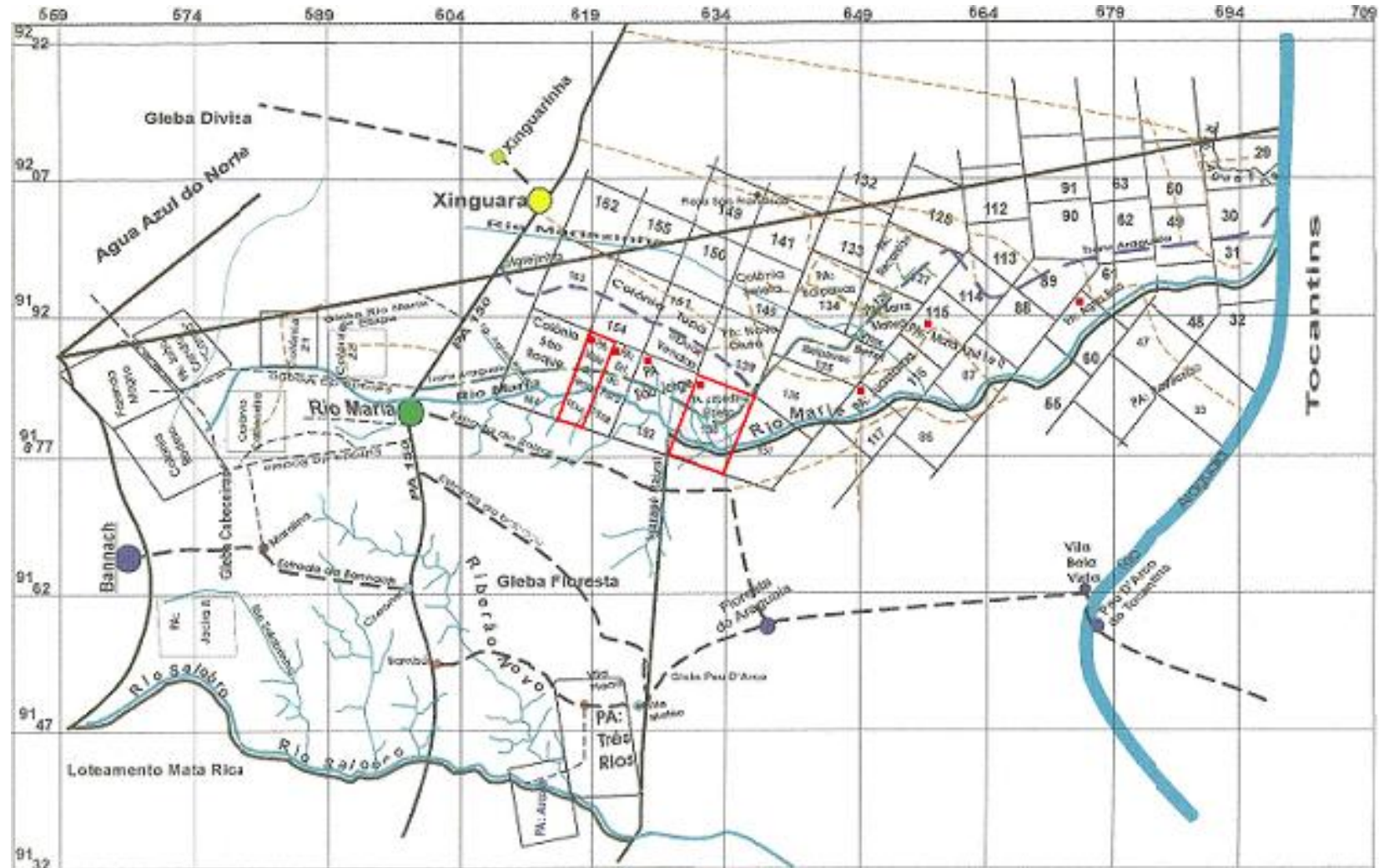
O PDA do Assentamento Vale da Serra foi elaborado pela Cooperativa dos Profissionais Liberais do Vale do Araguaia – COOPIVAG.

Predomina em Rio Maria e em todo o Sudeste do Pará, os PDA's elaborados por esta Cooperativa, sendo fundada em 1999, teve como um dos sócios fundador e atual diretor, o senhor Helvécio Mesquita Melo, ex funcionário da sede do INCRA em Conceição do Araguaia.

Já o PDA do Assentamento Expedito Ribeiro foi elaborado por técnicos do Projeto Lumiar e posteriormente assumido pela EMATER e por último pela COOPIVAG.

Os Projetos de Assentamentos localizados no Baixo Rio Maria, na maioria, são ligados uns aos outros, o que dificulta identificá-los sem a ajuda de uma pessoa que conhece a história dos assentamentos. Neste caso, contou-se com a ajuda da produtora rural Lucélia Melo, conhecedora dos assentamentos e também é Agente Comunitária de Saúde de área vizinha, para visitar todas as casas de produtores rurais familiares dos Assentamentos pesquisados. Para localizá-los geograficamente utilizou-se o mapa elaborado pelo sindicalista Carlos Cabral e Moacyr de Oliveira, funcionários da prefeitura na época (2002). Veja-se a seguir o mapa do município e Rio Maria com suas divisões na área rural:

Mapa 3: Município de Rio Maria - Assentamentos Rurais (Escala 1/750.000)



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Mapa Elaborado por Moacir J. Oliveira e Carlos Cabral Pereira - Março de 2002.

Conforme visualiza-se no mapa acima, a zona rural de Rio Maria é subdividida em Glebas, Fazendas, Colônias e Assentamentos. Visualiza-se também a área do Baixo Rio Maria, que fica entre a cidade de Rio Maria e o Rio Araguaia e percebe-se que nela concentra-se a maioria dos Projetos de Assentamento, fruto das ocupações por posseiros de terras documentadas.

2.6 – Projeto de Assentamento Vale da Serra

Vale da Serra é o nome da terra que, desde o início da década de 1980, pertencia ao fazendeiro Vantuir Gonçalves de Paula. No ano de 1984, esta fazenda foi ocupada por posseiros oriundos das cidades de Rio Maria e Xinguara. Aproximadamente 35 famílias se estabeleceram na região e iniciaram plantações de roças. As primeiras roças eram coletivas por questão de segurança pessoal, depois as parcelas foram sendo divididas e a produção individualizada.

No início da ocupação, os camponeses tiveram apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e da Comissão Pastoral da Terra que os orientavam e assessoravam na luta pela conquista da terra e na denúncia da violência cometida por pistoleiros e/ou polícia à serviço do fazendeiro. A disputa pela terra foi bastante acirrada causando a morte de 09 camponeses, dentre estes, dois dirigentes sindicais¹⁶⁶.

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, elaborado pela COOPIVAG, a área total do PA é de 2.175,9175 hectares. Em 2003 a área de mata representava 16% , a de capoeira 4%, a área usada para a cultura de arroz, milho, feijão, mandioca, feijão e abacaxi era de 17% e o restante estava coberto pelas pastagens, cultivo indispensável para a pecuária de dupla aptidão.¹⁶⁷

De acordo com o PDA, cerca de 84% da área representa área desmatada, visto que as florestas latifoliada abertas aparecem em pequenas áreas remanescentes. Grande parte da pastagem implantada encontrava-se degradada e o que apontam como causa são as áreas

¹⁶⁶ PEREIRA (2000). *Op. Cit.*, p. 60. Ressalta-se que Vantuir só foi julgado e condenado 20 anos depois como um dos mandantes da morte do sindicalista João Canuto de Oliveira, e continua foragido. Os demais camponeses mortos é possível que nem exista inquérito policial.

¹⁶⁷ Fonte: PDA Vale da Serra /COOPIVAG Rio Maria – 2003, p. 1.

acidentadas (15%) que contribuem para a erosão. Presume-se que o outro fator seja o manejo inadequado das pastagens. “A *diversificação da atividade produtiva podem ser um fator de combate ao desmatamento*” concluem os técnicos que elaboraram o PDA.¹⁶⁸ Contraditoriamente elaboraram os projetos individuais para a monocultura do gado de procedência leiteira, contribuindo para aumentar ainda mais os desmatamentos e conseqüentemente a degradação da natureza.

Em 15 de maio de 1996, foi fundada a associação do PA Vale da Serra, denominada Associação dos Produtores Rurais da Boa União – A.P.R.B.U. A associação tem como objetivo lutar pela desapropriação da terra e por melhorias estruturais, sociais (escolas, estradas, energia...), por créditos habitação e apoio do PRONAF. Em 2003, a Associação contava com cinquenta e seis sócios, sendo quarenta e oito homens e oito mulheres¹⁶⁹.

Em 2000, o INCRA desapropriou a terra onde estavam estabelecidos trinta e um produtores rurais. Após a desapropriação, ocorreu a venda de parte dos lotes e ao longo destes anos, desde a criação do Projeto de Assentamento, a maioria dos antigos produtores familiares foram substituídos através da compra e venda de lotes

Através de análise das Atas da Associação, onde constam as assinaturas das assembleias, percebe-se que a venda de terras só diminuiu após a entrada de investimentos públicos para a infra-estrutura do assentamento como, a abertura de estradas, construção de escolas de 1ª a 4ª série e financiamento para a produção.

Em 2003, a A.P.R.B.U recebeu assistência técnica da COOPIVAG e foi beneficiada com 18 créditos PRONAF “A”, aprovados pelo BASA, totalizando um valor de R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais).¹⁷⁰

De acordo com dados do PDA, esta Associação foi beneficiada pelo INCRA em 2002 com 17 créditos de apoio com um valor de R\$ 1.400,00 por família assentada, 17 créditos habitação no valor de R\$ 2.500, 00 por família. Em 2003 18 famílias receberam o crédito PRONAF “A”, num valor de R\$ 13.000,00 por família.¹⁷¹

Os investimentos federais mudaram significativamente a vida das famílias que foram beneficiadas com o financiamento. As casas, que antes eram construídas de pau-a-pique, com cobertura de palha de babaçu ou de tábuas com telha de amianto, cederam lugar à

¹⁶⁸ *Idem* p. 3-4.

¹⁶⁹ Predomina a participação de homens nas Associações dos Produtores Rurais dos Assentamentos. Dentre as razões para que isto ocorra é porque a terra é legalizada no nome dos homens, logo a esposa não sente na responsabilidade de filiar-se à Associação, embora a presença feminina seja significativa nas reuniões.

¹⁷⁰ Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA COOPIVAG/2003, p.13.

¹⁷¹ *Idem*, p. 13.

construções em alvenaria, coberturas com telhas de barro e composta por cinco cômodos, incluindo um banheiro.

Nota-se que na maioria das casas, não havia banheiro e nem fossa. As instalações sanitárias eram muito precárias, quando existiam. Nesse sentido, houve uma melhoria na qualidade de vida dos beneficiados pelo crédito habitação, pelo menos partindo da perspectiva estrutural, comparando com uma casa de produtor familiar de ocupação que ainda não teve o beneficiamento do Crédito Habitação com uma casa construída no PA com recursos do INCRA, no capítulo seguinte.

Na maioria dos Assentamentos, os Projetos financiados através do PRONAF “A”, priorizam a chamada “*pecuária familiar*”. O produtor familiar, na maioria das vezes, não tem a liberdade de escolha de compra do gado. Este geralmente é comprado de fazendeiros da região, condicionados pelos técnicos da Cooperativa, EMATER e/ou presidente da Associação.

O gado, considerado pelos técnicos de “*procedência leiteira*”¹⁷² na maioria das vezes não atende às expectativas de produção, bem como não contribui para melhorar a qualidade de vida produtores. Estes compram, geralmente, um gado sem qualidade, dificultando o pagamento das parcelas aos órgãos financiadores, pois o gado comprado não gera o lucro, tal como o esperado. O gado adquirido não é de raça leiteira, o que diminui a margem de lucro esperada devido a baixa produção de leite.

Percebe-se também a substituição das florestas por pastagens plantadas, modificando consideravelmente a paisagem natural, que em pouco tempo tornou-se degradada. A quantidade de gado incompatível com o tamanho da terra é uma das causas para matar as pastagens que geralmente são compostas por capins mambassa, brachiara e/ou quicuío. Segundo os produtores, a durabilidade média do capim de semente de boa qualidade, e quando bem cuidado, varia de 6 a 10 anos.

A pecuarização das Unidades de Produção familiar fez diminuir drasticamente a produção de alimentos. Em alguns lotes, as forrageiras contribuíram para o desaparecimento de toda a área de mata nativa, deixando os lotes com 100% de pasto. Estes têm como produtos comercializáveis apenas os bezerros e o leite.¹⁷³

¹⁷² Gado de “procedência leiteira” são considerados o gado cruzado onde uma das matrizes deve ser de gado leiteiro. Exemplo: Girolândia, obtido através cruzamento do gado Gir e Holandesa (definição utilizada pelos próprios produtores rurais). Porém, o que predomina é o cruzamento da raça Nelore com Gir, Holandesa, Tabapuã, e outros. Isto só contribui para que o rebanho seja de baixa produtividade.

¹⁷³ Fonte: PDA. *Op. Cit.* p. 19.

Neste sistema, encontra-se também a criação de animais como suínos e galinhas que são utilizados para o consumo da família e, com raras exceções, vendidos no comércio local para complementar a renda familiar. É importante destacar que a criação de animais de pequeno porte e as culturas temporárias, ainda faz parte de boa parte dos lotes. Contudo, destaca-se na participação da renda total das famílias, a produção de bezerros e o leite, comercializados em Rio Maria.

A produção da pecuária familiar não rende lucros, pois o preço do bezerro de gado cruzado de 08 meses varia de R\$120,00 (cento e vinte reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). O preço do litro de leite varia de R\$ 0,20 (vinte e quatro centavos), quando recolhidos pelo consumidor diretamente na propriedade, isto é, sem atravessadores, à R\$ 0,28 (vinte e oito centavos), entregue pelo produtor na plataforma do laticínio.¹⁷⁴ Os dados atuais diferem daqueles apresentados pelos técnicos da COOPIVAG, no PDA elaborado em 2003:

No caso dos assentados que tem a pecuária bovina como principal atividade produtiva do lote, a renda anual gira em torno de R\$ 36.096,00 (trinta e seis mil e noventa e seis reais. (...) este valor é, na maioria dos casos, a soma das receitas geradas pela comercialização dos bezerros e do leite, sendo a segunda muito pequena. Geralmente os bezerros são vendidos para os intermediários, que compram pelo valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) diretamente no estabelecimento do assentado e revendendo para invernistas locais ou regionais a preço de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) por cabeça.¹⁷⁵

Verifica-se a partir dos dados do PDA, que houve queda do preço do leite e do novilho o que se percebe é que o produtor familiar é quem saiu perdendo, pois, até mesmo aqueles que substituíram o gado de leite pelo gado de corte, para vender o novilho, o preço deste em pouco tempo já não era mais competitivo.

A produtora rural e professora Lucidalva Ferreira, moradora deste PA desde o início da ocupação, optou por manter a produção contratando um funcionário para ajudar seu marido e mudou para a cidade onde trabalha, lecionando para o Ensino Fundamental. Segundo ela, é impossível manter-se na terra quando os filhos vão crescendo sem perspectiva educacional.

Dos três filhos desta produtora, dois cursam fazem cursos técnicos agropecuários em uma escola federal do estado do Paraná e a filha cursa o Ensino Médio em Rio Maria. Ainda segundo Lucidalva, o estudo dos filhos já está contribuindo para melhorar a produção

¹⁷⁴ Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo em janeiro de 2006.

¹⁷⁵ Fonte: PDA do Assentamento Vale da Serra/COOPIVAG/2003, p. 20.

da família, pois estão inovando as técnicas e diversificando a produção com uma experiência de criação de abelhas e plantação de frutas.

2.7 - Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro

A ocupação de parte da terra que deu origem ao Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro ocorreu em 1984, sendo esta doação do fazendeiro Manoel “Gambira”, relação que será abordada no próximo capítulo.

Este Projeto de Assentamento fica a aproximadamente 50 km da cidade de Rio Maria de tem como vias de acesso a estrada que liga a cidade de Rio Maria à Vila Betel, neste município. Nos primeiros anos de ocupação a forma de acesso ao assentamento era através da estrada da localidade conhecida como Sete Barracos, atravessando de canoa o rio Maria.

No princípio, a residência de Manoel Gambira, situada à margem da estrada que liga Rio Maria à comunidade de Sete Barracos e à margem do rio Raizal, servia de ponto de apoio para os posseiros que rompiam a pé da ocupação à cidade de Rio Maria. Este fazendeiro, na eminência de perder a terra para seu vizinho, incentivou a ocupação e apressou-se em legalizar a situação dos posseiros, indo até a sede do INCRA em Conceição do Araguaia, onde declarou a doação da área que legalmente lhe pertencia.

Posteriormente, em 1985, outros camponeses decidiram ocupar a fazenda Santa Maria e como a terra não era toda legalizada, o INCRA decidiu pela desapropriação ainda em 1986, mas que se concretizou em 1999. O primeiro nome dado ao assentamento foi PA Santa Maria. A área total deste PA é de 2.761.822.5 ha. Com o assassinato de Expedito Ribeiro, ex-dirigente sindical, em fevereiro de 1991, os produtores familiares deste PA fizeram um plebiscito e mudaram o nome deste assentamento para PA Expedito Ribeiro. A mudança do nome do PA Santa Maria para PA Expedito Ribeiro foi pelo reconhecimento da sua luta enquanto sindicalista na defesa dos camponeses que ocuparam as duas terras acima mencionadas.

O Plano de Desenvolvimento do PA Expedito Ribeiro foi elaborado em 2001 por técnicos da UNIAGRO e visava diagnosticar os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares, propondo medidas para o desenvolvimento sustentável deste PA. De acordo com o Plano, o PA Expedito Ribeiro tem uma capacidade para assentar 47 famílias, na

época havia 45. A área coberta por mata era de 833,3 hectares e as de pastagens, de 887,80 hectares.¹⁷⁶

Em 2001, poucas eram as famílias que haviam recebido recursos federais para a compra de gado. A EMATER, que era a Empresa de Assistência Técnica deste PA, tinha em seu quadro um técnico agropecuário e um administrativo que raramente visitavam o Projeto de Assentamento. A UNIAGRO, através do Projeto Lumiar, esteve presente no município de Rio Maria até dezembro do ano de 2000 desenvolvendo assistência técnica nos PA Expedito Ribeiro.¹⁷⁷

Os técnicos da UNIAGRO fizeram uma pesquisa sobre as reais condições do PA Expedito Ribeiro, fazendo um levantamento de todos os problemas e das suas potencialidades econômicas que havia neste PA. Apontaram, após o diagnóstico, a inexistência de infraestrutura, como, posto de saúde, eletrificação rural etc. Como potencialidades, apontaram as condições de cobertura real primária em processo de exploração com manejo¹⁷⁸, a fertilidade do solo que possibilitaria o plantio de culturas variadas, já presentes no assentamento etc.¹⁷⁹

O Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro conta hoje com financiamentos do INCRA, como o crédito moradia, e do PRONAF “A”, destinado à pecuária familiar. Neste PA, uma pequena parte dos produtores familiares continua produzindo alimentos básicos para manter a alimentação. O que predomina é a pecuária, possivelmente devido à falta de investimentos em outros tipos da produção. Mas, mesmo assim ainda existem Unidades de Produção, onde animais de pequeno porte como porcos, galinhas e patos são criados, cujo excedente complementam à renda da família.

Neste assentamento havia produtores como Leandro Guimarães que durante anos complementou a renda da família com produzindo quantidade razoável de rapadura que era vendida no comércio local. Também vendia frutas produzidas na propriedade como laranjas e mexerica, além de outros produtos como queijos, galinhas e ovos. Embora nesta Unidade de Produção familiar predomine a pecuária ainda sobrevive parte destas plantações que servem para o consumo familiar, além de ser socializados com vizinhos, como: diversas espécies de frutas, hortaliças, entre outros.

¹⁷⁶Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Expedito Ribeiro – Rio Maria – PA/2001.

¹⁷⁷Fonte: PDSA – do Assentamento Expedito Ribeiro. Rio Maria/2001, p. 26.

¹⁷⁸No diagnóstico realizado pela UNIAGRO apresenta uma cobertura vegetal predominantemente de pastagens (74%). A área de mata era de 12%, localizada nos morros onde o desmatamento é proibido. Na área de mata apresenta uma cobertura vegetal com espécies como o jatobá, itambá, copaíba, amarelão, ipê, aroeira, entre outros. Estas e outras espécies são aproveitadas nas construções de casas, cercas, currais e também como remédios naturais como chás de cascas, óleos, resinas, etc. (PDA p. 11 e pesquisa de campo).

¹⁷⁹*Idem* p. 28-29.

Há na unidade de produção citada e do senhor José Protázio uma criação de abelhas de onde já se colhem os primeiros litros de mel para consumo e venda que complementa a renda familiar. Nestas Unidades de Produção, a água que abastece a casa desce de cima da serra através de canos adaptados para este fim, situação vivenciada também por outros produtores familiares.

Neste PA, há também produtor rural como o senhor Zacarias que além da criação do gado mantêm a criação de animais de pequeno porte. Há anos produz farinha e polvilho da pequena plantação de mandioca que mantêm na sua parcela, sendo esta a fonte que complementa a renda familiar.

A existência de gado neste antecede aos financiamentos do INCRA, este era obtido através do sistema de criação para partilha de bezerros. O gado era tido para estes como uma espécie de poupança, “*só vendia diante de uma grande necessidade*”, conforme afirma o produtor Luiz Milhomem, produtor rural que tem na sua parcela gado Nelore e cruzado. É importante ressaltar a experiência vivida por 04 moradores deste PA, que há anos revezam para matar um gado para a alimentação de suas famílias, fato excepcional que não se percebeu em nenhum outro assentamento de Rio Maria.

A renda familiar é complementada com a venda de mão-de-obra para o trabalho em maiores terras da região. Há também produtores rurais como Jarbas Cabral, sua esposa Eunice Ribeiro e Neide Macedo¹⁸⁰ que, optaram por complementar a renda familiar como professores, atualmente lecionando na Vila Betel onde estudam os alunos dos assentamentos pesquisados.

Os moradores mais antigos do Projeto de Assentamento que praticavam a pescaria voltada para o consumo, com exceções, têm receio em comer os peixes que são pescados no rio, devido o processo de contaminação pelo qual este vem passando.¹⁸¹ Mesmo assim, nesta localidade, a pesca ainda é praticada atraindo, na época das cheias, inclusive, moradores da cidade de Rio Maria e pescadores profissionais.

A pesca no Rio Maria ocorre em todos os Projetos de Assentamento que estão à margem desse rio. Os produtores rurais não costumam proibir a entrada de pescadores nas

¹⁸⁰ Neide Macedo foi professora durante alguns anos no PA Vale da Serra onde tem hoje a sua parcela de terra. Jarbas, Eunice e Neide contribuíram para a formação das Associações Rurais.

¹⁸¹ A preocupação dos moradores é procedente. No ano passado, no mês de agosto, quando o rio estava com pouca água o frigorífico Rio Maria deixou vaziar amônia de suas instalações e contaminou a água matando muitos peixes e outros animais. O caso foi registrado por técnicos da Cooperativa COOPATIÓRO e denunciado ao IBAMA de Xinguara.

suas terras para ter acesso às margens do rio.¹⁸² Quando estes pescam, disponibilizam seus instrumentos mais utilizados na pesca (como canoa, redes, anzóis, etc) para pescadores que visitam o PA, além de oferecerem hospedagem para quem optar por não dormir à beira do rio.

Fotografia 2: Pesca no Rio Maria



Fonte: Acervo Pessoal da Autora. Fotografia: Luzia Canuto Pereira – 2005

Na fotografia acima, verifica-se uma das formas utilizadas para a pesca: a utilização da tarrafa, uma espécie de rede confeccionada em malha fina que permite o aprisionamento de pequenos peixes como piau, curimatã, pacu, sardinha, entre outros.

Também é comum a prática desta atividade utilizando vara e anzol, principalmente, por pescadores “amantes” da pesca esportiva. Predominam também outras formas de pesca como, por exemplo, através de cercamentos das moitas por redes de malha maior e as “pindas”¹⁸³ de anzóis para pegar peixes grandes, como: jaú, pintado entre outras espécies.

¹⁸² Às vezes proíbem a pesca predatória. São comuns as recomendações para evitar jogar sacos plásticos em locais onde o gado toma água, porque, segundo estes, o plástico causa a morte do gado.

¹⁸³ Este termo é utilizado pelos pescadores e por não encontrar outro mais adequado o utilizei no texto. Pindar anzol significa colocar uma linha de nylon curta em anzol grande e amarrar a linha em raízes ou galhos e deixá-los à espera do peixe que ao fisgá-lo e correr fica preso. (Nome de origem tupi pindá-siririca).

Veja-se também, a paisagem da margem do rio modificada pela ação do homem com a derrubada da mata para a implantação de pastagens. Em algumas Unidades de Produção, o desmatamento tem contribuído para o assoreamento do Rio, mudando o curso natural das águas.

III - O Campo, as Falas e as Ações

A história do presente, pelo seu ineditismo, exige a sistematização de informações que, em grande parte ainda não foram escritas. Em relação ao mundo rural, a diversidade de situações vivenciadas pelas famílias camponesas, no Sul e Sudeste do Pará nos últimos 30 anos, as fontes escritas são quase inexistentes.

Optou-se então por uma pesquisa de campo que possibilitasse ouvir os camponeses: suas falas sobre as suas percepções e representações de suas histórias de vida, de sua cotidianidade, de suas aspirações e perspectivas como tais.

Dentre os dezoito (18) assentamentos, organizados pelo INCRA, optou-se por dois (02): o Expedito Ribeiro e o Vale da Serra. A escolha obedeceu aos seguintes critérios: estarem às margens do rio Maria, importante via de acesso aos assentamentos à margem esquerda, antes da abertura de estradas; apresentarem as características estabelecidas no projeto de pesquisa: serem ocupações espontâneas transformadas em Assentamento pelo INCRA. Além desses critérios, destaca-se a proximidade da área urbana do município de Rio Maria, o que facilitou a realização da pesquisa por ser mais econômico e acessível.

A escolha dos depoentes seguiu o critério de tempo de moradia, de ambos os sexos. Privilegiou-se aqueles mais antigos moradores assentados.

De acordo com os técnicos do INCRA, no assentamento Expedito Ribeiro, foram inicialmente cadastradas quarenta e sete (47) famílias. Para a Associação dos Produtores Rurais do assentamento, somente trinta e cinco (35) famílias estão cadastradas, mas apenas vinte e cinco (25) moram no assentamento.

Foram aplicados 25 formulários para identificar quem tinha financiamento e quais as principais atividades socioeconômicas realizadas, com questões objetivas e subjetivas. Foram coletadas entrevistas de sete (07) chefes de famílias.

No assentamento Vale da Serra, o cadastro inicial do INCRA abrangia vinte e uma famílias (21), enquanto, de acordo com os dados da associação, apresenta 29. Foram aplicados vinte (20) formulários similares aos que foram no Expedito Ribeiro e entrevistados quatro (04) chefes de famílias que chegaram à área no início da ocupação e uma moradora, ex-sindicalista, que comprou uma área no assentamento em 1989.

As discrepâncias do número de famílias cadastradas no INCRA, com os números coletados na associação, foram parcialmente esclarecidas por alguns depoentes. Nos cadastros feitos pelo INCRA, foi comum o artifício usado por algumas famílias: alguns membros de uma família se cadastravam para obter um lote, de modo a assegurar uma área maior para a família. Por isso, atualmente, encontram-se posseiros com áreas de até trezentos (300) hectares, sendo que em algumas delas verifica-se a ausência de parte daqueles familiares beneficiados.

Na pesquisa, foram privilegiadas as informações e dados, que caracterizassem as condições sócio-econômicas da família do depoente do assentamento e relativas à maneira como interagem com o ambiente em que vivem e trabalham.

A pesquisa de campo forneceu informações importantes sobre a maneira com que o INCRA operacionalizou a existência dos dois assentamentos.

No que se refere ao Expedito Ribeiro, a área definida para o assentamento foi maior do que a inicialmente reivindicada pelos posseiros. A ela foram anexadas, parcialmente, parte de duas fazendas, onde também existiam posseiros, a fazenda Santa Maria e parte da Gleba Itaipavas.

A história do Assentamento Expedito Ribeiro iniciou com uma ocupação da terra, pouco comum na região: a terra foi doada por um fazendeiro a trabalhadores rurais sem terra que viviam na região.

O fazendeiro conhecido pelo apelido de Manoel “Gambira”, era o proprietário de uma gleba de 900 alqueires, mas apropriou-se apenas de parte desta. A outra, não apropriada, passou a ser objeto de disputa entre ele e o fazendeiro Renato Repeto, dono da Fazenda Santa Maria. Na eminência de perder a terra, Manoel “Gambira” doou-as aos trabalhadores rurais sem terra em 1984. Avisou aos trabalhadores que viviam na região de Sete Barracos, próxima a área em questão, e de Rio Maria, que estava disponibilizando parte de suas terras para serem colonizadas, fato que incentivou outras ocupações em terras próximas.

Ao repassar a posse para os camponeses, Manoel “Gambira” repassou-lhes também o conflito instalado com Repeto. Passaram-se 15 anos até a desapropriação. Nos primeiros anos de ocupação, os posseiros sofreram pressões de toda ordem: jurídicas, políticas

ou por parte da “pistolagem”.¹⁸⁴ Somente em 1999, quando as tensões já haviam diminuído, a área foi desapropriada pelo INCRA e os posseiros assentados.

Sobre o processo de ocupação, o produtor familiar Jarbas Cabral, um dos depoentes, relata um pouco de sua experiência nesse processo:

Meu pai veio aqui pro Pará com a expectativa de conseguir um pedaço de terra pra poder trabalhar. E, a gente mudamos pra cá no início de 85, março de 1985, quando o Carlos já tinha arrumado essa terra aqui no PA Expedito Ribeiro, na época era fazenda Santa Maria que tinha sido uma parte da fazenda estava em disputa entre o fazendeiro da Santa Maria e um outro fazendeiro chamado Manoel Gambira. Eles estavam disputando um pedaço de terra e aí um dos fazendeiros liberou para que o Carlos pudesse colocar posseiro. Então nós mudamos pra cá juntamente com meu pai. Viemos diretamente pra cá em março de 1985. Não existia estrada pra ir pra Rio Maria, agente ia a pé através de picadas. Durante uns quatro anos todo o percurso nosso aqui era feito a pé porque não existia estrada. E teve muita dificuldade no início [...]. E, no início, durante os quatro primeiro ano a gente, como eu disse a gente não tinha estrada, somente depois com a união de todos os posseiros do PA Expedito Ribeiro e os posseiros do PA São Jorge e de diversos PAS que vai daqui pra Rio Maria que a gente fazia mutirão e abrimos uma estrada feita de machado e foice por dentro da mata, em volta de 37 quilômetros de estrada até próximo de Rio Maria. Foi a partir daí que com a união dos posseiros e ajuda do sindicato que a gente conseguiu que a prefeitura abrisse a estrada de máquina. Já por volta de 1990, por aí, foi quando a gente conseguiu a estrada de máquina que tivesse acesso direto ao assentamento [...]¹⁸⁵

O depoimento do antigo posseiro, Jarbas Cabral, nos dá certo panorama dos problemas que enfrentaram no início da ocupação. Aparentemente, parece ter sido tranqüila a ocupação da área, mas esta é uma aparência que foi sendo mudada ao longo da pesquisa, quando se dialogou com antigos ex-posseiros.

De acordo com os ex-posseiros, João Mendes Moreira e Brasilino Pereira da Silva, houve disputas da terra com Renato Repeto que pretendia ser o dono das terras. Estas disputas ocorreram na fase inicial da ocupação, quando o fazendeiro Renato Repeto tentou impedir que os posseiros continuassem na área pretendida e também evitar a anexação da suas terras ao assentamento. Repeto chegou a ordenar aos funcionários da fazenda que abrissem uma estrada dentro das áreas de posses, para que se configurasse uma situação de terra “*produtiva*”.¹⁸⁶

¹⁸⁴ Por *pistolagem* entende a prática de grupos de pessoas contratadas para expulsar posseiros de uma área. O processo de expulsão dá-se pela pressão psicológica ou até por atos mais violentos como queima de barracos, espancamentos ou assassinatos.

¹⁸⁵ Jarbas Pereira Cabral, Goiano, 37 anos, chegou ao local onde originou o PA Expedito Ribeiro em 1985. Entrevista gravada em 10 de julho de 2006.

¹⁸⁶ No caso específico, tornar a terra produtiva era fazer abertura de estradas e derrubar a mata para evitar a ocupação e a desapropriação.

Os assentados que vivenciaram o processo de ocupação declaram que este foi menos tenso do que em áreas vizinhas, esclarecendo que houve momentos de confrontos entre os posseiros iniciais e as forças favoráveis ao fazendeiro, nos quais os tiroteios entre eles colocaram em risco todo o projeto. Não há registro de mortes em decorrência destes conflitos.¹⁸⁷

Os posseiros confirmam as perseguições àqueles que eram considerados como lideranças nesta ocupação, tendo de tomar medidas de segurança, isto é, optar pela prática do trabalho coletivo, vigiado por outros posseiros para dificultar a ação de pistoleiros.

Além dos problemas que envolviam a disputa pela terra, verifica-se na maioria dos depoimentos que a falta de estradas era um dos problemas enfrentados pelos moradores do Expedito Ribeiro e de outros assentamentos à margem esquerda do rio Maria. A única via de acesso era através de estradas madeireiras que ligavam Rio Maria à região dos Sete Barracos.¹⁸⁸ O percurso destas estradas ao assentamento varia do lugar da posse. Tinha posseiros, que andavam aproximadamente 37 km pela estrada precária, feita por madeireiros, até chegarem à cidade.

Dona Sebastina C. de Melo relata um pouco das dificuldades que vivenciou no trabalho na terra e na luta para permanecer nesta:

Eu morava em Goiás na terra de meu sogro, eu casei lá e morava lá. Daí depois o meu sogro vendeu a terra e aí nós ficou sem lugar de morar. Aí nós mudou aqui pro Pará. Quando chegamos aqui nós morou quatro meis de aluguel e lá meu marido conseguiu uma terrinha grilada e aí nós barganhamos nessa terrinha aqui. Depois que eu to nessa terra eu e ele separamos. Nossos filhos já casaram tudo e aí eu tô criando duas netas e um neto. A vida tem muitas dificuldades mais a gente tem que encarar elas né? [] É eu que cuido da lida da casa, ajudo a cuidar do gado, mais é difícil porque os meus netos estuda e fica longe e aí é eu que fico nessa labuta.

Quando nós chegou aqui ainda era tudo mato, isso faz uns dezoito anos. Tinha só aquele corredor pra gente ir pra cidade, a gente ia de pé e onde dava ia de bicicleta. Daí a dispois chegou um carro aí puxando madeira e era o carro que a gente andava era nesse caminhão. [...] Mesmo antes de entrar o caminhão a gente levava nossas coisas para vender para tirar dinheiro pra outras necessidades, a gente vendia galinha, ovos e se a necessidade fosse muita vendia arroz e milho na palha. Daí a dispois a vida foi melhorando, quando dá fé entrou um caminhão pra puxar o povo e hoje a estrada é mais ou menos já tem um ônibus todo dia e isso facilitou mais a vida do povo daqui.¹⁸⁹

¹⁸⁷ O único caso de morte que se tem conhecimento, e pouco se fala, trata-se da morte do pistoleiro conhecido como Fogoió que tentou matar o posseiro de nome Divino Pereira da Silva. Fogoió caiu numa emboscada preparada por posseiro da região dos Sete Barracos.

¹⁸⁸ Região dos Sete Barracos – Área ocupada por colonos e posseiros que pertencia ao antigo território de Conceição do Araguaia e atualmente pertence à Floresta do Araguaia, à aproximadamente 15 Km do Assentamento.

¹⁸⁹ Sebastiana Custódio de Melo, goiana, 61 anos, chegou no PA Expedito Ribeiro em 1989. É chefe de família e além do gado complementa a renda familiar com a aposentadoria. Entrevista gravada em 10 de julho de 2006.

O depoimento acima alude à dura realidade de mulheres camponesas que precisavam assumir a responsabilidade pela família. A entrevista é rica nas suas informações, pois demonstra um pouco das dificuldades relatadas por outros agricultores. A falta de estrada e condições de transporte eram um dos problemas que enfrentaram no início do assentamento.

O percurso entre a “estrada madeireira” e o rio Maria era feito a pé ou de bicicleta pelas estradas rústicas abertas pelos posseiros. A travessia do rio Maria se fazia de canoa e em tempos de seca, a pé. Esta travessia, segundo dona Sebastiana Melo, era bastante trabalhosa, pois além de atravessar de canoa, a margem do rio ficava alagada, tendo que andar por dentro da água ou da lama. Dessa forma, a luta pela estrada foi determinada pela necessidade de acesso à terra e para escoar os poucos excedentes da produção familiar.

Para as mulheres, o ritmo de vida era muito difícil e intenso, pois além de desenvolverem atividades domésticas, iam até a cidade vender os produtos excedentes da produção familiar. Ao homem, cabia a tarefa de fazer a roça, as plantações e às mulheres, ajudá-los nos momentos da colheita e também no cuidado com os pequenos animais.

A estrada construída por posseiros e melhorada pela Prefeitura no início da década de 1990, representou um marco importante na história dos posseiros que viviam ou vivem à margem esquerda do rio Maria.

A luta dos posseiros, da ocupação até a legalização feita pelo INCRA, durou 15 anos. Ainda em 1985, as terras de Renato Repeto foram ocupadas por posseiros e anexadas a esta área de posses mais antigas. Na organização do Projeto de Assentamento, os técnicos do INCRA não só delimitaram estas terras, como também anexaram outras posses, considerando-as todas como um único Projeto de Assentamento. Veja-se o depoimento do senhor José Gonçalves Lima:

Chegamos aqui neste lugar em 1980, essa terra no papel o Doutor Alberto dizia que era dele, mas só que não sabe de quem era não porque ele comprou do Santo, mas aqui era enrolado. Ele queria tomar também mais num tomou. O fazendeiro que dizia ser dono era Luiz Alberto filho de português [...]. Naquele tempo que nós chegamos aqui era um tempo dos mais custoso, num tinha estrada pra cá. Nós tinha que vim de Rio Maria por picada. A gente vinha a de pé e gastava um dia de viagem de lá pra cá, saia de madrugada e chegava seis da tarde. Andava numa estradinha madeireira e depois num picadão de quinze quilômetros até chegar do Zé Baiano pra cá. Aqui quando era no inverno era esse largão do rio a gente andava de canoa direto. No tempo seco às vezes a gente atravessava a nado, mas com o rio cheio só de canoa. Passemos tanta dificuldade aqui que num gosto nem de lembrar, ainda bem que aqui era um lugar sadio, toda vida é, né? E a gente num passava fome porque plantava o arroz, o feijão, a fava, a mandioca, plantava o milho, criava galinha e porco pra ter carne e gordura e aí a gente levava a vida né? Hoje as coisa já

ta mais melhor, já tem estrada, ônibus todo dia e o povo de hoje num precisa enfrentar as dificuldades que nois passemos não.¹⁹⁰

O depoimento do senhor “Zé Pernambuco”, mesmo abordando as dificuldades de estradas, traz importantes informações sobre a vida cotidiana das famílias, que como ele, haviam deixado o lugar de origem para enfrentar os desafios encontrados na luta pela terra, o que também significava a luta pela sobrevivência.

O relato do senhor “Zé Pernambuco” informou que os posseiros contavam com a natureza, com suas terras propícias para a agricultura, com o rio de águas abundantes que propiciava também alimento. A natureza foi benevolente quando fez daquele lugar, um lugar sadio para o migrante e propício para a agricultura, principal fonte econômica dos primeiros habitantes.

No Projeto de Assentamento Vale da Serra, a natureza também é referenciada por seus antigos habitantes. No processo de ocupação, esta foi fundamental para assegurar aos posseiros, as condições de manter-se na terra, tanto pelo fato de propiciar o plantio e colheita de alimentos, quanto na estratégia de defesa.

A história do processo de ocupação da fazenda Vale da Serra foi um pouco diferente, posto que não foi uma ocupação autorizada pelo proprietário documentado da terra, tal como no PA Expedito Ribeiro. Esta ocupação foi marcada por violentos conflitos entre o fazendeiro Vantuir Gonçalves de Paula,¹⁹¹ proprietário documentado, e os posseiros que ocuparam a terra, ocorrendo a morte de 09 pessoas em decorrência dessa disputa.

Segundo depoimentos de antigos posseiros, a área tinha aproximadamente 35 famílias que sofreram perseguições e violência promovida pelo fazendeiro Vantuir, que defendia a propriedade, usando a violência contra os posseiros¹⁹². Estes últimos, respondiam aos ataques usando as armas que tinham, tanto na organização, como na luta armada.¹⁹³

¹⁹⁰ José Gonçalves Lima ou “Zé Pernambuco”, Pernambucano, 60 anos, mora desde 1980 com a mulher e sete filhos na área que atualmente é conhecida como Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro. Entrevista gravada em 16 de junho de 2006.

Segundo irmão do senhor José Pernambuco, Vicente Gonçalves Neto, 60 anos, que também reside com a família neste PA, as terras onde residem foi disputada com Luiz Alberto e Firmino português da fazenda Santa Maria. Informações orais coletadas no dia 16 de junho de 2006.

¹⁹¹ Vantuir Gonçalves de Paula, goiano, chegou à região em 1978, mas sua família já tinha terra em Rio Maria desde 1973.

¹⁹² Não pretendo aqui reforçar a idéia de um posseiro pacífico ao ponto de aceitar as condições impostas pelos fazendeiros. . Nesta área, especificamente, estes combateram em armas pistoleiros famosos como, por exemplo, “Neném Simão”, além de outros.

¹⁹³ Informações orais obtidas com o senhor Pedro José do Vale no mês de dezembro de 2005. Este produtor familiar participou do processo de ocupação da fazenda Vale da Serra, mas se estabeleceu, sem ter consciência, na área da fazenda São Roque.

Vantuir contava com apoio do fazendeiro Simão Moreira, conhecido como “Neném Simão”, pistoleiro famoso que se instalou na região no início da década de 1970. Esta parceria pode ter contribuído para acirrar os conflitos e aumentar a violência. Sobre o processo de ocupação, o senhor Jerônimo José do Vale comenta:

Cheguei no Vale da Serra em 1985. Nois já morava aqui na Região da Tupã, morava em terra dos outros. Aí surgiu essa oportunidade e aí nós viemos pra cá. Eu e o Pedro meu irmão, desse lado de cá do rio nós fomos os primeiros só que aí eu fiquei no Vale da Serra e ele se arrachou logo adiante. Aí algum tempo depois é que descobriu que a terra que ele tava morando não era a Vale da Serra. Aí ele até hoje mora lá na Colônia São Roque que é aqui pertinho, mais lá não é do mesmo dono daqui não. Lá o Neném Simão é que dizia que era o dono e aqui era do Vantuir. Aí também foi ocupada a terra aqui do lado que era do irmão do Vantuir que eu não sei o nome [dele], é a fazenda Flor do Pará [...]. As ocupações foi tudo na mesma época e aí ninguém sabia onde era que tava, de quem era a terra, só tinha as picada do lado de cá, do lado de lá tinha juquirá, tinha pasto. Todo mundo pensava que era tudo da Vale da Serra, porque quem brigava mesmo com todo mundo era o Vantuir e o Neném Simão que todo mundo conhecia como pistoleiro né?. Aqui os posseiros brigaram muito, tinha uma moçada nova que nem ficou depois vendeu a terra e foi embora. Tinha o Ceará, o Joel que foi meu genro, o Chico né?. O Chico também era casado tinha a mulher e três filhos, era novo o rapaz. Êtas cabras bom de briga, enfrentava junto com os outros até a terra ficar mansa e aí depois eles acabaram tendo que vender as posses e ir embora. Alguns ficou manjado né? Aí saíram daqui ficou pra aqui, pra lá até que foram embora de vez. Quando nós chegamos aqui tivemos que brigar pra ter a terra e a estrada.¹⁹⁴

A trajetória do senhor Jerônimo não difere muito da dos outros posseiros que chegaram logo no início da ocupação. Eram, na maioria, migrantes que trabalhavam em terras de antigos posseiros da região Tupã, área ocupada por posseiros desde a década de 1970, ou trabalhadores sem terra migrantes, vindos de Goiás, Minas Gerais e Maranhão.

No depoimento do senhor Jerônimo, aparece claramente a parceria de Vantuir Gonçalves e “Neném Simão”, que se juntaram ainda no início da ocupação para expulsar os posseiros e impedir que estes tivessem a estrada de acesso à cidade. “Neném Simão” alegava ser dono das terras onde a estrada deveria passar.

Não é por acaso que “Neném Simão” entra nesta disputa, pois, a terra que pretendia ser dono também já estava ocupada por posseiros. Conforme o senhor Jerônimo, quando os posseiros ocuparam estas terras, não tinham o conhecimento de quem era legalmente toda a área. Simultaneamente foram ocupadas as fazendas Vale da Serra, Flor do Pará e São Roque, as duas últimas limitam-se com a primeira.

Segundo o depoente Jerônimo, a fazenda Flor do Pará, atual assentamento Estrela do Pará, pertencia ao irmão de Vantuir, Voldofredo de Paula e a fazenda São Roque pertencia

¹⁹⁴ Jerônimo José do Vale, Goiano, 67 anos, posseiro desde à ocupação e que continua no Assentamento. Entrevista realizada em 18 de novembro de 2005.

ao fazendeiro João de Souza, esta última pretendida pelo fazendeiro “Neném Simão” que era proprietário de terras na região.

No depoimento citado, não consta detalhes sobre os conflitos. Porém, dialogando com outros moradores, ficou bastante evidente como os posseiros se articulavam na luta pela posse. Estes, conhecendo a mata, sabiam dos melhores lugares para preparar a defesa ou o ataque. A região da serra foi escolhida pelos posseiros da margem esquerda do rio, como lugar de estratégias de lutas.

Do outro lado da serra, ficavam as ocupações mais antigas, onde os posseiros já estavam mais estabilizados, servindo de suporte aos posseiros da Vale da Serra no momento que estes tivessem que deixar a área.

O depoente também faz referência aos antigos posseiros que tiveram que abandonar ou vender a terra antes mesmo da legalização do assentamento.

A participação direta na luta armada e a falta de segurança podem ter sido a causa principal da venda do lote neste primeiro momento.

No início da ocupação, como estratégia de defesa se trabalhava coletivamente até que, como diz o senhor Jerônimo, a terra ficasse “mansa”¹⁹⁵, o que posteriormente, com o fim dos conflitos, contribuiu para a individualização do trabalho¹⁹⁶.

Segundo dona Marlene do Vale, antiga posseira da área, uma das estratégias de luta dos antigos posseiros era deixar a família em local seguro, fora da ocupação, e só depois que os conflitos cessassem, as mulheres e os filhos deveriam morar no lugar (informação oral).¹⁹⁷ Nesta estratégia, segundo o posseiro Ailon Rodrigues, o “Batata”, que mora na área desde o início da ocupação, em caso de ataque, o posseiro só tinha que se preocupar com a defesa pessoal ou do grupo do qual fazia parte.¹⁹⁸ Ainda segundo ele, a violência não era apenas física, mas também psicológica, visto que ficavam abalados emocionalmente e isso fez com que algumas pessoas fossem embora sem deixar nem endereço, fato apontado como uma das causas de vendas de terras no local na época.

O número de famílias de posseiros antigos que permanecem na terra é pequeno. Das 35 famílias que ocuparam a terra em meados da década de 1980, apenas quatro

¹⁹⁵ A terra ficar mansa significa estar sem conflito. O senhor Jerônimo do Vale ficou viúvo durante o processo de ocupação. Sua esposa Marly de Fátima do Vale se jogou de cima um carro por que ouviu um barulho de estouro de um pneu e, segundo relatou outra testemunha, ela confundiu o barulho com um tiro. Morte ocorrida em 20 de dezembro de 1985.

¹⁹⁶ O trabalho era mais coletivo, funcionando, logo no início, no sistema de mutirão, ou seja, troca de diárias de serviço entre os posseiros. As posses já eram delimitadas, mas, por segurança, trabalhavam juntos.

¹⁹⁷ Dona Marlene do Vale, em entrevista concedida em 18 de novembro de 2005.

¹⁹⁸ Ailon Rodrigues. Em entrevista realizada em 15 de maio de 2006.

permanecem na terra. As demais foram substituídas no decorrer das duas últimas décadas. No INCRA, constatou-se 21 famílias cadastradas, das quais 20 foram pesquisadas.

3.1 – A sociabilidade e cotidianidade dos produtores familiares

Desde o início do processo de ocupação, havia problemas, sonhos e anseios em comum entre os moradores dos assentamentos. Esse fator foi determinante para o estabelecimento de uma convivência relativamente harmoniosa entre os produtores familiares e para a luta coletiva.

A luta coletiva se inicia com a necessidade de terra para trabalhar e abertura de estradas que se apresentava como essencial não só a estes assentamentos, mas aos circunvizinhos, principalmente, os que estão localizados à margem esquerda do rio Maria. Determinante também, foi acrescentar na luta a reivindicação por escolas, pois possibilitaria que toda a família permanecesse na terra. Nesta luta, também estão presente reivindicações por estradas, financiamentos e saúde.

A infra-estrutura para cuidar da saúde nunca existiu e os moradores, até a contemporaneidade, têm que se deslocar para o município de Rio Maria para receberem atendimento médico. Estes trabalhadores recebiam apenas esporádicas visitas de profissionais de saúde em campanhas de vacinação. Durante os processos eleitorais, foram comuns também, visitas médicas de candidatos ou apoiadores, que prestavam serviços “voluntários” ou remunerados, fazendo consultas na residência escolhida para o atendimento.

Ao procurarem atendimento no hospital público municipal, quase sempre se deparam com uma estrutura pouco eficiente para atendê-los com qualidade, reflexo da falta de políticas públicas que priorizem a saúde pública. Diante dessa realidade, os produtores familiares buscam alternativas, como procurar atendimento em hospitais particulares do município de Rio Maria ou de cidades vizinhas como Xinguara e Redenção. Em casos que apresentam um grau de complexidade, procuram atendimento no hospital Regional de Araguaína, localizado no estado do Tocantins.¹⁹⁹

¹⁹⁹ Nos últimos anos a Secretaria Municipal de Saúde Pública mantém o atendimento domiciliar de um agente comunitário de saúde que é quem encaminha, basicamente, os moradores para o atendimento médico na cidade.

Nas reivindicações que envolveram os moradores destes assentamentos, verificase a luta por escolas, partindo de uma necessidade concreta de educar os filhos. Até alcançar este objetivo, alguns produtores familiares tiveram que optar para manter a família na cidade ou retirar o filho da escola.

Problemas dessa natureza causaram mudanças na vida de algumas famílias, pois os jovens que iam estudar na cidade, geralmente perdiam a oportunidade de aprender com os pais a importância do trabalho na terra. A maioria dos jovens que foram morar na cidade para estudar optou por trabalhar, seja no mercado formal ou não, na cidade retornando aos assentamentos apenas para visitar os pais que passaram a desempenhar todos os papéis no desenvolvimento das atividades produtivas.

Ainda na década de 1980, os produtores familiares destas áreas conseguiram garantir uma pequena escola, porém em precárias condições estruturais e de conservação. Eram cobertas de folhas de babaçu, com bancos feitos de tábuas, sem instalação sanitária, onde funcionavam turmas multisseriadas de 1ª a 4ª série do “Primeiro Grau”.²⁰⁰ Na maioria das vezes, os professores não permaneciam por muito tempo, visto as dificuldades de adaptação e a falta das mínimas infra-estruturas para a sobrevivência no local. Não havia recursos didático-pedagógicos, sendo as aulas improvisadas e pouco atrativas, contribuindo para evasão e repetências que desestimulavam os estudantes.²⁰¹

No início destas ocupações, vários moradores deixaram de estudar, predominando, atualmente, entre os adultos com mais de trinta anos, a baixa escolaridade. Dentre as razões para que isto ocorresse, estava a falta de escolas que atendessem aos alunos de ensino fundamental de 5ª a 8ª séries e o trabalho na roça que envolvia homens, mulheres e adolescentes, sobrando pouco tempo para os estudos, conforme citado por Jarbas Cabral:

A questão de estudo, quando eu mudei pra cá eu tava cursando a 8ª série. Aí ficamos em Rio Maria e o pai na fazenda trabalhando, só que a gente estudamos até o meio do ano como a dificuldade era muito grande abandonamos o estudo. Depois de uns três anos eu voltei estudar, naquele projeto gavião, que é tipo assim um modular onde eu conclui o ensino fundamental e conclui o ensino médio. A gente estudava no período de férias, mês de julho e o mês de dezembro [...]²⁰²

²⁰⁰ As turmas multisseriadas incluíam os alunos de 1ª a 4ª série numa mesma turma. Geralmente os alunos de primeira série eram os mais prejudicados passando de 2 a 4 anos para serem alfabetizados o que contribuía para evasão escolar.

²⁰¹ Na Secretaria Municipal de Educação criou um departamento específico para tratar de Educação Rural após constatar o grande número de evasão e repetência, contudo, relata o professor José Nazir Araújo, que chegou a trabalhar neste Departamento as mudanças, no início, não foram significativas pois o Departamento não tinha estrutura suficiente para o tamanho da demanda de recursos humanos e pedagógicos. Informações orais coletadas no decorrer da pesquisa de campo.

²⁰² Jarbas Pereira Cabral. Entrevista realizada em 10 de julho de 2006.

De acordo com o depoimento acima, este produtor familiar encontrou um caminho para continuar estudando e trabalhando na terra. O mesmo não ocorreu com os filhos da produtora Sebastiana de Melo, os quais não concluíram o Ensino Fundamental e as filhas aos quinze anos de idade já estavam casadas.

Fato semelhante ocorreu no PA Vale da Serra, onde os filhos do produtor familiar Jerônimo do Vale não concluíram o Ensino Fundamental, visto a necessidade de trabalhar e a falta de escola nas proximidades. Assim, como as filhas de Dona Sebastiana, as filhas deste produtor familiar, casaram-se antes dos 15 anos de idade.²⁰³

Conforme as produtoras familiares e as professoras Benedita Noronha e Lucidalva Ferreira, a alternativa para quem queria ver os filhos continuarem estudando era ir morar na cidade. Ambas deixaram de lecionar no assentamento para proporcionar aos filhos e filhas a conclusão do Ensino Fundamental e Médio. A última matriculou os dois filhos numa escola agrícola, visando qualificação da mão-de-obra para o desenvolvimento de atividades produtivas na terra, o que, segundo ela, já está rendendo resultados.

Conforme se observou, nem todos os trabalhadores que mudaram para cidade com o objetivo de proporcionar educação formal e oficial aos filhos, perderam o vínculo com a terra. Mas este vínculo passou a ser diferente, mudou a vida cotidiana de trabalho na propriedade, onde esta passou a ter um outro valor simbólico, como lugar de trabalho, mas principalmente de descanso. Isto significa que estes produtores que moram na cidade distribuem o pouco tempo que ficam na terra, entre o trabalho familiar e o descanso.²⁰⁴

O depoimento de Jarbas Cabral demonstra a vontade pessoal de um produtor familiar, que chegou ao PA Expedito Ribeiro logo no início da ocupação e teve dificuldades para estudar até que surgiu a oportunidade de ingressar no Projeto Gavião. Ressalta-se ainda, que havia uma pressão das famílias e do STR sobre a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) para viabilizar uma alternativa que amenizasse os problemas da educação no campo. A inclusão de alunos da zona rural no Projeto Gavião não era algo comum, já que se tratava de um estudo planejado para professores leigos. A estratégia da SEMEC ao incluir estes alunos, era formar mão-de-obra que tivesse vínculo com a terra, com o lugar e com a comunidade.

²⁰³ Fonte: Dados coletados no decorrer da pesquisa de campo

²⁰⁴ No PA Vale da Serra, esta é uma realidade não só de mulheres, mais também de homens que optaram para morar na cidade e deixar, como dizem: “*uma pessoa tomando conta*” da terra e do gado, onde visitam sempre para acompanhar “como vão as coisas”. Fonte: Pesquisa de campo.

Dessa forma, verificou-se a presença destes novos profissionais da educação nos dois assentamentos. Continuando o depoimento do produtor Jarbas Cabral, verifica-se claramente como funcionou a estratégia:

A partir daí, a partir do momento em que eu tive o magistério houve a necessidade da gente ter uma escola aqui no assentamento e como a gente não tinha professor aí eu fui convidado a dar aula pros alunos daqui pela Secretaria de Educação na época. E como eu já trabalhava na roça ajudando o pai e eu também tinha um pedaço de terra aí, aí eu conciliava o serviço da escola com o serviço da roça, trabalhava de cedo até meio dia, das 7 às 11 na escola, aí almoçava e após o almoço eu ia pra roça trabalhar. Então no início teve essa combinação, aí passei uns quatro ou cinco anos trabalhando na escola e depois houve a oportunidade de ingressar na universidade onde passei quase seis anos estudando, encerrei os estudos na universidade, no sistema intervalar. Sempre morando aqui saindo só pra estudar e retornava aqui pro assentamento.²⁰⁵

As escolas que se estabeleceram na década de 1990 ganharam um novo formato e novos profissionais da educação. Antes, essas escolas eram muito precárias. Depois, passaram a ser construídas de madeira, com telhas de amianto,²⁰⁶ uma só sala, com água de poço, sem energia elétrica, e um banheiro com instalações precárias e as salas de aula continuavam com turmas multiseriadas.

As lutas por melhorias nas escolas rurais continuavam na pauta do STR e também do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Pará (SINTEPP), Sub-sede de Rio Maria. Um ponto positivo das lutas dos produtores familiares e de seus parceiros da área sindical, é que todos os professores da zona rural são qualificados, todos têm o magistério e alguns conseguiram concluir a licenciatura.

No PA Expedito Ribeiro, a SEMEC chegou a construir duas escolas em alvenaria, com cobertura de telhas de barro e banheiro. Em uma, havia água de poço e na outra, fonte natural da serra. Na primeira, construída na propriedade do senhor “Zé Baiano”, funcionava turmas multisseriada de 1ª a 4ª série, foi desativada no final da década de 1990. A segunda, Escola JK, renomeada como Edimilson Ferraz,²⁰⁷ foi construída pela prefeitura na terra dos professores Jarbas Cabral e Eunice Campos Cabral, chegou a funcionar turmas de 5ª e 6ª série, sendo desativadas em 2003. Todas estas escolas desativadas encontram-se abandonadas e os alunos e professores foram transferidos para a comunidade de Vila Betel.²⁰⁸

²⁰⁵ Jarbas Pereira Cabral. Entrevista realizada em 10 de julho de 2006.

²⁰⁶ A telha de amianto se por um lado diminuiu as goteiras na época das chuvas, por outro proporcionava um calor insuportável, diz os professores que trabalhavam nestas escolas.

²⁰⁷ Edmilson Ferraz era professor da Rede Municipal de Ensino que morreu em um acidente de motocicleta.

²⁰⁸ Fonte: Dados coletados no decorrer da pesquisa de campo.

A maioria das escolas dos assentamentos localizados no Baixo Rio Maria foi desativada para a implementação de uma política de nucleamento que segundo a Secretaria Municipal de Educação, tinha como objetivo a contenção de gasto e implantar outras turmas que não fossem multiseriadas.

Na escola Bom Sossego, na Vila Betel, estudam os alunos de sete assentamentos, incluindo-se nestes os alunos dos PA Vale da Serra e Expedito Ribeiro. O acesso dos alunos à escola faz-se através de caminhonetes adaptadas para este fim: tem bancos de madeira e cobertura de lonas, e também, através de ônibus, pagos com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), administrados pela SEMEC.

Há alunos que andam até 8 km para chegar ao local onde passam os transportes escolares. Os professores, que continuam morando nos assentamentos, andam aproximadamente de 10 a 40 km de motocicleta para chegar à Escola Bom Sossego. Segundo os produtores familiares dos dois assentamentos, estes não foram ouvidos na época de implantar o sistema de nucleamento²⁰⁹ das escolas, ficando condicionados a aceitar a situação para que os filhos não fossem ainda mais prejudicados.

A Escola Bom Sossego foi adaptada para atender a demanda de alunos dos 07 projetos de Assentamentos. Foi realizada uma ampliação, contando com 07 salas de aulas e um galpão que também funciona como sala de aula; tem uma cozinha, um banheiro, uma secretaria e não tem espaço para lazer e nem para aulas práticas de educação física.

De acordo com a avaliação de professores que trabalham nesta escola, o nucleamento teve como ponto positivo a possibilidade de distribuir as turmas, que antes eram multisseriadas, além de possibilitar que o profissional da educação seja “lotado” de acordo com a qualificação profissional, o que possibilitou uso de várias metodologias, haja vista que na Vila Betel tem energia elétrica.

A Escola Bom Sossego passou a ter um tratamento diferenciado das outras escolas rurais, recebendo desde 2005 o apoio técnico-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. Nesta escola funciona um Conselho Escolar que procedeu a primeira eleição para diretor na zona rural, sendo eleito o professor Jarbas Cabral como diretor, empossado no cargo pela Secretaria Municipal de Educação.

²⁰⁹ O nucleamento de escolas, significa o fechamento de escolas menores para formar um único núcleo onde juntam-se todos os alunos das pequenas escolas.

Os produtores rurais que são professores,²¹⁰ estabelecem um relacionamento com a comunidade em que vivem. Tanto no PA Vale da Serra, quanto no PA Expedito Ribeiro estes participaram ativamente da formação da Associação de Produtores Rurais do Assentamento, fazendo parte das primeiras direções destas.²¹¹ Além de terem contribuído na organização de alguns eventos festivos que possibilitava uma melhor socialização das pessoas do lugar.

De acordo com o ex-sindicalista Erasmo Pereira Guimarães, até a década de 1980, os moradores destes assentamentos costumavam participar das festividades de São João Batista na comunidade de Sete Barracos, onde este era dirigente de Comunidade Eclesiais de Base (CEB). Estas festividades incluíam a parte religiosa com rezas e também a social, com diversões que duravam o período determinado para a novena que, geralmente, encerrava no dia 24 de junho.

Os festejos da comunidade de São João Batista deixaram de ocorrer na região dos Sete Barracos. Sendo que este foi recriado sem o significado simbólico religioso de antes, nas festas juninas organizadas pelos professores e alunos da região, tendo como centro de atrações para as comemorações na própria escola.

Nos Projetos de Assentamento pesquisados, não existe nem um templo religioso. As rezas, as missas e os cultos são realizados nas casas dos moradores de acordo com a opção religiosa²¹². O dia das mães ou um aniversário surge como um momento especial de comemorações que pode incluir uma parte religiosa e/ou profana. De acordo com os moradores, este tipo de comemorações pode incluir almoço coletivo, churrascos regados a bebidas e até festas dançantes.²¹³

Com relação à organização social voltada aos interesses coletivos dos produtores familiares, estes estabeleceram um vínculo associativo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento. Dos 45 produtores familiares pesquisados, 41 estão filiados no STR e na Associação. Estes se reúnem principalmente para discutir os financiamentos do INCRA destinados à infra-estrutura e à produção familiar.

²¹⁰ No caso específico da Escola Bom Sossego, 07 professores são também produtores rurais.

²¹¹ É o caso, por exemplo, das professoras Lucidalva Ferreira e Benedita Noronha do PA Vele da Serra e Jarbas Cabral do PA Expedito Ribeiro. Atualmente dirige a Associação do PA Vale da Serra o professor e produtor familiar José Nazir Araújo Silva. Fonte: Livro de Ata das Associações de Produtores Rurais do Assentamento.

²¹² Notou-se, na pesquisa de campo, uma predominância (cerca e 80%) de católicos entre os produtores familiares pesquisados.

²¹³ Este tipo de festas não é comum a todas as famílias, mas sempre que ocorre juntam-se grande maioria dos moradores. Há presença deste tipo de comemorações nos dois assentamentos pesquisados. Fonte: pesquisa de campo.

As principais reivindicações dos produtores rurais estão ligadas aos financiamentos voltados à produção. Os que tiveram acesso receberam recursos destinados à pecuária familiar. Estes além de lutar pelas estradas, lutam por crédito moradia e também reivindicavam eletrificação.

3.2 - Financiamentos públicos e realidade social

Na primeira década das ocupações que originaram os assentamentos estudados, a luta dos produtores familiares no INCRA girava principalmente em torno desapropriações de terras e a abertura de estradas para o escoamento da produção. Após a desapropriação, além de estradas, passaram a reivindicar a eletrificação rural, saúde, educação e crédito para habitação.

As estradas que existiam foram construídas por madeireiros e pelos posseiros, em raras exceções, melhoradas pela prefeitura. Segundo relatos de antigos moradores, além das péssimas condições das estradas, as pontes eram um verdadeiro caos, pois eram construídas pelos madeireiros ou por estes, predominando as construídas com toras de madeira, abertas ao meio, chamadas de pranchas. Passar nestas pontes de bicicleta ou de carro era um verdadeiro desafio, pois exigia muito equilíbrio para não cair nos rios Maria e Raizal e, a partir de 1990 com a abertura da estrada, o rio Água Roxa.

Até o final da década de 1980, o acesso à maioria das posses no PA Vale da Serra e Expedito Ribeiro dava-se através da estrada que liga Rio Maria à comunidade de Sete Barracos, na época município de Conceição do Araguaia. Para chegar às posses, atravessava-se de canoa o rio Maria, até serem construídas as primeiras pontes que posteriormente foram abandonadas após a construção da estrada que dá acesso direto aos assentamentos.

Para chegar ao PA Expedito Ribeiro, os moradores também tinham que atravessar o rio Raizal onde havia uma ponte sem a menor infra-estrutura. A abertura de estrada feita pelos próprios moradores mudou este percurso, sendo que a maioria dos que moravam à margem esquerda do rio Maria, passou a ter acesso à terra, tendo que atravessar o Rio Maria na PA 150 (em Rio Maria) e o rio Água Roxa a aproximadamente 12 Km da cidade.

A ponte sobre o Rio Água Roxa foi construída, primeiramente, em situações precárias como as já descritas. Em época de chuvas, piorava ainda mais a situação, os

passageiros do caminhão que fazia “a linha” de acesso aos Assentamentos tinham que descer na ponte e indicar ao motorista a melhor direção para atravessá-la.²¹⁴

As mudanças significativas nestes assentamentos iniciaram com as desapropriações de outras terras na região do Baixo Rio Maria a partir de 1997. Após as desapropriações, o INCRA iniciou investimentos em infra-estrutura. Como por exemplo, a estrada que dá acesso aos assentamentos localizados à margem esquerda do rio Maria. A luz elétrica também chegou a esses assentamentos, porém não houve um investimento específico do INCRA para a eletrificação nesses assentamentos. Dessa forma, apesar da linha de transmissão cortar os PA pesquisados, só tem realmente acesso a energia elétrica os moradores que possuem recursos para instalar uma rede de transmissão da linha até os seus respectivos lotes, fato que, para a maioria dos produtores familiares, requer elevados gastos financeiros com material (postes, fios elétricos, etc.) e mão-de-obra humana.²¹⁵

A eletrificação que beneficiou parte dos moradores, foi fruto de uma luta coletiva que envolveu os produtores familiares dos Projetos de Assentamento da região do Baixo Rio Maria, principalmente àqueles que estão próximos à Vila Betel. Neste sentido, diz o depoente Elcio Mendes Moreira:

A energia elétrica era uma luta antiga nossa, aí conseguimos o financiamento do INCRA, mas o convênio foi feito com a Prefeitura que queria colocar energia monofásica que não atendia a necessidade do povo daqui da região. Aí o Sindicato e as Associações tomou a frente e junto com os trabalhadores dos assentamentos que ia ser beneficiado e impediu a obra. A briga com a prefeitura, na época do Agemiro foi grande, ele não tinha interesse de trazer pro Assentamento uma energia de qualidade, dizia que o dinheiro não dava [cic]. Depois de muita luta o INCRA resolveu aumentar o dinheiro e mandar colocar a energia trifásica que era a que a gente queria porque atendia todo mundo. Aí veio outra briga com a Rede Celpa que não queria ligar a energia e aí os trabalhadores ligou chave por conta própria. O pessoal da Rede Celpa cortou os fios e com o impacto derrubou uns postes aí é que a briga ficou boa. O povo daqui lotou os ônibus e foram pra cidade e aí quebrou o escritório da Celpa e só saiu de lá quando a energia foi arrumada. Este povo que participou dessa manifestação, a Celpa disse que ia processar eu não sei no que vai dar isso, mas a energia tá aí e os moradores tão satisfeitos²¹⁶.

A luta pela energia mobilizou os moradores de toda a região que seriam beneficiados se a energia tivesse qualidade.

²¹⁴ A pesquisa de campo demonstra um abandono quase que total do poder público a estes assentamentos até o final da década de 1990.

²¹⁵ A utilização de energia elétrica nos dois assentamentos é restrita às famílias que conseguiram com a Rede Celpa para instalar a sua energia particular. O atendimento através do Programa Luz Para Todos do Governo Federal faz parte das reivindicações dos produtores familiares dos dois assentamentos.

²¹⁶ Elcio Mendes Moreira, goiano, 43 anos, produtor familiar e ex-sindicalista. Entrevistado em 8 de outubro de 2005.

Os produtores familiares dos Projetos de Assentamento pesquisados foram beneficiados com a energia que corta estes assentamentos em toda a sua extensão, à margem esquerda do Rio Maria.

Durante a pesquisa de campo, participou-se de reunião da Associação do PA Vale da Serra, onde a pauta principal era necessidade do atendimento, por parte do INCRA, do crédito habitação e eletrificação rural. Nestes assentamentos, nem todas as famílias assentadas receberam crédito habitação e só tem acesso à energia elétrica aqueles que podiam montar a estrutura da rede particular e convencer a Rede Celpa de fazer a ligação. Nos assentamentos pesquisados, há grandes expectativas de que todos sejam beneficiados através do “Programa Luz Para Todos”, anunciado pelo governo federal e que já beneficia produtores da região.

Os investimentos destinados especificamente aos Projetos de Assentamento Vale da Serra e Expedito Ribeiro feitos pelo INCRA, iniciaram após suas respectivas desapropriações isto é, em 1999/2000.²¹⁷ Estes investimentos foram liberados a partir dos PDA’s elaborados pelo técnico da EMATER de Rio Maria e aprovados pelo BASA, que os financiou. Posteriormente, o INCRA deu prioridade à prestadora COOPIVAG,²¹⁸ que passou a assessorar 71 dos 85 projetos existentes no município, incluindo os dois pesquisados.²¹⁹

Orientados pela EMATER, parte dos produtores rurais do PA Expedito Ribeiro tiveram acesso primeiramente ao PROCERA para compra de gado, pois estes se organizaram e se inseriram na Associação de Pequenos Produtores Rurais São João Batista, na comunidade de Sete Barracos, cujo presidente à época era Erasmo Guimarães, dirigente sindical.²²⁰

O crédito habitação contribuiu para melhorar a moradia de algumas famílias assentadas. Contudo, este não atingiu a todas. Dos 45 produtores(as) pesquisados(as), 26 receberam crédito habitação, sendo 12 no PA Vale da Serra e 14 no PA Expedito Ribeiro.

Nota-se que dos 45 produtores, 27 não tiveram acesso a este crédito habitação. E, destes últimos, 08 afirmam que foram contemplados, cujo recurso foi depositado na conta da empresa “Só Cimento”, localizada no município de Xinguara e que vendia material de construção. Segundo os produtores, esta declarou falência após receber o dinheiro. Esta situação não foi unicamente no PA Vale da Serra, pois segundo informações obtidas no STR e FETAGRI, prática semelhante ocorreu em outros assentamentos. O fato foi denunciado pelos

²¹⁷ Fonte: Dados do INCRA/ Unidade Avançada de Conceição do Araguaia (UACA), SR (27).

²¹⁸ A COOPIVAG acompanha 71 projetos de produtores familiares no município de Rio Maria e a EMATER acompanha 14. Os produtores familiares dos PAs estudados são acompanhados pela COOPIVAG.

²¹⁹ Dados do INCRA, demonstrou que a COOPIVAG predomina no acompanhamento dos Projetos de toda a região. Dos 2.651 Projetos da demanda de 2006, 1.310 são de responsabilidade desta cooperativa, 649 são acompanhados pela PROCAMPO, 345 pela EMATER e o restante se divide entre as cooperativa CCOPATORÔ, AGROPARÁ E ENEAGRO. Fonte: INCRA/UACA/SR 27.

²²⁰ Fonte: Dados coletados no decorrer da pesquisa de campo.

produtores ao INCRA que não tomou providencia no sentido de garantir o direito destes. Até o final desta pesquisa, os produtores não haviam sido ressarcidos.

No PA Vale da Serra, 14 produtores familiares construíram suas residências com recursos liberados pelo crédito habitação. As casas construídas neste assentamento obedecem aos critérios do INCRA: são construídas de tijolos e telhas, têm cinco cômodos, incluindo um banheiro e são bem arejadas, conforme podemos verificar na fotografia a seguir:

Fotografia 3 - Casa de produtor familiar construída com o crédito habitação



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora. Fotografia: Terezinha Cavalcante Feitosa – Abril/2002.

É possível verificar na fotografia a qualidade das moradias financiadas aos produtores familiares em Projeto de Assentamento. As casas construídas no PA Vale da Serra obedecem a este padrão de qualidade. São de tijolos, sem reboco, telhas de barro, janelas e portas venezianas, têm banheiro interno que se percebe na parte superior, próxima à janela à direita.

Do lado direito da fotografia, percebe-se uma pequena área externa que se constitui como extensão da casa, que foi construída com recursos do próprio produtor familiar. Os recursos destinados ao crédito habitação condiciona à construção de casas ao modelo padrão definido pelo INCRA. Qualquer modificação no modelo padrão, na perspectiva de adequar a um modelo considerado melhor, para o produtor, deve ser pago com recursos do próprio produtor.

Predomina nos assentamentos, as construções próximas à antiga residência e ao quintal onde ficam as plantações de frutas permanentes. Nesta imagem vê-se as mangueiras do quintal. Cenário bastante comum nos lotes de produtores familiares que já receberam financiamentos.

No Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro, as casas construídas no modelo anterior, ou melhores que este, pertencem as famílias que tinham recursos próprios para complementar o crédito habitação liberado pelo INCRA, que era de R\$ 2.500 (Dois mil e Quinhentos Reais). A maioria das casas financiadas pelo INCRA no PA Expedito Ribeiro são construídas no modelo da fotografia que se segue:

Fotografia 4 - casa de produtor familiar construída com o crédito habitação



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora. Fotografia: Luzia Canuto Pereira -Maio/2006

As casas construídas neste PA, obedecem ao padrão acima com alicerce de tijolos, paredes construídas com tábuas e a cobertura de telhas de barro. O padrão de qualidade destas é inferior à casa mostrada na fotografia número 3, modelo padrão do INCRA. Contudo, são bem divididas, geralmente tem dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro construído no espaço externo da casa.

Assim como no modelo anterior, estas casas são construídas próximo ao quintal onde ficam as antigas plantações de fruteiras. Nesta imagem vê-se também que a casa foi

construída ligada à antiga residência. Neste modelo, a antiga casa passa a ser usada como cozinha onde, geralmente, mantém um fogão à lenha.

Ao visualizar a imagem verifica-se o modelo da casa anterior construída de madeira, com cobertura de palha. Do lado de fora, do animal de estimação, percebe-se bancos feitos de tábuas, comuns em boa parte das residências.

As famílias dos assentamentos pesquisados que não obtiveram recursos do Crédito Habitação, ou construíram suas casa nos padrões apresentados na fotografia 3 e 4 com recursos financeiros próprios ou com recursos propiciados pela natureza como madeira, cipós, palhas de babaçu, barro etc. disponíveis nas proximidades.

A imagem a seguir demonstra a residência de um Produtor Familiar que não teve acesso ao financiamento habitacional e não possuía condições financeiras para construir sua residência nos modelos mencionados, o que demonstra que criam alternativas para viver, permanecer e (re)produzir nas áreas de assentamentos.

Fotografia 5 - Casa de antigo posseiro construída com os “recursos” da natureza



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora. Fotografia: Luzia Canuto Pereira – Maio/2006

O modelo da casa da fotografia acima, segue alguns critérios típicos de moradias camponesas na região: uma sala, uma cozinha e dois quartos. Estas casas são precárias, feitas de pau-a-pique e cobertura de folhas de babaçu. A troca de cobertura das casas, na maioria

das vezes, ocorre antes do inverno visto que se a cobertura for antiga, com a intensidade da chuva as goteiras surgem ou aumentam.

Os modelos de casas existentes nos assentamentos variam, tanto no PA Vale da Serra quanto no Pa Expedito Ribeiro, embora predomine os modelos citados primeiramente. Contudo, ainda existem casas cujas instalações são precárias.

3.3 – A apropriação e uso do solo para a produção

Até os momentos das desapropriações, predominavam nas ocupações a agricultura familiar, com destaque para a produção de arroz, do milho, do feijão, da mandioca e da banana. Além da agricultura criavam-se pequenos animais como porcos, galinhas e, em poucas propriedades, se criava gado para o consumo familiar.

Essas atividades produtivas eram prioritárias devido a necessidade da família e ao tamanho da terra, que condicionava o uso racional para a sobrevivência, vendendo na cidade os poucos excedentes que sobravam do consumo familiar. Dessa forma, o uso da terra dava-se num sistema de ciclagem, primeiramente a produção de plantações temporárias, posteriormente usava-se a mesma terra para o plantio de plantações permanentes ou deixava-a para um pousio curto que durava em média dois anos.²²¹ Sobre a apropriação e uso da terra, o depoente Jarbas Cabral comenta:

No início não só nós aqui como todos os outros colonos a gente plantava agricultura de subsistência, a roça feita de forma coivara. A gente plantava arroz, milho, feijão, batata, banana. A gente plantava tudo que pudesse servir pra alimentação. No início até os dez primeiros anos aqui toda a economia do assentamento era voltada exclusivamente para a agricultura. Ninguém tinha gado, todos que vieram pra cá eram fracos de condições, não tinham incentivos do governo federal pra nada. Então todos os assentados que morava neste projeto de assentamento nos primeiros dez anos toda a economia era voltada pra agricultura de subsistência, vendia só os excedentes.²²²

Entre os produtores agrícolas familiares, não havia regras pré-estabelecidas para o sistema de produção como regra para todos. Cada produtor aplicava ao trabalho agrícola as

²²¹ Este tipo de pousio já foi abordado por BOSERUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1987, p. 14.

²²² Jarbas Cabral Pereira. Entrevista realizada em 10 de julho de 2006.

regras que conheciam na região de origem, predominando o uso do sistema de agricultura de coivara, que consiste em roçar a mata, derrubá-la e fazer a queimada, juntando os galhos que sobravam no meio da roça para depois fazer o plantio.

A regra não escrita, obedecida por todos, era relacionada à preservação das matas quando do uso do fogo, juntavam-se os vizinhos para fazer o aceiro²²³ e proceder coletivamente a queimada. Ninguém deveria queimar a roça sem avisar aos vizinhos, principalmente para evitar que o fogo pudesse destruir roças, casas e as matas às margens do rio ou da serra. Estas regras - ou leis não escritas – era comum entre os camponeses agrícolas dá-se pelo direito costumeiro, moldados pela cultura, pela tradição. Aceiro

As questões de apropriação do solo em diferentes regimes de propriedade já foi objeto de estudos de historiadores sociais, como exemplo, cita-se Bloch (2001) com seus estudos sobre a agricultura e a vida rural na França nos séculos XVII e XVIII. Foram identificados por este autor processos de ocupação diferenciados da terra, ou seja, campos abertos e campos cercados. No primeiro, a obrigação da rotatividade de culturas e pousio era uma imposição culturalmente respeitada pela sujeição às leis da natureza e ao direito costumeiro pautado na tradição dos camponeses que viviam em pequenas parcelas de terras.

Segundo Bloch (2001), antes das transformações que revolucionaram a economia moderna, a produção camponesa era fundada na cultura de grãos, cereais, sendo a principal preocupação destes a alimentação e, por isso, além da produção de grãos, criavam animais. Neste período, a criação de gado era tida como “*indispensável e difícil*”, pois, além de alimento, o gado oferecia o esterco para as plantações, mas multiplicá-los acarretaria problemas com a diminuição de áreas de plantio.

Tomando como base o texto de Bloch (2001), percebe-se que em pequenas extensões de terras a implantação da pecuária era *necessária* pela sua utilidade, mas já demonstrava problemas desde o século XVIII, pois ao aumentar a quantidade de animais ocorreria naturalmente a diminuição das áreas de plantio, comprometendo os cultivos necessários da produção agrícola.

Nos assentamentos pesquisados, predominou a produção agrícola até o final da década de 1990, quando as ocupações de fato foram transformadas em Projetos de Assentamento pelo INCRA. Este órgão abriu estradas e propiciou o financiamento à produção

²²³ Aceiro: limpeza das proximidades de cerca de arame ou matas para impedir as queimadas se alastrem para áreas indesejadas.

familiar, com a introdução do rebanho bovino considerado pelos técnicos, como gado de *procedência leiteira*.²²⁴

A abertura de estradas interligando os assentamentos e a cidade foi bastante significativa para os produtores familiares que não tinham possibilidade de escoar a produção agrícola predominante nestas terras até estes terem acesso aos financiamentos do INCRA.

A relação do produtor familiar com a terra mudava no momento em que era aprovado o projeto individual de financiamento, pois estes eram condicionados a prepararem a terra para receberem o gado, que chegaria posteriormente. Logo nos primeiros financiamentos, a transformação das matas e capoeiras em pastagens, ocorreu de forma compulsiva, diante da necessidade de preparar lugar o quanto antes para estarem aptos para receber o gado obtido através do financiamento destinado à produção familiar.

Os Projetos aprovados pelo BASA ou Banco do Brasil para a produção familiar eram destinados à pecuária, sendo liberado, primeiramente, a parcela para a construção de cercas e represas.²²⁵ Na segunda parcela eram liberados os recursos destinados a compra de um animal, uma carroça e, por último os destinados à compra de 10 vacas e um boi.

De 45 produtores familiares pesquisados, 34 receberam financiamento para a criação de gado destinado à *produção de leite*, não sendo financiado outro tipo de produção. Do total acima, 28 não criavam gado antes do financiamento do PRONAF-A e 17 criavam gado para o consumo e também, em caso de uma necessidade vendiam o gado que dispunham. Verificou-se que os projetos financiados são todos para a pecuária, representando um percentual de 75,55% contemplados com o financiamento à produção da pecuária familiar.

Ressalta-se que a idéia de que Rio Maria se transformaria numa *bacia leiteira* fez parte dos discursos tanto dos técnicos que assessoravam os assentamentos quanto de fazendeiros. Pereira (2000) entrevistou membros do Sindicato Rural Patronal que faziam este tipo de avaliação, abordando a instalação de dois grandes laticínios na cidade de Rio Maria, o Laticínio Michele, de um proprietário de Xinguara e o laticínio dos “Cariocas” (irmãos Avelinos) grandes produtores de leite no Rio de Janeiro e Minas Gerais.

²²⁴ Segundo os técnicos da EMATER e COOPIVAG o gado de procedência é aquele que é fruto de cruzamento entre duas raças, sendo uma delas raça de leite. Têm predominado o cruzamento entre o gado gir, holandez, Tabapuã e Nelori.

²²⁵ Em média são dois mil metros de cerca, sendo opcional para o produtor diminuí-la se pretender fazer outro pequeno investimento como, por exemplo, a compra de pulverizador ou semente, ou ainda plantio de uma ou duas hectares de mandioca, abacaxi ou outro produto agrícola.

A idéia de uma *bacia leiteira* não passou da expectativa dos fazendeiros que almejavam (in)diretamente serem beneficiados pelos recursos destinados ao pequeno produtor familiar de áreas de assentamentos.

Geralmente o gado comprado era indicado pelo técnico responsável pela assessoria técnica do assentamento em parceria com o presidente de Associação, onde, na maioria das vezes, não davam possibilidades de escolhas para que o produtor optasse de que fazendeiro o gado seria comprado. Assim, muitos produtores acabaram adquirindo gado de baixa qualidade. Outros poucos conseguiram impor suas escolhas, indo de encontro a uma rede de relações de interesses pré-estabelecida.

Esta prática também era comum na compra de produtos, como arames, carroça, pulverizadores etc, pois não havia processo licitatório e, segundo informações orais coletadas no decorrer da pesquisa de campo, a loja era escolhida não pelo preço de seus produtos, e sim pela rede de interesses pré-estabelecida, tal como pode-se verificar no depoimento que segue:

É preciso que cada empresa mostre seu produto, mas defendo que tenha liberdade para comprar com licitação. Já houve época em que o produtor chegava ao Banco do Brasil para receber o financiamento e já recebia as notas fiscais de produtos que a prestadora, presidente de Associação e Banco já havia feito toda a transação de compra ao pagamento. Não tinha oportunidade de escolha depois percebia que houve um superfaturamento nos produtos que havia comprado, comprado entre aspas.²²⁶

A ponderação desta produtora ocorreu durante uma reunião promovida pela “Casa da Roça”, uma das lojas que há anos vende produtos aos Produtores Familiares, produtos estes que são pagos com recursos oriundos dos financiamentos do PRONAF. A funcionária da “Casa da Roça” responsável pela programação disse que o objetivo do evento era dar um “retorno social” aos produtores rurais que são beneficiados pelo PRONAF e clientes da loja.

Feitosa (2002) constatou *má-fé* na aplicação dos recursos destinados à produção familiar apontando a compra de gado de baixa qualidade que, geralmente, fazia parte do gado de “descartes” de fazendeiros.

Acrescente-se a esta leitura a má aplicação de recursos destinados a outros tipos de financiamentos, que, nem sempre o produtor familiar teve a opção de escolha. Dos recursos financiados, o único dinheiro que o produtor familiar tem acesso direto é o da mão-de-obra, seja para a construção de cercas, seja para a construção de casas.

²²⁶ Declaração da senhora Sônia, produtora familiar e ex-dirigente sindical, em reunião com as Associações dos assentamentos Mata Azul, Barra Mansa e Lote 134 próximo à Vila Betel realizada em 08 de outubro de 2006.

Segundo dirigentes da FETAGRI, este controle no tipo de produção, com o predomínio do financiamento para a compra do gado ocorre desde a elaboração do projeto pelo técnico. Os projetos eram condicionados e deveriam estar adequados ao que determinava os bancos credores e o INCRA. Assim, tem predominado a aprovação de projetos que tenham no mínimo 70% do financiamento destinado à produção pecuária. Os produtores familiares, beneficiários que deveriam ser considerados os principais interessados, quase sempre, não têm liberdade de escolha, desde o momento da elaboração do projeto até a execução deste.

Com o financiamento público à produção familiar, o gado que antes era apenas para o consumo das famílias, passou a ser a atividade econômica principal nas áreas de assentamentos posto que esta tenha sido a prioridade do INCRA para a liberação dos financiamentos. Nos assentamentos Vale da Serra e Expedito Ribeiro permanecem poucas experiências no sentido de continuar a produzir alimentos, o gado tem predominado na maioria das propriedades.

A perspectiva do financiamento mudou a lógica do plantio de alimentos, pois o financiamento disponibilizado para a produção familiar nos assentamentos estudado foi destinado apenas à *pecuária leiteira*. Assim, as terras que antes eram aproveitadas pelo menos dois anos após a derrubada para o plantio de alimentos, passaram a ser utilizadas para plantar pastagens ainda no primeiro ano. As famílias deixaram de produzir outros alimentos, pois as áreas antes utilizadas para o plantio, passavam a ser destinadas às atividades pecuárias que em tese, melhoraria a qualidade de vida dos produtores familiares.

Durante os primeiros anos dos financiamentos à produção familiar, predominou a compra do gado de *procedência leiteira* que, de acordo com Jovandre Antonio de Melo “*acreditava-se que seria competitivo e ia melhorar a vida dos produtores familiares*” e, pouco tempo depois, já se percebia os limites “*a prioridade do gado fez diminuir o plantio de alimentos e com a queda do preço do leite e a baixa produção muitos produtores passaram a viver com mais dificuldades*”.²²⁷

A pecuária extensiva na pequena propriedade já demonstrava suas limitações, pois à medida que aumentava a quantidade de gado, naturalmente diminuía as áreas de plantio. Além disso, o rebanho do produtor familiar era, geralmente, de baixa qualidade e produtividade o que limitava as possibilidades de obter a renda esperada. Em pouco tempo, houve também a transformação da paisagem natural, em pastagens plantadas, situação vivida pelos produtores familiares que receberam financiamento ou que esperavam receber.

²²⁷ Jovandre Antonio de Melo, 37 anos, goiano, produtor rural familiar e atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entrevista realizada em 10 de maio de 2006.

A pecuária em pequenas extensões de terras já foi observada por Bloch (2001) em sistema de produção camponesa da França do século XVII e XIII, onde o autor aponta essa atividade produtiva como necessária e difícil, abordando a importância do gado e os limites de reprodução em áreas pequenas.

Embora o gado seja predominante e as limitações sejam muito presentes, observou-se que nem todos os produtores desmatam toda a terra, pois vão criando mecanismos para nela permanecer. Dos produtores pesquisados, 73% procuram manter pequena reserva florestal. A área de reserva é, principalmente, o que legalmente são impedidos de desmatar, ou seja, as margens do rio e as serras.

De acordo com Noemio Custódio de Melo, produtor familiar, a preservação ocorre naturalmente, mas justificou:

Eu deixo um pouco para reserva mesmo, e outra porque a minha parte de terra que tá sem desmatar ela é meio improdutiva, ela é muito alagada. E a gente não sabe o manejo de trabalhar com ela, só se por acaso um dia aparecer maquinário pra gente trabalhar com irrigação assim. Aí já fica preservado pra isso.²²⁸

Os produtores dos assentamentos estudados desmatam a terra para implantar as pastagens, mas a pesquisa demonstrou que há uma preocupação da maioria com relação a desmatar toda a terra. Dos 45 produtores pesquisados, 33 mantêm uma pequena parcela sem desmatar, 34 tem um quintal com plantações permanentes, somando-se às vezes plantações temporárias.

Essa mudança no sentido de financiar a produção familiar ocorre diante de um planejamento do Estado que teoricamente, deveria levar em consideração o conhecimento científico elaborado sobre a realidade da região. Era esperado que diante do debate travado sobre a necessidade de preservação ambiental, que ganhou força a partir da década de 1970, fosse considerada a preservação da natureza.

No caso da região onde foi realizado este estudo, constatou-se que a primeira opção de financiamento à pecuária ocorreu na década de 1970 com a implantação do Pólo Agropecuário pelos governos militares no “Sul do Pará”, onde foi realizado minucioso estudo sobre as condições de sustentabilidade, considerando o clima, a disponibilidade de terras e a possibilidade de distribuir grandes extensões de terras aos Projetos Agropecuários. Na época, o objetivo principal era a implantação da pecuária de corte, visto que a pecuária de leite não oferecia possibilidade de lucro como pode se verificar no texto a seguir:

²²⁸ Noemio Custódio de Melo, produtor familiar, 36 anos, goiano. Entrevista realizada em 15 de junho de 2006.

A pecuária bovina de leite não chega a construir uma atividade econômica autônoma na Amazônia Legal, nem apresenta possibilidades evidentes de desenvolvimento ulterior. Devido a isto, não se contempla apoio financeiro em exploração leiteiras exclusivas. Tendo em vista solicitações de demanda especialmente nos principais centros urbanos da região deverá ser estimulada a consolidação de empreendimentos integrados que se disponham a aproveitar eventuais sobras de leite nas áreas de concentração próximas aos centros urbanos²²⁹

Na última década do século XX, percebe-se uma mudança significativa em relação aos financiamentos públicos à pecuária. Trata-se dos financiamentos feitos pelo BASA e Banco do Brasil através do Fundo Nacional do Norte – FNO aos produtores rurais familiares que vivem nos assentamentos. Foi a primeira vez que os pequenos produtores familiares do Sudeste do Pará tiveram acesso a financiamentos públicos, sendo condicionados à compra de gado para a chamada “*pecuária familiar*”, de “*procedência leiteira*”.

Os termos destacados acima são utilizados principalmente pelos técnicos que elaboraram os Projetos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). *Pecuária familiar* é aquela realizada pela família e *procedência leiteira* é porque o rebanho utilizado não é um gado leiteiro propriamente dito. Este é obtido através do cruzamento entre duas raças onde uma delas deve ser de leite.

O mais comum, é o cruzamento entre gados das raças Gir e Holandês, surgindo a raça cruzada Girolanda. A baixa produtividade (média de 3 litros vaca por dia) e o baixo preço do leite R\$ 0,20 (vinte centavos) tem desestimulado a produção. Nos últimos anos, no cruzamento para “*melhorar*” a raça, tem predominado o gado Nelore, transformando o gado de leite em gado de corte.

Feitosa (2003) afirma que em 2002 nos Projetos de Assentamento não havia um padrão genético definido no rebanho dos produtores de leite. Segundo a autora, em 56% das propriedades pesquisadas predominavam as raças Nelore e Cruzada e, em 16% das propriedades havia apenas gado da raça Nelore.²³⁰ “*Isso revela o grau de simplicidade do produtor a respeito da formação do rebanho leiteiro decorrente do descarte de vacas dos médios e grandes produtores associados à concessão de créditos do FNO onde a má fé está presente.*”²³¹

Porém, quanto ao “*grau de simplicidade do produtor a respeito da formação do rebanho leiteiro*”, questão levantada por esta autora é questionável, pois deve-se considerar as

²²⁹ Fonte: II PND (1975-79), Opcit. p. 65.

²³⁰ FEITOSA, Terezinha Cavalcante. *Análise da sustentabilidade na produção familiar no Sudeste Paraense: o caso dos produtores de leite do município de Rio Maria*/ Terezinha Cavalcante Feitosa – Belém: UFPA – Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. Curso de Pós Graduação em Agricultura Familiares e Desenvolvimento Sustentável. p. 118.

²³¹ *Idem.*

limitações sócio-econômicas e políticas dos produtores familiares, resultados de um acúmulo de experiências adquiridas e vividas ao longo de anos, não transformando suas limitações ao ponto de não perceberem quando estão sendo explorados.

Na realidade, os produtores familiares têm consciência sobre a qualidade do gado que compram com o dinheiro liberado pelo financiamento do FNO. Estes se submetem à situação para ter acesso ao crédito e depois vão criando mecanismos para trocar o rebanho.

Thompson (1987) ao avaliar a situação dos trabalhadores diante da Revolução Industrial já dizia:

Os trabalhadores, em geral, formam um grupo de homens inofensivos, modestos e bem informados, embora eu desconheça a maneira como se informam. São dóceis e afáveis, se não os molestarem muito, mas isso não surpreende quando consideramos que eles são treinados para trabalhar desde os seis anos de idade, das cinco da manhã até as oito ou nove da noite.²³²

Os produtores familiares de Rio Maria são conscientes de que não lucram com os financiamentos. Porém, para ter acesso ao crédito na maioria das vezes aceitam as condições impostas e estas limitações são muito mais políticas e organizativas do que a falta de conhecimento.

Com o discurso de *descentralização*, o Estado condicionou a liberação de recursos à criação de Associações de Pequenos Produtores Rurais por Assentamento, com isto, a luta dos trabalhadores rurais foi, em parte, fragmentada, aumentando o poder de controle político dos fazendeiros e donos de laticínios ou frigoríficos sobre estes. Esta situação ficou evidente durante toda a pesquisa de campo, confirmada também pelo sindicalista Walterlei Oliveira:

A primeira mudança nesta linha, Sindicato, FETAGRI, CONTAG foi as Associações. O liberalismo achou mecanismo de esvaziar o movimento sindical e passou a jogar recursos de infra-estrutura, desvirtuou a idéia de associativismo, criou essas Associações repassando essas estruturas [...] repassando recursos à essas Associações [...] A criação das Associações visou não só o enfraquecimento do movimento sindical acabou com as Delegacias sindicais e não joga mais o papel de conscientizar pela Reforma Agrária que leva em conta os interesses dos trabalhadores. Hoje se reúne nas Associações para discutir PRONAF, Luz para todos, créditos apoio, só reúne muita gente em função da discussão econômica. Deixou a discussão mais política e daí foi surgindo outras organizações como Centrais das Associações e FETRAF [...]. Os trabalhadores dos lugares mais longínquos discute PRONAF igual o gerente de um banco, mas não têm nenhuma consciência da necessidade de uma ampla luta por educação, saúde e condições de permanência na terra.²³³

²³² THOMPSON. E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.25.

²³³ Walterlei Oliveira, 46 anos, paulista, diretor de políticas sociais da FETAGRI/Sul. Entrevistado em Redenção em 06 de outubro de 2006.

Nas reuniões das Associações, as discussões estão voltadas para as questões econômicas, que não deixam de ser importantes para os trabalhadores rurais que, ao longo da história, ficaram de fora das políticas públicas destinadas ao homem do campo.

Observou-se as limitações de ações destes quando buscavam isoladamente garantir mudanças a partir de uma necessidade concreta do assentamento, tendo como representação única a Associação do assentamento. Ao buscar uma alternativa para impedir a fragmentação abordada pelo depoente, os dirigentes sindicais de Rio Maria optaram por fechar as delegacias sindicais nos assentamentos e incorporar no STR os dirigentes de associações dos assentamentos.

Nas últimas eleições do STR esta mudança se consolidou, pois todos os diretores sindicais são dirigentes de uma associação de produtores rurais familiar. Observou também as mudanças nas ações do sindicato como afirma Valterlei, a demanda deste tem priorizado as questões econômicas, desarticulando a luta social e política que marcou a história do STR ao longo dos primeiros 20 anos de sua existência²³⁴.

De acordo com a pesquisa de campo, a maioria dos produtores familiares está filiada na Associação e no STR e acreditam nas possibilidades de melhor se organizarem para fugir das imposições e restrições ocorridas na época do financiamento, onde não tinham direitos de escolha.

De acordo com informações obtidas no STR, os produtores rurais familiares chegaram a criar uma outra organização que englobava pequenos e médios produtores de leite do município. A Cooperativa dos Produtores de Leite visava, principalmente, lutar pelo aumento do preço do leite em que o monopólio dos laticínios chegou a ser preocupação desta. A Cooperativa foi desarticulada por produtores ligados aos fazendeiros, mantendo hoje apenas o registro, não influenciando nas relações políticas.

Nem todos os produtores rurais familiares aceitaram pacificamente as condições impostas para o financiamento, a compra do gado, a venda monopolizada do leite e daí vão surgindo outras alternativas, em alguns casos a troca de rebanho pode sinalizar esta não aceitação das condições impostas pelos laticínios.

No PA Expedito Ribeiro percebeu-se que houve produtores rurais que exigiram escolher e comprar o gado que melhor lhes conviesse. Ressalte-se ainda, que nem sempre o gado comprado era gado de leite conforme determinava o Projeto financiado. Percebe-se

²³⁴ As informações em que se baseia esta afirmação são frutos da análise da documentação de eleição, ofícios e as pautas de reivindicações do STR ao longo da pesquisa.

também que os produtores familiares vão criando outras alternativas para permanecer na terra, como verificamos na declaração abaixo:

O PRONAF trouxe o gado, mas quem ganhou foi os laticínios, os grande, porque eles vende o gado que não tem qualidade, o produtor quer o financiamento e não tem como escolher o gado, o dinheiro que o INCRA passa não dá pra comprar gado leiteiro e aí ele não compra de cabeceira ele compra o gado que sobra, o restolho do fazendeiro, infelizmente. O SEBRAE orienta pra formar o grupo, cooperativa, melhorar o rebanho e resfriar o leite. No caso montar os tanques aqui e vender pra uma grande empresa e sair do monopólio dos laticínios.²³⁵

Conforme informações do depoente, no Baixo Rio Maria, os produtores estão buscando uma alternativa de continuar com a produção do leite buscando outras parcerias e orientações, com relação à melhoria do rebanho, diversificação de cultura, ou ainda, para o aproveitamento de áreas degradadas. Muito do que se trabalha nesta perspectiva de mudança fica apenas na teoria, pois os produtores rurais não têm condições financeiras de fazer grandes investimentos na propriedade, sem que haja um financiamento que cubra tais despesas.

Nos PA Vale da Serra e Expedito Ribeiro, verificou-se a existência de iniciativas no sentido de diversificar a produção familiar, como a criação de abelhas, a pesca e inserção de pequenas lavouras de subsistência. Contudo, a mudança mais significativa na produção foi a substituição do gado leiteiro pelo gado de corte, ou seja, sai do controle dos laticínios e cai no controle dos frigoríficos.

Feitosa (2003), ao discorrer sobre os financiamentos destinados à produção familiar do gado, detectou a baixa qualidade e produtividade da pecuária leiteira apontando como causa principal a qualidade do rebanho e das pastagens. Agrega-se a esta análise a insuficiência dos recursos destinados ao produtor familiar o que pode ter determinado a compra de um gado inferior ao gado de leite de outras regiões do país, ou seja, comprou-se gado de procedência leiteira e não o gado leiteiro propriamente dito.

O fato dos produtores familiares serem condicionados ao financiamento à pecuária já demonstrava que havia uma intencionalidade de quem planejou esta política de financiamento que predomina no Sudeste do Pará.

A pecuária como alternativa de produção familiar, financiada e voltada para o mercado surgiu justamente no momento em que se estabeleceram no município, os grandes empreendimentos agropecuários como laticínios e frigoríficos, que em pouco tempo

²³⁵ Élcio Mendes Moreira, 43 anos, Goiano, ex-diretor sindical e atual tesoureiro da Cooperativa de pequenos produtores familiar dos Projetos de Assentamentos Mata Azul I e II, Recantão e Itaipavas 134 e 126. Entrevista realizada em 8 de outubro de 2005.

proliferaram em toda a região. Sendo esta uma das razões que pode explicar o direcionamento da política de financiamento que culminou com a pecuarização dos Projetos de Assentamento.

Teoricamente, o produtor familiar pode optar por outros tipos de financiamentos previstos pelo Fundo Nacional do Norte e Nordeste, dentro do programa PRONAF e suas variações. Isso que não ocorreu nos Projetos de Assentamento específicos desta pesquisa. Segundo membros da direção da associação de produtores rurais dos assentamentos, não lhes foram sequer oportunizado uma demonstração de outras linhas de créditos das quais poderiam ter acesso. A justificativa para este tipo de intervenção dos técnicos era que para comprar o gado o recurso era maior e o risco econômico menor.

Na realidade, é perceptível tanto na leitura dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos, quanto no cotidiano de quem mora nestes Projetos de Assentamento que a homogeneidade da pecuária facilitava o trabalho dos técnicos das instituições que eram responsáveis por prestar assistência técnica aos produtores beneficiados. Esta homogeneidade não dependia exclusivamente destes técnicos, pois a estes cabia a estes a elaboração dos PDA's, dos projetos para financiamento individual os quais, caso aprovados, deveriam ser acompanhados na prática.

Em geral, os PDA's são idênticos, bem como os Projetos individuais elaborados pelos técnicos para serem aprovados pelas instituições credoras.²³⁶ É construído um modelo padrão, onde apenas troca-se o nome dos beneficiários e seus respectivos documentos.

O trabalho de campo restringia-se, quase sempre, na visita ao produtor familiar beneficiado para verificar o gado, o que não demandava muito tempo, pois o rebanho podia ser reunido no curral.²³⁷

Segundo informações de dirigentes da FETAGRI SUL, as instituições credoras só têm aprovado os projetos destinados à produção familiar, onde 70% fossem destinados à pecuária, restando 30% que poderiam ser aplicados em outro tipo de produção.

Não se tem clareza de quem é a idéia de priorizar a pecuária como alternativa dos financiamentos aos Projetos de Assentamento na região, pois segundo o manual de orientação para o crédito rural, os recursos do PRONAF-A:

Destinam-se ao financiamento de projetos de estruturação inicial da parcela, implementação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços

²³⁶ As raras exceções são quando o produtor faz a opção pela diminuição da quilometragem da cerca e investe o valor desta à pequena produção de mandioca, abacaxi ou milho. No caso dos PA estudados essa prática não ocorreu.

²³⁷ A pesquisa de campo revelou o descaso com os produtores rurais após os financiamentos. Dos 45 produtores pesquisados 41 confirmam não ter recebido qualquer orientação ambiental e para o manejo das pastagens.

agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com os projetos específicos²³⁸.

É possível que haja uma ação conjunta entre o INCRA, Instituições credoras e as Prestadoras no sentido de direcionar os financiamentos à pecuária familiar. À prestadora cabe receber de acordo com o Plano Safra 2004/2005, 10% por Assistência técnica (ATER) por projeto aprovado, sendo estipulado neste mesmo Plano o valor de R\$ 15, 000,00 por projeto..

Dessa forma, compreende-se que a prestadoras pode ser beneficiada quanto ao número de projetos aprovados. Neste caso, a homogeneização da pecuária permite o aumento do lucro da prestadora, pois trabalha com um número reduzido de profissionais, o que não seria possível caso os projetos fossem variados.

Tanto a COOPIVAG, quanto a EMATER utiliza mecanismos que contribuem para o produtor aceitar o financiamento para a pecuária de *procedência leiteira*. A primeira instituição usa o argumento de que o financiamento é o melhor, devido às possibilidades de se obter empréstimos maiores e, conseqüentemente, com investimentos altos, os lucros também seriam mais elevados. Já a segunda, aponta para a viabilidade econômica com uma matemática convincente, conforme verifica-se no depoimento do senhor Cláudio Couto:

[...] a pequena propriedade tem que trabalhar com o gado de leite, até mesmo porque o de corte não dá resultado. Só pra te dar um exemplo: se você cria hoje, em dez alqueires que é cinqüenta hectares, você tem condições de criar aí 50 matrizes, bem trabalhada. Cinqüentas matrizes vou só fazer uma continha só pra te embasar. Cinqüenta matrizes hoje, Nelori, ela tem uma parição de oitenta por cento e isso daria quarenta bezerro/ano. Você divide isso aqui por dois, cinqüenta por cento machos e cinqüenta por cento fêmeas, daria vinte bezerros pra você vender. Isso no preço de hoje de duzentos e cinqüenta reais. Então te daria uma renda de cinco mil/ano de bezerro. Agora se você colocar cinqüenta matrizes leiteiras você vai ter quarenta vacas parida/ano vezes média de seis litros vacas, vezes duzentos e quarenta dias que é o período de lactação delas, dá cinqüenta e sete mil e seiscentos litros de leite/ano, vezes o preço do litro hoje, preço da plataforma que é de vinte centavos. Dá onze mil quinhentos e vinte reais só de leite. Mais aí você vai ter os mesmos vinte bezerros, porém bezerros mais baratos. Você vai vender ele a cento e cinqüenta. Daria mais três mil. Quer dizer você teria uma renda de quinze mil reais enquanto a pecuária de corte daria uma renda de três mil reais. Então é inviável o pequeno produtor mexer com pecuária de corte. Mas, infelizmente ele ainda insiste nisso aí, ainda!²³⁹

O discurso *economicista* das possibilidades oferecidas pela pecuária familiar voltada para a comercialização da produção não é novo. Em 1999, tal questão foi objeto de

²³⁸ Fonte: Manual do crédito Rural – Plano Safra da Agricultura Familiar – 2004-2005, p. 14.

²³⁹ Cláudio Antonio de Deus Couto, 42 anos, Goiano, técnico da EMATER e Secretário Municipal de Agricultura. Entrevista gravada em 25 de julho de 2006.

observação quando se proliferava, nos Assentamentos, a idéia de que em Rio Maria seria criada uma *bacia leiteira*.

Os produtores trabalhavam no sistema de rotação de culturas e pousio curto. Porém, com a perspectiva de receberem financiamentos, passaram a desmatar e semear capim, pois, dessa forma, preparavam-se para receber a liberação dos recursos que possibilitaria melhorar de vida.

O modelo de fazenda ideal conquistou produtores rurais, algumas de suas lideranças e técnicos responsáveis pela elaboração dos Projetos de Desenvolvimento do Assentamento. O projeto divulgado era fabuloso, convencendo visualmente, teoricamente e matematicamente qualquer trabalhador excluído das políticas públicas voltadas para a produção. Soma-se a isto, sonhos e anseios por melhoria na qualidade de vida construídos antes mesmo do início do processo migratório para região.

Os números apresentados na entrevista acima relacionados ao gado de leite e de corte são coerentes, mas há um questionamento: a produção diária de *vacas de procedência leiteira*, presentes nos PA é de 2 a 3 litros. Partindo do pressuposto de que os produtores iniciam a produção familiar com 10 vacas, a produção diária seria de aproximadamente 30 litros por dia. Essa produção é baixa se levarmos em consideração as *vacas de leite*, citada na entrevista com as que são compradas para os assentamentos.

Tomando como base de cálculos a regra aplicada pelo técnico da EMATER, na proporção real do produtor familiar teria: 10 matrizes das quais 80% paririam, sendo essa produção dividida em 50% machos e 50% fêmeas, logo nasceriam 4 machos e 4 fêmeas. Como o período de lactação é de 240 dias, a produção de leite de 8 vacas, na média de 3 litros/dia, pelo período seria de 5.760 litros. Multiplicando-se estes 5.760 litros de leite por R\$ 0,20 (vinte centavos) por litro, chegaria a um valor de R\$ 1.152,00 de leite pelo período de 240 dias. Somando-se a este o valor os R\$ 600, 00 de bezerros, totalizaria R\$1.752,00 num período de 240 dias, o equivalente a 8 meses de trabalho para o produtor familiar.

Seguindo a lógica apresentada pelo técnico da EMATER, o gado dos Projetos de Assentamento não proporcionou o rendimento esperado. O gado, seguindo a mesma lógica, apresentada no depoimento, também não seria lucrativo, porque 4 bezerros em 240 dias renderia um valor de R\$ 1.000,00 em oito meses de trabalho.

Porém, estas práticas não consideraram a relação custo-benefício, visto que os problemas ambientais com a homogeneização do modelo extensivo de pecuária familiar e os gastos com remédios e sementes não estavam inseridos nos projetos.

Para manter uma pequena criação de gado, seja de procedência leiteira ou de corte, visando a comercialização, a atividade deve ser implementada de forma intensiva, com ração, manejo adequado de pastagens e uso de outras tecnologias, alternativas que não estão dentro das possibilidades do padrão econômico dos produtores familiares.

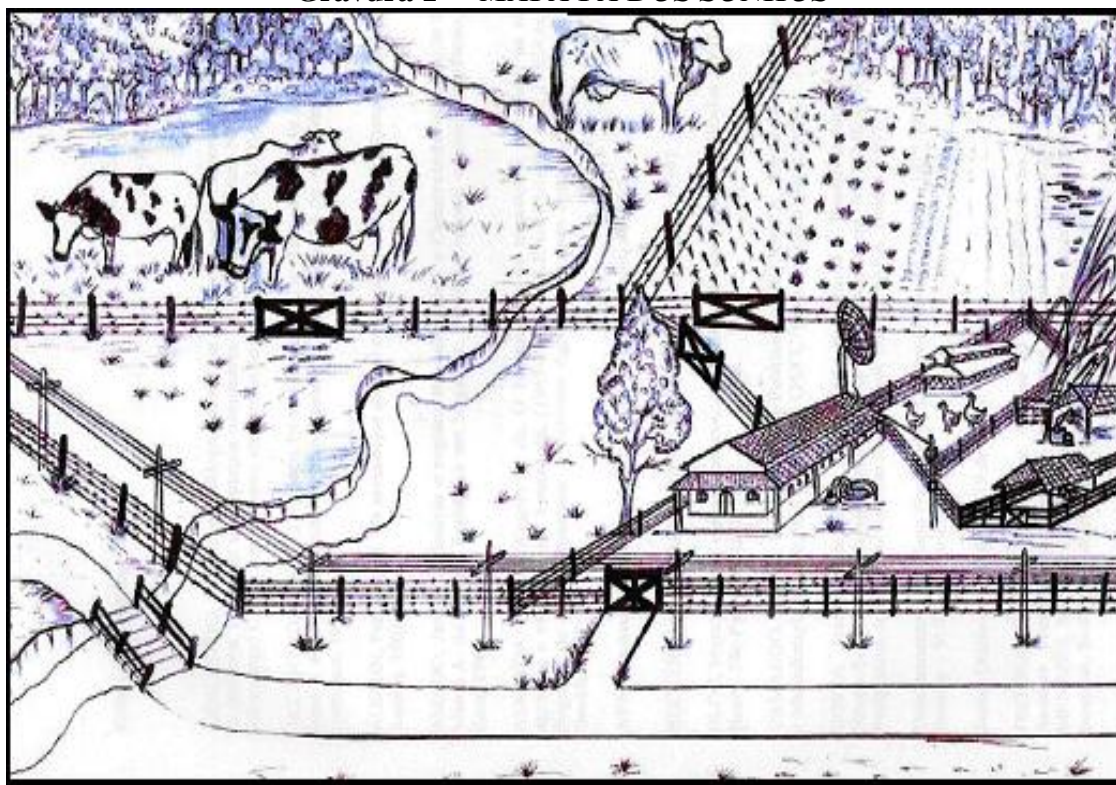
Não se levou em consideração que a pecuária extensiva desgasta o solo à medida que esta avança e, a partir do terceiro ano, já começa a aparecer os primeiros sinais de insustentabilidade do modelo, visto que as pastagens não resistem à quantidade de animais que aumentam sem a expansão dos limites territoriais dos lotes, causando sérios danos à natureza e à sociedade.

Considerando a fórmula acima, verificou-se que economicamente o gado leiteiro é realmente o que tem maior viabilidade econômica, sendo uma das razões para a propaganda desencadeada por alguns técnicos. Mas, nenhum dos modelos tem terra suficiente para manter 50 matrizes no sistema extensivo. Essa prática, em pouco tempo esgota o solo, deixando poucas alternativas aos produtores familiares.

A propaganda cria uma expectativa de lucro que é irreal, já que o gado disponibilizado ao produtor familiar não é gado leiteiro de qualidade, logo não produz a quantidade de leite divulgada. Além disso, não se considera os problemas como diminuição da área disponível para a agricultura, nem os limites colocados pela natureza como, por exemplo, as mortes de gado e do capim.

No PDA dos Projetos de Assentamento elaborados pelos técnicos da COOPIVAG, o apelo não se faz apenas através dos números, mas através de *sígnos* que viram *símbolos* para grande boa parte dos produtores que almejavam os financiamentos. A gravura intitulada “*Mapa PA dos Sonhos*” a seguir, é uma idealização representada pelos técnicos, inclusa no final do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA):

Gravura 1 - “MAPA PA DOS SONHOS”



Fonte: PDA do Projeto de Assentamento Vale da Serra²⁴⁰

A imagem acima representa um modelo de fazenda idealizado e onde o mesmo é inaplicável, pois os produtores familiares, além de terem poucos recursos financeiros, possuem terras cujas delimitações não comportariam o modelo idealizado. Percebe-se na imagem a predominância do gado gordo e sadio que, ocupando grande parte da imagem em uma perspectiva bem maior que a casa, demonstra que a presença do mesmo na propriedade, é fator determinante para o processo de melhoria na qualidade de vida dos produtores rurais.

A fazenda bem dividida territorialmente, com manejo de pastagem e pousio, pequena reserva florestal, curral e com infra-estrutura que engloba instalações modernas, é uma realidade fora das possibilidades concretas presentes nos assentamentos.

Embora seja apenas uma representação do modelo idealizado pelos técnicos que elaboram os PDA's, o “MAPA PA DOS SONHOS” não deixa de contribuir para que os pequenos produtores façam dele um *símbolo* a ser alcançado ao vislumbrar uma possibilidade de obterem os financiamentos. Isto ocorre porque historicamente a fazenda é sempre o modelo considerado ideal para boa parte dos camponeses. O valor simbólico desta

²⁴⁰ Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Projeto de Assentamento Vale da Serra/2003 – Anexo III. Elaboração Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia. Diretor Presidente Elvécio Mesquita Melo.

representação pode ter colaborado para a aceitação de um “modelo de produção imposto de cima pra baixo” através da parceria INCRA/BASA/BB/EMATER/COOPIVAG/Associações.

Os produtores familiares que não obtém resultados satisfatórios a partir da implantação deste modelo, são vítimas de preconceitos, passando a serem vistos como ineficientes ou preguiçosos.

A pecuarização de áreas de assentamento tem sido objeto de estudos recentes, numa perspectiva econômica e ambiental, suscitando intensos debates sobre a questão da sustentabilidade e da viabilidade, influenciando discursos de ambientalistas e outros agentes sociais e políticos.

Na perspectiva de encontrar caminhos, os produtores familiares vão buscando novas formas para manter-se na terra é o que se observa nas palavras da produtora rural Ismeire:

Agora agente ganha pouco por causa do preço do leite que não sobe. As despesas com o gado são muitas, tem o pasto que é caro pra manter e também remédio pro gado é muito caro. Mas a gente acredita que vai melhorar se perder a esperança aí é pior. Meu pai às vezes pensa em vender aqui por que a terra ta pequena pra quantidade de gado, hoje mais da metade já é gado branco, mas o leite é ainda importante pra nossa renda [...]. Aqui tem gente que passa muito mais dificuldade do que nós porque nós já estamos mais estabilizados, mas mesmo assim a vida não é fácil. A agente não procura ter só o leite, ta certo a renda principal é o leite, mas a gente cria porcos, galinhas e um quintal onde a gente planta pouca coisa, mais planta. E aí, a minha mãe também trabalha, ela nunca deixou de trabalhar como professora. Ela só mora na cidade porque aqui não tem como dar aula, e aí ela fez uma opção só que coitada ganha tão pouco, mas é a opção dela, né? A gente só tem que respeitar e ajudar.²⁴¹

A criação do gado leiteiro envolve o trabalho da família, o que possibilita, de certa forma, maior integração entre os membros desta. Mas, diante dos desafios que são impostos pela forma pecuária extensiva e o baixo preço do leite, criam mecanismos para driblar a situação.

Partindo deste pressuposto, verificou-se um esforço dos produtores familiares no sentido de trocar o rebanho de *procedência leiteira* pelo de corte. Esta prática de substituição do rebanho cria certa ilusão de resolução do problema financeiro que dura pouco tempo, pois além de outros problemas que surgem, o produtor não tem o controle do preço do novo produto que é vendido para intermediários para fazendeiros ou frigoríficos.

²⁴¹ Ismeire Angélica Noronha, produtora rural familiar, mora no Projeto de Assentamento Vale da Serra desde 1991. Morou na cidade para estudar, concluiu o ensino médio e retornou para o assentamento. Entrevista realizada 28 de maio de 2006.

Uma das justificativas utilizadas por produtores que substituí o rebanho é que o gado Nelore dá menos trabalho, e dessa forma, pode-se liberar a mão-de-obra dos mais jovens que podem trabalhar para complementar a renda familiar em terras vizinhas.

O baixo preço do leite reflete na vida cotidiana das famílias que procuram adaptar a criação de gado. No caso da família da produtora Ismeire, a saída foi manter o gado de leite e substituir a maior parte do rebanho pelo gado de corte da raça Nelore, visto que este não precisa de cuidados especiais, além de que o bezerro é mais arreado, mais resistente e, por esse motivo, pode ser criado solto.

O modelo adotado pela família acima difere da maioria dos produtores que estão buscando alternativas. Dentre estas destaca-se a substituição total do gado leiteiro pelo gado de corte e as pequenas intervenções, isto é, plantio de lavouras, criação de abelhas, pesca etc.

Criador de gado de corte, José Protásio Chaves fala das razões de sua opção:

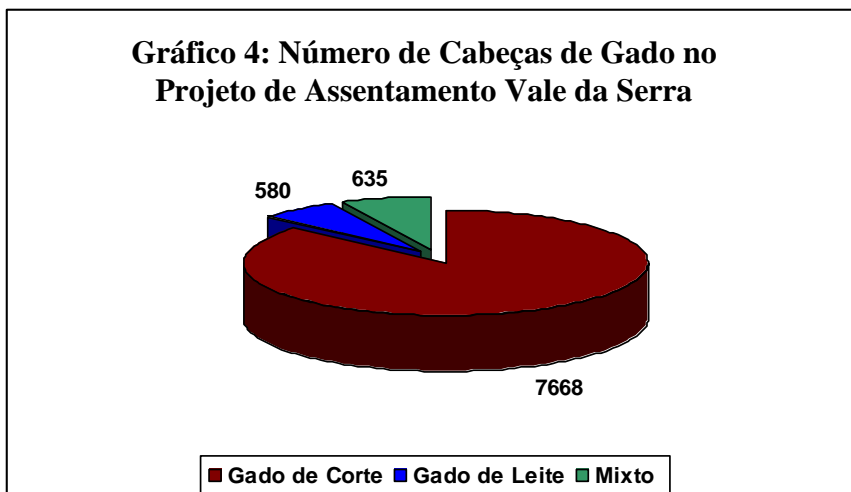
É difícil falar em plantar. O governo foi acabando com o agricultor e aí quem vai plantar? Precisa ter máquinas para plantar, para arar e se não tiver nós vamos ficar sem ter de quem comprar porque hoje tudo é pasto e o gado cada vez mais precisa de pasto.²⁴²

Pesquisa de campo demonstrou que há grande parte dos produtores familiares que estão substituindo o rebanho para gado de corte.

Na ADEPARÁ, a substituição do gado é confirmada após a sistematização dos dados presentes nas fichas cadastrais dos produtores dos Projetos de Assentamento estudados. Verificou-se que o número de cabeças de gado - categorizadas em gado de corte, gado de leite e gado mixto - existente nos respectivos Projetos de Assentamento.

De acordo com esses dados, percebe-se que no PA Vale da Serra, há um total de 8.883 cabeças de gado onde, 7668 (86%) são de corte. O gráfico que segue demonstra os números absolutos de acordo com as categorias estabelecidas pela ADEPARÁ:

²⁴² José Protásio Chaves, 63 anos, aposentado, mineiro vive no PA Expedito Ribeiro desde 1990. Entrevista realizada em 10 de julho de 2006.

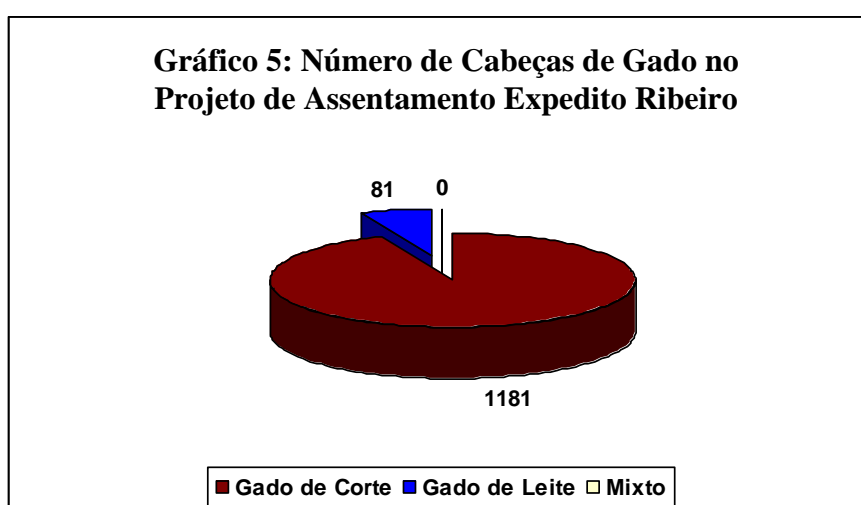


Fonte: ADEPARA, 2005.

Percebe-se que o número de cabeças de gado voltado para a pecuária de corte é muito superior à quantidade de gado voltada para a produção de leite, bem como com relação ao gado mixto.

Comparando essa realidade com a do Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro, percebe-se que a disposição dos dados, partindo da perspectiva das três categorias estabelecidas pela ADEPARÁ é semelhante.

No PA Expedito Ribeiro, 94% do gado é voltado para a pecuária do corte. O restante, isto é, 6%, é gado leiteiro. Segundo as fichas cadastrais dos moradores, neste assentamento não existe gado mixto. Essa realidade pode ser observada no gráfico que segue:



Fonte: ADEPARA/2005

A não existência de gado mixto no Projeto de Assentamento Expedito Ribeiro não anula a possibilidade de comparar o número de cabeças de gado neste, com os dados do PA

Vale da Serra, visto que os números absolutos de gado criado nos respectivos PA são muito diferentes. Enquanto naquele PA, há cerca de 8.883 cabeças de gado, neste último há apenas 1.262.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a área territorial do PA Expedito Ribeiro é superior a do PA Vale da Serra, onde a quantidade de gado é muito superior, percebe-se que o número de cabeças de gado é inversamente proporcional à extensão territorial do assentamento.

Ao analisar estes dados, comparando-os com a pesquisa de campo, percebe-se que os dados da ADEPARÁ são parcialmente confiáveis. Isto decorre, principalmente, devido o critério de registrar como moradores do PA Vale da Serra, os moradores de terras vizinhas, logo o número de produtores não é o mesmo. Contudo, os dados sobre maior quantidade de gado de corte no assentamento não seria mudado, apenas diminuiria as cifras por causa da confusão territorial em relação aos espaços geográficos reais dos assentamentos, que é presente nas fontes do INCRA e na concepção internalizada em parte dos moradores de terras limítrofes, em identificarem-se como moradores do PA Vale da Serra.

Embora os dados sejam parcialmente confiáveis por causa das questões acima, a pesquisa de campo comprova a substituição do gado leiteiro pelo gado de corte pelos produtores rurais dos dois assentamentos, bem como uma mudança radical na natureza.

3.4 - As pastagens

As pastagens predominantes nos Projetos de Assentamento são plantadas, tendo durabilidade curta devido à utilização do solo por uma quantidade de gado inadequada, além de outros fatores ligados à homogeneização que influencia nas mudanças do ciclo da própria natureza.

De acordo com o que se pode constatar nos Projetos de Desenvolvimento do Assentamento, o solo dos PA Vale da Serra e Expedito Ribeiro são variados, sendo compostos, principalmente, por Latossolos Vermelho-amarelo, Podosólico Vermelho-amarelo e Litocólicos, com predominância do primeiro.²⁴³

²⁴³ Fonte: PDA Vale da Serra/ COOPIVAG-2003, PDA Expedito Ribeiro/2001.

O solo predominante apresenta textura média, relevo ondulado, fertilidade natural-média regular. O estudo realizado por técnicos do Projeto Lumiar e COOPIVAG, durante a elaboração do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento, já demonstravam a degradação das pastagens, principalmente em áreas com topografias acidentadas (morros), que se agravavam no período das chuvas.

A pesquisa de campo demonstra que a degradação ambiental vai além dos lugares acidentados, pois, na medida em que avançam as pastagens, os solos vão ficando cada vez mais desgastados, permitindo um avanço de plantas e animais predadores. Além disso, constatou-se que grande parte dos produtores não conseguem, por questões financeiras, fazer a reposição das pastagens, representando um problema real a homogeneização do gado, tal como verifica-se no depoimento de Cláudio Couto:

[...] Nós estamos com um problema muito sério de degradação aí, questão de muito capim morrendo, é questão de monocultura, né? Aí o brachiarão, antigamente aqui era o Colonião. Ai veio o brachiarão e aí o pessoal braquiarão, braquiarão houve essa monocultura e hoje eu acredito que na região nos temos aí uma perda de 25% das pastagens. Quase toda a região tem dificuldade com pastagens. Ta morrendo capim, ta secando muito rápido, né? Esta questão é um descontrole desordenado, não há um controle do desmatamento. [A praga mais comum] é a cigarrinha, geralmente a cigarrinha, a lagarta, né? E um fungo aí no capim também que tá acontecendo e que até hoje a gente num conseguiu solucionar isso aí na verdade. Então o combate disso aí é com fungicida, inseticida e como é que a gente vai fazer? Espalhar inseticida na região aí vai haver um desequilíbrio muito grande, matar muito insetos, muitos bichos, que é benéfico ao meio ambiente, né?. Então não há essa possibilidade.²⁴⁴

O problema com relação às pastagens é realmente difícil de ser enfrentado pelos produtores rurais familiares, sendo este bastante abordado durante a pesquisa. A quantidade da terra não permite fazer o manejo adequado das pastagens, que tornam insuficientes pra manter o gado, sem o esgotamento do solo.

Predomina nos Projetos de Assentamento estudados o plantio dos capins *brachiara*, *mambassa* e *quicuio*. O sistema de manejo mais utilizado é roçar e queimar o pasto. Há também o uso de herbicida, porém em menor quantidade devido ao preço do produto e o receio de prejudicar a saúde da família.

A degradação das pastagens é um problema que atinge a maioria das propriedades, onde aumenta o rebanho sem ter como fazer o manejo adequado devido a não disponibilidade de terras.

²⁴⁴ Cláudio Antonio de Deus Couto. Entrevista realizada em 25 de julho de 2006.

A cigarrinha apresenta-se como a principal predadora. Contudo, os cupins, os babaçus, os assa-peixes e a vassourinha também estão presentes nas pastagens, principalmente em solos já cansados pela implantação do pasto, conforme verifica-se nas imagens a seguir:

Fotografia 6: Área de pastagem infestada por cigarrinhas



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora. Fotografia: Terezinha Cavalcante Feitosa - 2002

A fotografia acima demonstra as condições de pastagens atingidas pela cigarrinha, predadora das pastagens na região. Percebe-se que o capim amarelado foi atacado por ela que o matou em grande quantidade. A parte clara é o capim já morto, após o ataque da predadora. Contra esta, os produtores familiares dizem que é a mais temida, posto que para combatê-la precisa-se de inseticidas que podem causar desequilíbrio ecológico.²⁴⁵

Outros predadores são comuns em pastagens dos Assentamentos do município de Rio Maria. Veja-se a fotografia que segue:

²⁴⁵ Há um número pequenos de produtores que utilizam-se de herbicidas para matar essa e outras “pragas”.

Fotografia 7: Pastagens atingidas por cupins, vassourinha e assa-peixe



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora. Fotografia: Luzia Canuto Pereira – Maio/2006.

Na fotografia verifica-se uma área que era coberta por floresta e que foi transformada em pastagens para a criação de gado. Segundo Valdeci do Vale, toda esta área foi coberta por capim para alimentação do gado e, com o tempo, a paisagem foi transformada pela ação das predadoras.²⁴⁶

O produtor acima mencionado reconhece ser a quantidade inadequada de gado que fez matar o capim e surgir em grande quantidade as predadoras.²⁴⁷

Percebe-se na imagem três tipos de predadores muito comuns em pastagens da região: o assapeixe, à direita, a vassourinha à esquerda e os cupins no centro e arredores. Os problemas enfrentados pelo produtor familiar, dono da propriedade, não é caso isolado. Por onde se passa, as pastagens são semelhantes com relação aos problemas enfrentados.

O produtor que tem mais recursos financeiros, procura combater as predadoras com utilização de herbicidas ou inseticidas, ou ainda, arando a terra para reutilizá-la, embora

²⁴⁶ Valdeci do Vale. Informações obtidas no decorrer da pesquisa de campo.

²⁴⁷ A propriedade deste produtor soma-se 75 hectares, divididas em duas em lugares diferentes no assentamento. A forma encontrada pela família para conviver com a situação e não vender o gado, que predomina o de corte, foi copiar precariamente um modelo de pequena propriedade produtiva de camponeses do Estado de Minas Gerais. Usa-se um triturador, movido a motor com um depósito de água improvisado, para fazer a ração de cana-de-açúcar com capim especial. Notou-se que mesmo precariamente o modelo tem funcionado onde envolve toda a família no processo de produção e já aproveita pequena parte da propriedade para plantar alimentos.

continue com problemas, pois não devolve a esta os nutrientes que foram retirados pela ação da monocultura.

O uso de produtos químicos nas áreas onde há pastagens atingidas por plantas ou animais predadores é mais comum entre os grandes proprietários devido, principalmente, o preço do produto. Contudo, verificou-se que entre os produtores familiares pesquisados, aqueles que têm condições de comprar estes produtos, têm utilizado-os como forma de manter as pastagens. Porém, mais comum entre os produtores rurais familiares pesquisados, consiste na prática de roçar e queimar a área atingida por predadores.

3.5 – o campo e a natureza: algumas contribuições

A relação sociedades humanas e natureza tem sido destaque em estudos de diversos cientistas sociais. Na história, destacam-se pesquisas dos historiadores franceses, principalmente da *Escola dos Annales*, que discorreram sobre a dimensão agrária do Estado Francês, dando ênfase para as relações estabelecidas entre os camponeses e a terra. Nesse sentido, Bloch (2001) pesquisou os regimes agrários, abordando os sistemas de uso da terra, o modo de produção camponesa, a incorporação de instrumentos de produção agrícolas e a apropriação do solo, tanto pela agricultura, quanto pela pecuária nos séculos XVII e XVIII.²⁴⁸

Ao discutir a constituição da identidade francesa na longa duração, Braudel (1989) parte da perspectiva do campesinato, privilegiando a região onde estão os camponeses inseridos no meio natural, visto que o *“homem é parte integrante do mundo natural, ele está na terra, no clima, misturado à vegetação”*. Lembrando Marx, afirma que *“o homem vive da natureza, o que significa que a natureza é seu corpo, com o qual o homem deve permanecer unido e manter relações constantes, para não morrer”*.²⁴⁹

Esses estudos partem do pressuposto que na relação sociedades humanas/natureza há uma constante e intensa interação. Assim, os camponeses tanto influenciavam nas mudanças no ambiente natural, quanto por este eram influenciados.

²⁴⁸ BLOCH, Marc. *A Terra e seus Homens. Agricultura e a vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru/São Paulo: EDUSP, 2001.

²⁴⁹ BRAUDEL, Fernand. *A Identidade da França: Os Homens e as Coisas*. São Paulo: Globo, 1989.

Os historiadores dos *Annales* buscavam beber em fontes variadas e/ou alternativas como cartas, memórias, fontes documentais etc., bem como o diálogo com outras ciências. Assim, as ciências naturais contribuíram de forma decisiva para pesquisas que partiam do pressuposto do tempo na longa duração e onde os elementos naturais ganham papéis de destaque. O ar, a água, a terra, o clima o fogo, os solos, as chuvas, a agricultura, a pecuária e a região, são temas constantemente abordados pelos historiadores desta geração, não excluindo temáticas relacionadas ao capitalismo e ao progresso.²⁵⁰

A idéia de história e natureza tem nas matrizes francesas suas grandes contribuições. Mas não se pode negar a influência da história ambiental americana com suas matrizes ecológicas fundamentadas na idéia de conservação ou preservação ambiental.²⁵¹ A inter-relação dessas correntes vem contribuindo para fundamentar estudos sobre as noções de desenvolvimento na relação sociedade/ natureza, principalmente na Amazônia.

O ecologismo aportou no Brasil, marcado pelas matrizes americanas que contribuíram para posições equivocadas e até preconceituosas, principalmente com relação aos camponeses agrícolas, que muitas vezes são vistos como ineficientes e/ou atrasados.

A Amazônia está inserida neste cenário como um grande laboratório que incorpora várias visões de natureza, decorrente, principalmente, pela presença de riquezas naturais, onde a biodiversidade é vista como a maior riqueza e patrimônio das gerações futuras.²⁵²

Estudos recentes sobre a apropriação e uso da terra por pequenos e médios produtores rurais, priorizam as discussões sobre a sustentabilidade ou a insustentabilidade da agricultura ou pecuária familiar, visando principalmente estabelecer uma reflexão sobre os modelos adotados a partir de uma perspectiva agro-ecológica que combine a sustentabilidade dos ecossistemas com a produção econômica sem, contudo, comprometer a natureza. Dentre os autores que fazem este tipo de abordagem, cita-se Becker (1993); Reynal et. al. (1996); Hébette (1993), (2002), Costa (1997), (2000) e Feitosa (2003).

²⁵⁰Inclui-se aos já citados: FEBVRE, Lucien. *La Terre ET l'Evolution Humaine. Introduction géographique à l'Histoire*. Paris: Editions Albin Michel, 1970. p. 105-162.

²⁵¹ WOSTER, Donald. Doing Environmental History, IN: WOSTER Donald. (ed) *The ends of the Earth-perspectives on Modern Environmental History*. Cambridge University Press, 1988.

²⁵² Refiro-me aqui ao Ecologismo na matriz americana da década de 1970. No Brasil houve contribuições importantes de autores brasileiros que no século XVIII e XIX já elaboravam suas idéias na defesa de uma convivência harmônica entre as sociedades humanas e a natureza, numa perspectiva de preservação ambiental. Segundo Pádua (2002), para estes autores “a destruição ambiental não entendida como um ‘preço do progresso’, como na visão hoje dominante, mas sim como um ‘preço do atraso’”. PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002, p. 13.

As discussões desenvolvidas por estes autores discorrem sobre a sustentabilidade econômica, social e política da produção agrícola ou pecuária nas unidades de produção familiar. Nestes estudos, destaca-se a necessidade de preservar a natureza, fazendo uma abordagem multidisciplinar que combine a sustentabilidade dos ecossistemas com a produção econômica, avaliando os processos e procedimentos que assegurem as condições de vida das famílias camponesas sem comprometer a natureza.

Entre os principais desafios, está a necessidade em se estabelecer uma relação mais harmônica entre as sociedades humanas e a natureza, com o intuito de superar os problemas na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. As abordagens, tal como as formas de apreender a relação dos camponeses familiares com a natureza, variam e, embora bastante discutidas, ainda não há um consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

Para Becker (1993), a concepção mais aceita é a que propõe o desenvolvimento sustentável como processo de mudança, onde a exploração dos recursos naturais, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional busquem certa harmonia e que estejam de acordo com as necessidades gerais das futuras gerações. A ênfase é dada ao processo de transformação em que as diversas dimensões do desenvolvimento se harmonizam e reforçam o desenvolvimento presente e futuro.

Sobre a relação estabelecida entre os produtores familiares e a natureza na região Sudeste do Pará, há trabalhos do Laboratório Sócio-Econômico do Tocantins (LASAT), realizados e articulados através da Fundação Agrária do Tocantins/Araguaia (FATA). Estes trabalhos priorizam as discussões sobre a agricultura familiar, oferecendo suporte aos trabalhos de assessoria aos produtores familiares, principalmente em Marabá, através do Programa de Formação Pesquisa e Desenvolvimento.

Pesquisas desenvolvidas por Reynal et.al (1996) na região de Marabá, comprovam a existência do processo de pecuarização em áreas anteriormente ocupadas e destinadas particularmente para a agricultura familiar. Segundo o autor, as atividades agropecuárias praticadas por agricultores familiares estão direcionadas a uma pecuária predominantemente especializada. Esta predominância caminha para uma (re)concentração da propriedade da terra e, conseqüentemente, a exclusão dos agricultores familiares.

Segundo esta concepção, a pecuarização destas áreas contribuiria para o alargamento da fronteira agrícola e como conseqüência, o desaparecimento da agricultura familiar da região. Se por um lado ela levaria alguns ao sucesso, por outro provocaria a destruição da localidade e do sistema de produção. Esta concepção é avaliada do ponto de

vista agroeconômico, como se os produtores familiares estivessem direcionando suas atividades pelo princípio da economia mercantil. Hébette (1993) aponta para um outro caminho, afirmando estarem estas atividades voltadas para a reprodução de suas próprias famílias.

Ao discorrer sobre o assunto, Costa (2000) suscita uma nova abordagem, defendendo a tese da *eficiência reprodutiva* da produção familiar, isto é, a produção e reprodução social que assegura ao grupo familiar, que além das condições de suprir os meios de subsistência, assegura um excedente que lhes proporcione segurança para necessidades especiais. Para este autor, a eficiência reprodutiva, observando-se pela ótica microeconômica, é a “*capacidade do sistema de internalizar, reter em seu proveito trabalho por ele próprio despendido*”.²⁵³ Desta forma, os camponeses familiares vão criando ou recriando novas formas e estratégias para garantir a sobrevivência da família.

Nesta perspectiva, o produtor(a) familiar tanto pode adequar, questionar, readaptar ou substituir modelos que melhor lhes convier em determinado momento. É a lei da sobrevivência que impõe estas mudanças, ou seja, novos caminhos para garantir a permanência e a sobrevivência na terra.

Feitosa (2003) discorre sobre a sustentabilidade na produção *familiar do leite*, apontando como causas para a *insustentabilidade* do modelo econômico baseado na pecuária familiar, problemas de ordem econômica, como a baixa produtividade, variando de 1,65 litros de leite de vaca/dia (período seco) a 2,86 litros de leite vaca/dia (período chuvoso)²⁵⁴. Além da baixa produtividade, o preço do litro não é compensativo, em 2002, custava R\$ 0,17 (dezessete centavos) no período seco e R\$ 0,13 (treze centavos) durante o período chuvoso. A autora, alerta ainda para a necessidade de investimentos nas pastagens como alternativa para aumentar a produção do leite e garantir a sustentabilidade das famílias que vivem nos Projetos e Assentamento.²⁵⁵

Nesta perspectiva, também merece destaque o empenho da Universidade Federal do Pará (UFPA) nas contribuições para a compreensão das relações dos camponeses com a terra, presentes em inúmeras publicações de pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar (NEAF).

²⁵³ COSTA (2000). *Op. Cit.*, p. 119.

²⁵⁴ Período seco ocorre entre os meses de junho à setembro e o período chuvoso entre os meses de outubro à maio.

²⁵⁵ FEITOSA, Terezinha Cavalcante. Análise da sustentabilidade na produção familiar no sudeste paraense: o caso dos produtores de leite do município de Rio Maria. In. Agricultura Familiar, Pesquisa, Formação e Desenvolvimento: Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da agricultura familiar. ANGELO-MENESES, Maria de Nazré, NEVES, Delma Peçanha (Orgs). Belém: NEAF/UFPA, 2004, p.127 e 130

Estas pesquisas trabalham priorizando o conceito de agricultura ou pecuária familiar, o que isoladamente não seria adequado ao presente estudo visto que, embora a pecuária se imponha por ser financiada, essa não é a única forma de produção dos produtores familiares nem o modelo por estes escolhido, pois é imposto pelo INCRA e instituições credoras.

Neste estudo, optou-se pela categoria produção familiar na perspectiva explicável, no caso dos assentamentos em estudo, porque embora o sistema produtivo organize-se hegemonicamente na produção familiar pecuária, não se trata de uma opção pessoal, mas sim de uma imposição para obter o financiamento destinado à produção familiar.

Esta discussão faz-se necessária para a compreensão do modelo de desenvolvimento planejado para a unidade de produção familiar no Sudeste do Pará. A intervenção das políticas públicas priorizou os investimentos na *pecuária leiteira*, promovendo a pecuarização nas áreas de assentamento onde anteriormente havia a produção familiar agrícola, prioritariamente. A pecuária de corte, neste caso, é uma readaptação do sistema produtivo numa perspectiva de permitir a permanência na terra.²⁵⁶

Reconhecer a necessidade de discutir as relações existentes entre os produtores familiares e a terra, principal meio de vida destes, para que se construa uma relação sócio-econômica e ambientalmente sustentável é um compromisso do historiador social que opta por esse tipo de abordagem.

Contudo, a economia camponesa possui suas especificidades e complexidades que devem ser levadas em consideração para evitar posições equivocadas com relação a apontar como inviável a agricultura ou a pecuária familiar. Não é a agricultura ou a pecuária familiar o grande problema, ao contrário, tanto uma quanto a outra são importantes para garantir a alimentação e os excedentes necessários para complementarem a renda familiar. O problema consiste no modelo implantado nestes assentamentos que comprometem a sustentabilidade econômica e sócio-ambiental.

Analisa-se pelo tamanho do lote, visto que um lote de 50 hectares é pequeno para o modelo de produção baseado na pecuária ou agricultura extensiva. A utilização extensiva do solo contribui para que este perca nutrientes, fator que colabora para a degradação ambiental. Além disso, os produtores familiares não dispõem de tecnologias para recuperá-lo. Outro fator

²⁵⁶ A decisão de substituição do rebanho de leite por rebanho de corte deve-se também a uma readaptação ao novo mercado que parecia, no momento, mais propício. Não se descarta aqui a possibilidade de ter sido uma estratégia dos fazendeiros e donos de frigorífico de melhorar o preço do gado num momento que a demanda exigia e depois que o produtor muda o rebanho e começa a produzir, naturalmente a lei do mercado se impõe, ou seja, abaixou-se o preço do gado de corte e diante de uma necessidade o produtor via-se obrigado a vender mesmo.

é a falta de assistência técnica que proporcione conhecimento especializado. Faz-se necessário também compreender o complexo de relações que existe, ou seja, as “*teias invisíveis*” que vão se constituindo e que contribuem para desgastar a relação do produtor familiar com a natureza, na qual está inserido.

Considera-se como “*teias invisíveis*”, àquelas que sutilmente ocorrem na determinação da economia camponesa, mudando e moldando a sua relação com a terra, em uma perspectiva de atender a uma necessidade do mercado, do capital. A pecuarização dos assentamentos deu-se diante de uma necessidade do mercado de leite e de carne, onde as estruturas montadas, visando unicamente o lucro, transferiram os custos da criação para os produtores familiares numa parceria invisível, mas não imperceptível, como a convivência do próprio Estado.

Este objetivo não é dado para o produtor familiar, ele surge de forma *implícita e sutil*, que vai se tornando clara à medida que se encontram sem perspectiva, tendo que vender o leite e o novilho por um valor determinado pelo mercado que se apropria da sua mão-de-obra, do seu trabalho, transferindo-lhes os custos da produção e da reprodução do gado. Dessa forma, os produtores familiares e a produção familiar aparecem fadados ao fracasso, contribuindo para discursos que defendem o “novo modelo”, ou seja, a grande agricultura, agropecuária ou ainda o agro-negócio, servindo-se de base para questionar, não só o modelo econômico dos produtores familiares baseados na agricultura ou na pecuária, como também o Assentamento e a Reforma Agrária.

Além disso, os produtores familiares não conseguem a eficiência reprodutiva da forma que foi pensada, servindo à produção ou reprodução de um modelo econômico, que o excluem. Como exemplo, cita-se a apropriação do trabalho destes pelo laticínio que compra o leite a um preço não compensativo, os fazendeiros e donos de frigoríficos que compram os novilhos com um preço a baixo do mercado. Estes transferem a responsabilidade de criar e cuidar do gado à pequena e média propriedade, oportunamente livrando-se dos custos de criar o rebanho o que contribui para uma maior margem de lucro.

Considerações finais

O acesso à terra é definido pelo Estado tanto para o pequeno, quanto para o grande proprietário. Na história de ocupação regional, foram realizadas ações colonizadoras no sentido de ocupar as terras, em tese, desabitadas.

A primeira concessão de terra feita pelo Estado na região do Araguaia Paraense, foi a Frei Gil de Vilanova no final do século XIX e início do XX, para o desenvolvimento da agricultura, extração de caucho e aculturação dos ameríndios.

Em 1940, Getulio Vargas, então presidente da República, anunciou um grande programa para *ocupar e civilizar* a região central do Brasil e a Amazônia. Para efetivá-la, criou, em 1943, a Fundação Brasil Central, para a qual foram concedidas terras cuja área territorial ia do antigo município de Conceição do Araguaia até o município de Itaituba. Terras estas doadas pelos Estados do Pará, Mato Grosso, Goiás e Amazonas que totalizaram 125 milhões de hectares. Em 1945, o governo do Pará concretizou a transferência de 10 milhões de hectares de terras à FBC.

As terras doadas no Pará ficaram sem qualquer ação colonizadora até 1969, quando grande parte da área foi vendida a um grupo de empresários do Sudeste do país, em especial do estado de São Paulo. Esta comercialização gerou tensões e conflitos na década de 1970.

Outra grande ação colonizadora ocorreu na década de 1970 com a intervenção dos governos militares na área, tendo em vista a Guerrilha do Araguaia e a necessidade de ocupar os espaços em tese considerados vazios.

Foram desenvolvidas propagandas que contribuíram para atrair migrantes de diversos segmentos sociais, mas o projeto beneficiou diretamente os migrantes que tinham como perspectiva o estabelecimento de fazendas ou grandes projetos sejam agropecuários ou agroindustriais.

Foram realizadas algumas ações no sentido de distribuição controlada da terra. Em 1976 foi criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Em 1970 foi criado o INCRA, fruto da fusão de órgãos anteriores. Este órgão fez algumas tentativas, sem sucesso, de assentamentos controlados da terra na região, devido a falta de conhecimento da área, das concessões anteriores e devido à própria política de privilegiar os grandes proprietários. Em 1980, sucedeu o INCRA, no Araguaia Paraense, o GETAT órgão que marcou presença na região, sob forte controle dos governos militares e órgãos de segurança,

sobre a distribuição de terras e em especial sobre os trabalhadores rurais, inclui se nesta categoria os colonos e posseiros.

A política de ocupação desenvolvida pelos governos militares também contribuiu para aumentar o fluxo migratório de segmentos sociais menos favorecidos economicamente oriundos de vários estados do País. Esses migrantes sem terra se deslocaram para a região em busca de terra para trabalho e sobrevivência. Ao chegarem, se juntaram aos camponeses que já habitavam o lugar, tornando-se posseiros nas terras documentadas em nome de latifundiários que nem sempre moravam na região. Com raras exceções, para terem acesso à terra os posseiros tiveram que enfrentar a dura realidade dos conflitos fundiários.

A redemocratização do país traz novamente à tona os debates sobre a Reforma Agrária, sendo aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985. Em 1987 o INCRA novamente substituiu o GETAT, mas a Reforma Agrária com distribuição de terras não foi colocada em prática. Isso só reforçou as lutas dos posseiros no sentido de garantir a terra aumentando o número de ocupações não autorizadas em terras tituladas em toda a região, o que mais tarde deu origem aos Projetos de Assentamento.

A história dos Projetos de Assentamento nos remete ao processo de ocupação regional onde a apropriação das terras ocorreu de forma desigual. De um lado os fazendeiros e empresários rurais que receberam terras, em áreas privilegiadas, próximas às cidades, rodovias e rios, de outro os trabalhadores sem terra, migrantes, que para terem acesso à terra para trabalho e sobrevivência tiveram que disputa-las na Lei e/ou “na marra”.

Para assegurar a posse da terra, os posseiros empreenderam diversas lutas, dentre as quais destacam-se: querelas jurídicas que questionavam a legalidade dos títulos de propriedade; mobilizações sociais a fim de pressionar o Estado para implementar políticas de Reforma Agrária; e a luta armada travada nas áreas disputadas.

A luta pela Reforma Agrária na região marcou as três últimas décadas do século XX, e embora tenha havido avanços com relação as desapropriações de terras, estas não foram suficientes, visto que mesmo em Rio Maria onde ocorreram 18 desapropriações, ainda existem famílias que continuam sem acesso a terra.

Os Projetos de Assentamento implementados pelo INCRA a partir do final da década de 1980, são frutos das lutas dos trabalhadores rurais que disputaram a terra e resistiram durante anos à espera da legalização. Após a criação dos Projetos de Assentamento, os antigos posseiros intensificaram as reivindicações por escolas, estradas para escoar a produção, eletrificação, financiamentos para produção e outras políticas de crédito, tais como crédito apoio e crédito moradia.

O INCRA os inclui, parcialmente, nos programas de financiamento e créditos destinados aos assentamentos. Na pesquisa de campo, verificou-se as experiências desta inclusão: estradas, pontes, habitações foram construídas com recursos do INCRA. Ressalta-se que o crédito habitação não atendeu a todos, além de que não há uma fiscalização para garantir que os recursos sejam aplicados conforme ocorreu no PA Vale da Serra.

Com relação aos financiamentos à produção estes merecem destaque devido a sua especificidade: todos os projetos financiados nos PA Expedito Ribeiro e Vale da Serra com recursos do PRONAF, foram destinados à *pecuária familiar*. De acordo com a pesquisa, esse modelo de produção não partiu de escolhas pessoais dos produtores familiares.

Nos primeiros anos de financiamento, o limite percebido estava na preocupação em manter a quantidade de gado, que ia aumentando e, paulatinamente, ocupando e necessitando de mais espaços na terra. A forma encontrada para tentar amenizar o problema foi mudar o sistema de pousio para acelerar as plantações de pastagens necessárias para a o gado, o que culminou com a diminuição ou, em alguns casos, abandono total da agricultura.

Outro limite é o financeiro, pois a perspectiva de comercializar o leite e ter uma renda familiar compensatória desapareceu logo nos primeiros anos com o monopólio da compra do leite por empresas de laticínios que se estabeleceram no município. Além do baixo preço do leite, a produção demonstrava problemas pois não há nos assentamentos estudados um rebanho composto por vacas leiteiras, mas sim por vacas cruzadas que em geral não garante a produção esperada que em geral não atendeu as expectativas de produção. Geralmente os recursos obtidos com a comercialização não era suficiente para manter as despesas da família e os gastos com a criação do gado, condicionava os produtores a uma vida difícil. Muitos, para complementar a renda familiar criaram outras alternativas, como por exemplo, vender a força de trabalho em terras próximas ou mandar os filhos para estudar e trabalhar na cidade.

Outra alternativa perceptível no sentido de *melhorar* a renda familiar, está também na troca do rebanho para gado de raça de corte, com destaque para a raça Nelore que, segundo os produtores familiares, exige menos trabalho e dedicação do tempo para cuidados especiais aos bezerros que são criados soltos.

Dentre os limites da pecuarização dos assentamentos, destaca-se a degradação ambiental, onde grande parte das florestas foi transformada, em tempo recorde, em áreas de pastagens. O aumento do rebanho fez com que em pouco tempo as pastagens ficassem desgastadas. Além disso, a homogeneização causou um desequilíbrio ecológico que favoreceu

o aparecimento de plantas e animais predadores que acabaram limitando ou destruindo as plantações de capim.

A implantação do modelo *pecuária familiar* tem uma relação muito forte não com os “sonhos” e anseios dos produtores familiares, que não deixaram de ter uma imagem ideal do que seria a fazenda, mas com a necessidade do grande capital representado por fazendeiros e empresas agropecuárias e agroindustriais que se estabeleceram em Rio Maria e região. São dos fazendeiros que se compra o gado sem qualidade e é para este que se vende barato o novilho depois de criado.

Ligados aos fazendeiros estão os empreendimentos como laticínios e frigoríficos que impõe o preço do leite e da arroba do gado. Enquanto o consumidor na cidade compra o litro de leite a oitenta centavos (R\$ 0,80), o produtor familiar recebe por um litro de leite vinte centavos (R\$ 0,20). Enquanto o consumidor na cidade paga R\$ 6,00 por 1 kg de carne o produtor familiar recebe apenas R\$ 28,00 (vinte oito reais) por arroba (15 kg) de carne do novilho.

Sem entrar no mérito de discussão dos números onde as disparidades são visíveis, o que se percebe claramente é a apropriação da força de trabalho dos pequenos e médios produtores pelo capital no campo. Os pequenos e médios produtores familiares ficavam com o ônus de criar o gado para produção de leite e/ou corte, criando problemas ambientais seríssimos, e sem a renda familiar desejável, comprometem, inclusive, o que Costa (2000) denominou *eficiência reprodutiva*.

Os estudos demonstraram que há limites quanto aos modelos de produção familiar agrícolas ou pecuários implementados pelos órgãos de promoção e financiamento. Esses limites decorrem em especial de três circunstâncias: a contradição entre o tamanho da área e a produção extensiva das duas atividades, dos limites da capacidade produtivas dos solos qualquer das atividades em função das suas capacidades bio-geo-químicas e os níveis de rendimento proporcionado pelo tipo de produção.

Embora se reconheça os limites da criação de gado nas unidades de produção familiar, neste trabalho discorda-se das abordagens de sustentabilidade quando estas questionam a agricultura ou pecuária como inviáveis na pequena propriedade. É necessário reconhecer os problemas para reavaliar posições que têm servido de base para que sejam questionados como inviáveis não só o modelo de produção, mas os assentamentos e a Reforma Agrária.

Para grande parte dos produtores familiares, o modelo implementado com os financiamentos públicos não demonstram a viabilidade esperada. Embora procurem

(re)adequar o modelo, ainda guardam expectativas de melhoras. Em grande parte, esta visão é influenciada pela idéia fomentada sobre o sucesso da implementação da pecuária viabilizada pelos números apresentados pelos técnicos que elaboram os PDA's e também pela influência da idéia construída sobre a perspectiva da fazenda que deu certo, que são reforçadas tanto nos PDA's quanto nas festas agropecuárias.

Ressalta-se que para os produtores familiares, ainda não estão explícitas as intencionalidades do projeto e, mesmo admitindo os problemas, vão (re)criando alternativas, sem contudo, romper e/ou negar a essência do mesmo.

Deve-se considerar que nem todos os produtores familiares têm as mesmas opiniões sobre o modelo de produção planejado aos Projetos de Assentamento. Também deve-se considerar que nem todos os fazendeiros participam destas “teias de relações” e de apropriação da mão de obra familiar à seu proveito, posto que esta também não é uma categoria homogênea, guardando suas diferenças e suas contradições.

A pecuária extensiva nas áreas de assentamentos, seja ela de *procedência leiteira* ou de corte apresenta seus limites. Assim, concorda-se com a inviabilidade sócio-econômica e ambiental do modelo implantado nas áreas de assentamento. Porém, pondera-se que estas atividades são essenciais à vida e a (re)produção dos produtores familiares e possíveis de serem trabalhadas na unidade de produção camponesa conjuntamente em uma outra perspectiva.

Os Projetos de Desenvolvimento do Assentamento devem considerar os saberes dos produtores familiares que, somados aos saberes técnicos e científicos, serão melhor aplicados à realidade local. Incluem-se ainda, a necessidade de se repensar os financiamentos, a inclusão de novas tecnologias e a preocupação na busca de uma produção sustentável e do ponto de vista da natureza responsável, pois delas todos dependem para sobreviver.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

A linha política do Partido Comunista do Brasil. Lisboa. Edições Maria da Fonte, 1974. p. 36-38 (coleção documentos) Apud. FILHO, Romualdo Pessoa Campos. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 30.

A linha política do Partido Comunista do Brasil. Lisboa. Edições Maria da Fonte, 1974. p. 36-38 (coleção documentos) Apud. FILHO, Romualdo Pessoa Campos. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 30.

Arquivo Pessoal do advogado Paulo Fonteles. Cópia de Relatório da Comissão Pastoral da Terra de 1978.

Ata da eleição e posse do STR.

ATA da fundação STR, datada de 02 de maio de 1983.

ATA de posse da nova direção do STR de 15 de dezembro de 2005.

Atas do Comitê Rio Maria /1991.

CARVALHO, Murilo. Sul do Pará. In. *Documento: O povo do Pará se Manifesta*. Belém: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH, 1978 / São Paulo: Jornal “O Movimento”, 27/11 a 13/12 de 1978.

CNBB. Documento Igreja e problema da terra, aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB. Itaci, 14 de fevereiro de 1980, p. 4.

Dados da CPT, apud MELO, 1999.

Detalhamento do II PND (1975-1979), Ministério do Interior – SUDAM, abril de 1975.

II Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Detalhamento do II Plano de Desenvolvimento (1975-1979). Ministério do Interior – SUDAM, Abril 1975, 53.

II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975-1979) – Ministério do Interior – SUDAM, abril de 1975.

II Plano Nacional de Desenvolvimento, Lei nº 6.151 de 4 – 12 – 1974 e o Detalhamento do

II Plano Nacional de Desenvolvimento, Lei nº 6.151 de 4 – 12 – 1974.

INCRA. Superintendência Regional do Sul do Pará (SR 27) – Gerencia Operacional de Sistemas (GSO) – Atualizado SIPRA – 2006 (02 de agosto do ano de 2006).

INCRA/ Unidade Avançada de Conceição do Araguaia (UACA), SR (27).

Jornal “A Província do Pará”, edição de 05 de novembro de 1976.

Jornal “Diário dos Carajás”, edição de 30 de maio de 1981.

Jornal “Folha de São Paulo”. São Paulo, edição de 14 de março de 1991 e

Jornal “O Estado do Pará”, edição de 26 de outubro de 1979.

Jornal “O Estado do Pará”. Belém/PA, edição de 26 de outubro de 1979.

Jornal “O GERMINAL”. Centro – Oeste, edição de abril de 1987.

Jornal “O Globo”. Rio de Janeiro, edição de 14 março de 1991;

jornal “O Liberal”, Belém, 14 de março de 1991.

Jornal “O Liberal”, edição de 03 de outubro de 1979.

Jornal “O Liberal”, Edição de 11 de novembro de 1976 e

Jornal “O Liberal”, edição de 12 de novembro de 1976.

Jornal “O Liberal”. Belém, edição de 14 março de 1991;

Jornal “O Liberal”. Belém, edição do dia 14 de março de 1991.

Jornal “Tribuna Operária”, Matéria O Campo sofre e luta – Raimundo Ferreira Lima fala à

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, edição de 13 de março de 1991;

Livro de Ata das Associações de Produtores Rurais do Assentamento.

Manual do Crédito Rural/Plano Safra da Agricultura Familiar – 2004-2005.

Ofício do STR de Rio Maria (s/n) datado de 21 de fevereiro de 1996. Protocolado no INCRA sob o nº 11/96 em 23/02/96. Arquivo do STR.

Pará Agrário. Informativo da Situação Fundiária. Ocupação do solo e do subsolo. Garimpo e mineração. Belém, Idesp, Edição especial, 1992, p.19 e 57.

PDA do Assentamento Vale da Serra/COOPIVAG/2003

PDA Vale da Serra /COOPIVAG Rio Maria – 2003

PDSA – do Assentamento Expedito Ribeiro. Rio Maria/2001

Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA COOPIVAG/2003, p.13.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Expedito Ribeiro – Rio Maria – PA/2001.

Plano Safra deste período, na prestadora COOPIVAG, em 18/11/2005

PROCERA – Programa Especial de Apoio à Reforma Agrária.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo.

PRORURAL – Programa Especial de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada.

Relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra/1985/1986.

RIBEIRO, Adalberto Mário. *A Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro. In. Revista do Serviço Público, setembro de 1945.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia: Amazônia desenvolvimento e ocupação (2ª edição, revista e aumentada) Belém, Departamento Administrativo, Serviço de Documentação e divulgação, SUDAM, 1969’.

Tribuna Operária . s/data. Arquivo Pessoal do Advogado Paulo Fonteles.

FONTES ORAIS

Ailon Rodrigues, em entrevista realizada em

Cláudio Antonio de Deus Couto. Entrevista realizada em 25 de julho de 2006.

Crácio Belém de Queiroz. Entrevista gravada em 12 de outubro de 1999. Apud. PEREIRA,

Luzia Canuto de O. Conflitos pela posse da terra em Rio Maria de 1980-1997. Marabá: UFPA, 2000, p. 36.

Élcio Mendes Moreira. Entrevista realizada em 8 de outubro de 2005.

Ismeire Angélica Noronha. Entrevista realizada 28 de maio de 2006.

Jarbas Pereira Cabral. Entrevista gravada em 10 de julho de 2006.

Jerônimo José do vale. Entrevista realizada em 18 de novembro de 2005.

José Gonçalves Lima (“Zé Pernambuco”) Entrevista realizada em 16 de junho de 2006.

José Maria Pereira Lima, dirigente sindical à época. Informações orais coletadas no mês de abril de 2006.

José Protásio Chaves, 63 anos. Entrevista realizada em 10 de julho de 2006.

José Roberto Martins conceicao do Araguaia no mês de agosto de 2006.

Jovandre Antonio de Melo. Entrevista realizada em 10 de maio de 2006.

Jovandre Pereira de Melo. Entrevista realizada no PA São Jorge em 10 de julho de 2006.

Lazara Guimarães. Entrevista realizada em 15 de junho de 2006.

Marinalva Martins. Informações orais coletadas no decorrer da pesquisa.

Marlene do Vale. Entrevista gravada em 18 de fevereiro de 2006.

Neide Macedo. Informações orais coletadas no decorrer da pesquisa de campo.

Noemio Custódio de Melo, Entrevista em realizada em 15 de junho de 2006.

Olinto, em depoimento e Justiça do Estado do Pará no julgamento em do assassinato do sindicalista João Canuto em 22 de maio de 2003.

Orlando Canuto Pereira. Entrevista realizada em 20 de agosto de 2006.

Sebastiana Custódio de Melo. Entrevista realizada em 10 de julho de 2006.

Seu “Branco”. Entrevista realizada em fevereiro de 2006.

Sindicalista “A”. Entrevista realizada em agosto de 2006

Sônia, em Reunião realizada com as Associações dos assentamentos Mata Azul, Barra Mansa e Lote 134 próximo à Vila Betel, em 08 de outubro de 2006.

Vicente Gonçalves Neto. Entrevista realizada em 16 de junho de 2006.

Walterlei Oliveira. Entrevistado realizada em 06 de outubro de 2006.

BIBLIOGRAFIA

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de, O Intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e violência na Amazônia, (1965-1989). In LÉNA Philippe e OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs). *Amazônia: a fronteira Agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1991, pp. 351-365.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 463 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A. da (org.) *República em Migalhas*. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AUDRIN, Frei José M. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1997.

BLOCH, Marc. *A Terra e seus Homens. Agricultura e a vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru, São Paulo: EDUSP, 2001.

BOSERUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1987.

BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia: *Amazônia desenvolvimento e ocupação (2ª edição, revista e aumentada)* Belém, Departamento Administrativo, Serviço de Documentação e divulgação, SUDAM, 1969.

BRAUDEL, Fernand. *A Identidade da França: Os Homens e as Coisas*. São Paulo: Globo, 1989.

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, 1994.

CAUDREAU, Henri Anatole. *Voyage au Tocantins –Araguaya, 31 de decembre 1896-23 mai 1897*. Paris: A.LAHURE, IMPRIMEUR – ÉDITEUR, 1897.

COSTA, Francisco de Assis. *Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: Novos Supostos de Planejamento agrícola para a Amazônia*, In: XIMENES, Tereza (org.), *Perspectiva do desenvolvimento Sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

COSTA, Francisco de Assis. Estrutura Fundiária , Modos de Produção e Meio Ambiente na Amazônia. In. *Comunidades Rurais, Conflitos Agrários e Pobreza*. PINTO, Nilson Pinto (Org.) Belém: UFPA, 1992.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação Agropecuária da Amazônia: Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Editora Lello Brasileira, 1967.
NETO, José Maria Bezerra e GUSZMÁM, Décio de Alencar (orgs.), In: *Terra matura: historiografia e história social da Amazônia*. Belém: Paka – Tatu, 2002.

EULEUTÉRIO, Paulo (direção e organização). O Pará e o Planalto Central do Brasil. Documentário da Representação Paraense ao 1 Congresso Econômico do Oeste do Brasil. Belém: Oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1947.

FEBVRE, Lucien. *La Terre ET l'Evolution Humaine. Introduction géographique à l'Histoire*. Paris: Editions Albin Michel, 1970

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. *Análise da sustentabilidade na produção familiar no Sudeste Paraense: o caso dos produtores de leite do município de Rio Maria/ Terezinha Cavalcante Feitosa* – Belém: UFPA – Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. Curso de Pós Graduação em Agricultura Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. Análise da sustentabilidade na produção familiar no sudeste paraense: o caso dos produtores de leite do município de Rio Maria. In. *Agricultura Familiar, Pesquisa, Formação e Desenvolvimento: Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da agricultura familiar*. ANGELO-MENESES, Maria de Nazré, NEVES, Delma Peçanha (Orgs). Belém: NEAF/UFPA, 2004, p.127 e 130

FERNANDES, Marcioília. *Donos de Terras: Trajetória da União Democrática Ruralista-UDR*. Dissertação de Mestrado, NAEA/UFPA, 1998.

FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terra: trajetórias da União Democrática Ruralista*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A Justiça do Lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1986.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FILHO, Moacyr de Oliveira. *Rio Maria: terra da morte anunciada*. Anita Garibaldi, São Paulo: 1991.

FILHO, Romualdo Pessoa Campos. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

GODIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. In. *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 22, junho de 2002.

HEBETTE Jean e MARIN, Rosa E. Acevedo. Colonização Espontânea, política Agrária e Grupos sociais. UFPA/NAEA, 1977 (publicação interna).

HÉBETTE, JEAN. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica.. In: HÈBETTE e all. *No mar, nos rios na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

IANNI, Octávio. O Trabalhador Rural em Busca de Terra. IN: *Encontros com a Civilização Brasileira / Ênio Silveira..et al./* - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, v. 11.

IANNI, Otávio. *A luta pela terra: historia social da terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

KELLY, Brian, LONDON, Mark. *Amazônia: um grito de alerta*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

KITAMURA, Paulo C. In: *A Amazônia e o desenvolvimento Sustentável*. São Paulo – EMBRAPA.

LINHARES, Maria Yeda Leite. Possibilidades de História Comparada no Brasil. História Agrária como uma experiência de pesquisa. IN: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Reume Dumará: FAPERJ, 2002.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1983.

MELO, Aloísio Lopes Pereira. *Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia –PA*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. 294p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

NETO, José Maria Bezerra, GUZMÁN, Décio de Alencar, (ors). *Terra Matura: historiografia e história Social da Amazônia*. Belém: Paca-Tatu, 2002.

PÁDUA, José Augusto. *A UDR e seu tempo. Presença Política e Cultura*. Rio de Janeiro: IUPERJ, nº 12, Julho de 1988.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

PEREIRA, Airtom dos Reis e ROTHMAN, Franklin Daniel. *Ocupações espontâneas, conflitos e violência pela posse da terra no Araguaia. Marabá, s/data.*

PEREIRA, Luzia Canuto. *Conflitos pela posse da terra em Rio Maria de 1980-1997*. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal do Pará, 2000, p. 76.

PETIT, Pere. *A Esperança Equilibrada: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boitempo / NAEA, 1996.]

PETIT, Pere. Páginas de História. História Regional, política, economia e território no Estado do Pará. Volume III – Número 1, 1999, Laboratório de História CFCH/UFPA, 1999.

PINTO, Lúcio Flavio. Conflitos de Terras no Sul do Pará. Reforma Agrária. Campinas, v. 12 nº 02, março/abril de 1982, Apud PEREIRA Airtom dos Reis e ROTHMAN Frank

PRINS, Gwyn. História Oral. In. BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

Relatório Américas Watch. Violência Rural no Brasil. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, USP, 1991.

REYNAL, Vicent de, MUCHAGATA, Márcia G., TOPAL, Oliver, HÉBETTE, Jean. *Agriculturas Familiares e desenvolvimento em frente pioneira*. Guadeloupe: LASAT/CAT: DAT/UAG: GRET, 1996.

RIBEIRO, Adalberto Mário. *A Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Revista do serviço público, setembro de 1945, p. 70-10.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 3ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1994.
SILVA, Antonio Gonçalves da (Patativa do Assaré). Caboclo Roceiro. In: *Cante lá que eu canto cá*. 12ª Edição. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SILVA, Darcy da. Colonização e Zonas Pioneiras. In: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol. XVIII, São Paulo, 1973. Apud. HEBETTE Jean e MARIN, Rosa E. Acevedo. Colonização Espontânea, política Agrária e Grupos sociais. UFPA/NAEA, 1977 (publicação interna).

SILVA, Flavia Adriana Oliveira da. *Organização da produção e o processo de diferenciação sócio-econômica nos assentamentos “Rio Branco, Palmares e Palmares Sul”, sudeste do Pará*. Belém: CFCH/UFPA, 2000.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: SILVA Marcos A. da (coord.). *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia: Amazônia desenvolvimento e ocupação (2ª edição, revista e aumentada) Belém, Departamento Administrativo, Serviço de Documentação e divulgação, SUDAM, 1969.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, J.M.P. de. *Excertos do Livro de terras*. Salvador: EGBRA, 1987.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*, Universidade Federal do Pará, 1970.

VERÍSSIMO, José. *Estudos Brasileiros. Segunda série (1889-1893)*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., Editores, 1894.

VILANOVA, Mercedes. *História presente e história oral: relações, balanço e perspectivas* In. *Revista de História*. Volume II, Número 2. Pará, Laboratório de História da UFPA, 1998.

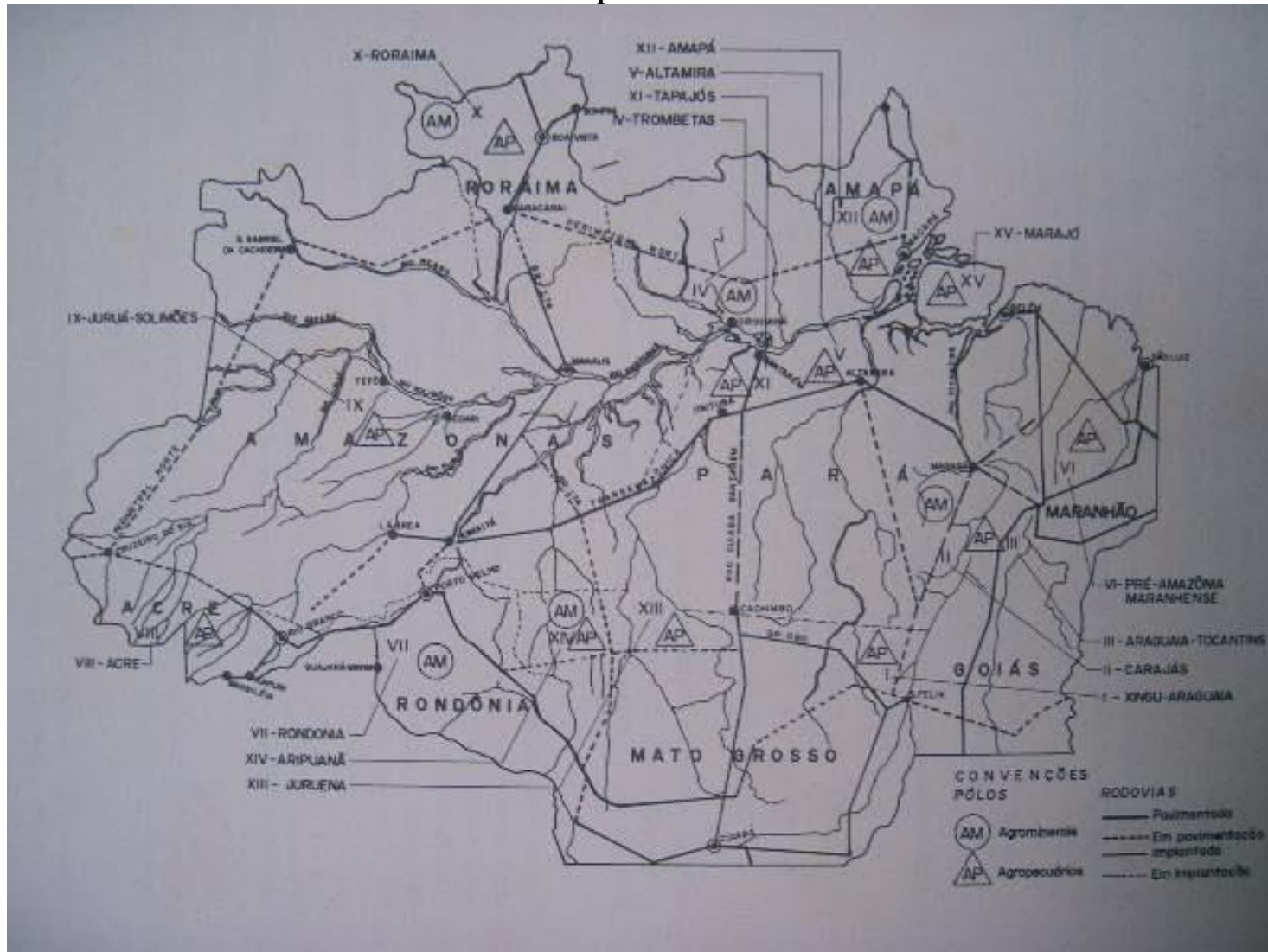
WOSTER, Donald. *Doing Environmental History*, IN: WOSTER Donald. (ed) *The ends of the Earth- perspectives on Modern Environmental History*. Cambridge University Press, 1988.

ANEXOS

ANEXO I - Mapa da localização da área doada a Brasil Central

Fonte: Jornal "O Liberal". Edição de 31 de outubro de 1976.p. 11

ANEXO II – Mapa da POLAMAZÔNIA



Fonte: II PDA – Detalhamento do Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975-1979

ANEXO III

Rebanho leiteiro de produtores familiares em Assentamentos



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora. Fotografia: Terezinha Cavalcante Feitosa - 2002

Rebanho com predominância da raça Nelore



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora. Fotografia: Luzia Canuto Pereira – 2005